

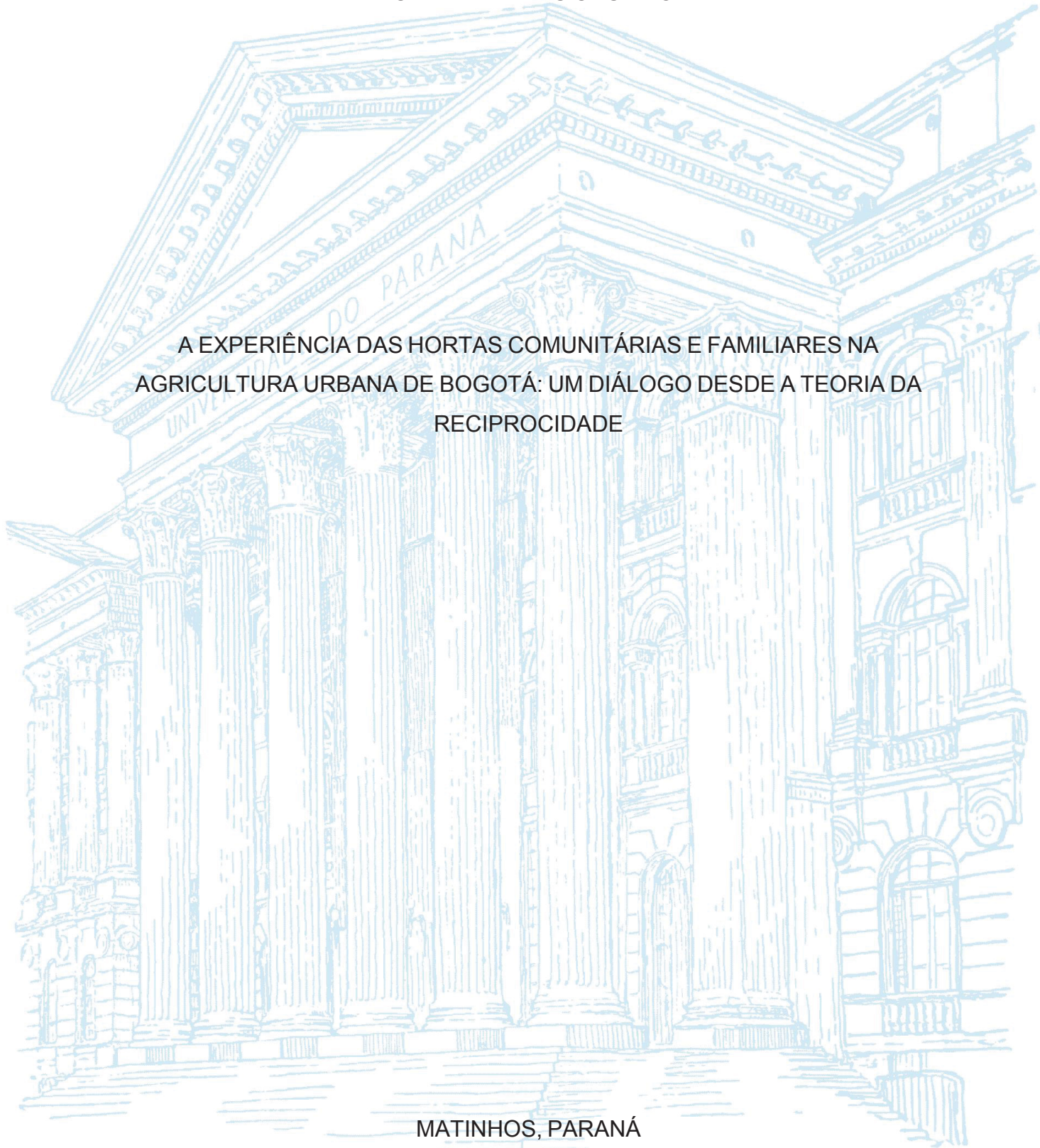
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHAEL ANDRÉS CRUZ ROA

A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS COMUNITÁRIAS E FAMILIARES NA  
AGRICULTURA URBANA DE BOGOTÁ: UM DIÁLOGO DESDE A TEORIA DA  
RECIPROCIDADE

MATINHOS, PARANÁ

2021



MICHAEL ANDRÉS CRUZ ROA

A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS COMUNITÁRIAS E FAMILIARES NA  
AGRICULTURA URBANA DE BOGOTÁ. UM DIÁLOGO DESDE A TEORIA DA  
RECIPROCIDADE

Dissertação apresentada ao programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Universidade Federal do Paraná, setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Co-orientadora: Profa. Dra. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS, PARANÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

C957 Cruz Roa, Michael Andrés  
A experiência das hortas comunitárias e familiares na agricultura urbana  
de Bogotá: um diálogo desde a teoria da reciprocidade / Michael Andrés  
Cruz Roa. – Matinhos: UFPR Litoral.  
PPGDTS, 2021.  
140 p.

1. Hortas urbanas - Bogotá. 2. Socioeconomia. 3. Mobilidade espacial.  
I. Título.

CDD – 635

## FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MICHAEL ANDRÉS CRUZ ROA** intitulada: **A EXPERIÊNCIA DAS HORTAS COMUNITÁRIAS E FAMILIARES NA AGRICULTURA URBANA DE BOGOTÁ: um diálogo desde a teoria da reciprocidade**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 10 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica

11/06/2021 19:15:25.0

VALDIR FRIGO DENARDIN

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/07/2021 16:04:38.0

JULIO CESAR SUZUKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

11/06/2021 16:27:28.0

HELIODORO ARGUELLO ARIAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLÔMBIA)

---

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 96677

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 96677

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos agricultores e as agriculturas urbanas que, amavelmente, abriram as portas de suas hortas para conversar conosco e por ter nos ensinado sobre essa prática no sudoeste de Bogotá: Margarita, Jorge, Álex, Sorayda, Alejandrina, Basilia, Saulo, Ramón, Martha, Arcenio, Alcira, Ana, Flor, Marco Antonio, Gladys, Deisy, Mariela, Ana Inés, Marco Antonio y María.

Aos funcionários do *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB) *José Celestino Mutis*, Lala Yara e David Fuentes, por tecer a ponte com os(as) agricultores(as) urbanos(as) e ter me acompanhado nas visitas de campo. A Édgar Lara por contribuir com a informação da Oficina de Agricultura Urbana do JBB.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, por ter aceitado esse projeto, com recorte de pesquisa internacional. Aos professores do Programa por ter me acompanhado nessa caminhada.

Aos orientadores Dr. Valdir Frigo Denardin e Dra. Mayra Taiza Sulzbach pelas contribuições, discussões e pelas horas de leitura e revisão dos escritos.

A meus pais Stella e Germán, e amigos, Alejandro e Julián, que me acompanharam sempre e me deram o suporte emocional para continuar desde a distância, no meio da pandemia do Covid-19.

“La historia en la vida de la tierra ha sido un proceso de interacción entre las cosas vivas y lo que las rodea. [...] Solo dentro del espacio de tiempo representado por el presente siglo (XX) una especie -el hombre- ha adquirido significativo poder para alterar la naturaleza de su mundo”.

Rachel Carson  
Primavera Silenciosa

“El capitán Samaritano les explicó cómo la deforestación irracional había acabado con el río en cincuenta años: Las calderas de los buques habían devorado la selva enmarañada de árboles colosales que Florentino Ariza sintió como una opresión en su primer viaje”.

Gabriel García Márquez  
El Amor en los Tiempos del Cólera

## RESUMO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma prática que tem se intensificado durante o século XXI, em parte, devido a sua multifuncionalidade e como resposta à crise socioambiental contemporânea. Em Bogotá (Colômbia), sua manifestação através das hortas urbanas tem se relacionado à população rural que migrou, de maneira voluntária ou em decorrência do conflito armado desde metade do século XX, e se localizou na periferia urbana, vivenciando processos de desterritorialização-reterritorialização, mas que nesse mantiveram relações de reciprocidade, características da agricultura. Adicionalmente, o cultivo urbano foi apoiado desde 2004 pela prefeitura da cidade por meio de um programa de promoção da AUP como resposta aos problemas de insegurança alimentar que se apresentavam em Bogotá. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi compreender o papel da agricultura urbana e periurbana na territorialização e nas relações de reciprocidade pela população que migrou do meio rural para a região sudoeste de Bogotá. O referencial teórico baseou-se nas categorias agricultura urbana e periurbana, multiterritorialidade e teoria da reciprocidade. Os resultados da pesquisa são apresentados em três artigos, cada qual com problematização, metodologia empregada e resultados alcançados. O primeiro artigo apresenta a revisão bibliográfica de estudos em Bogotá, que permitiu reconhecer a prática da AUP como espaço de mediação da população migratória no encontro de formação de um território urbano. O segundo artigo apresenta a pesquisa empírica desenvolvida por meio da história oral, aplicada a agricultores(as) urbanos(as) de seis hortas familiares e seis comunitárias na região sudoeste de Bogotá, na qual identificaram-se a repartição do cultivo, a guarda de sementes, a ajuda mútua, a recuperação socioambiental de espaços urbanos, entre outras, como expressões de reciprocidade pela AUP. O terceiro artigo apresenta a revisão bibliográfica de pesquisas empíricas de AUP no Brasil, que permitiu identificar expressões de reciprocidade como partilhas, mutirões, transmissão de saberes existentes nestas, assim como a coexistência da reciprocidade com o princípio econômico da troca mercantil. Depois expõe-se a síntese dos principais resultados alcançados e as considerações finais.

Palavras-chave: Hortas urbanas. Socioeconomia. Multiterritorialidade. Mobilidade espacial. Colômbia.

## ABSTRACT

The practice of urban and peri-urban agriculture (UPA) has intensified during the 21st century, in part, due to its multifunctionality and as a response to the contemporary socio-environmental crisis. In Bogotá (Colombia), its manifestation through urban gardens has been related to the rural population who migrated, voluntarily or as a result of the armed conflict since the middle of the 20th century. The rural migrants located in the urban periphery, experiencing processes of deterritorialization-reterritorialization, but in this one they maintained the agriculture, based on reciprocity, as a practice characteristic of the rurality. In addition, in 2004, urban cultivation was supported by the city government through a program to promote the UPA as a response to the food insecurity problems that presented themselves in Bogotá. In this context, the objective of the research was to understand the role of urban and peri-urban agriculture in territorialization and in the reciprocity relationships by the population that migrated from the rural area to the southwest region of Bogotá. The theoretical framework was based on the categories urban and peri-urban agriculture, multiterritoriality and reciprocity theory. The research results are presented in three articles, each with problematization, methodology used and results achieved. The first article presents the literature review of studies in Bogotá, which allowed recognizing the practice of the UPA as a space for mediation of the migratory population in the meeting of formation of an urban territory. The second article presents the empirical research developed through oral history, applied to urban farmers from six family and six community gardens in the southwest region of Bogotá. There were identified as expressions of reciprocity by the UPA the distribution of the crop, the custody of seeds, mutual help, socio-environmental recovery of urban spaces, among others. The third article presents a literature review of empirical research on UPA in Brazil, which allowed the identification of expressions of reciprocity such as sharing, collective efforts, transmission of existing knowledge in these, as well as the coexistence of reciprocity with the economic principle of commercial exchange. Afterwards it is presented a summary of the main results achieved and the final considerations.

Key-words: Urban gardens. Socioeconomics. Multiterritoriality. Migration. Colombia.



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 1 - LOCAIS DE PESQUISAS DAS PUBLICAÇÕES SOBRE AU EM BOGOTÁ..... | 52 |
| FIGURA 2 - DISTRITO CIUDAD BOLÍVAR.....                                | 53 |
| FIGURA 3 - BAIRRO NUEVA COLOMBIA, DISTRITO CIUDAD BOLÍVAR.....         | 56 |
| FIGURA 4 - TEORIA DA RECIPROCIDADE.....                                | 75 |
| FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA .....                               | 79 |
| FIGURA 6 - MOTIVAÇÃO INICIAL DO USO DOS OS ESPAÇOS .....               | 81 |
| FIGURA 7 - HORTAS F1 E F3 DE TUNJUELITO .....                          | 82 |
| FIGURA 8 - HORTA FAMILIAR EM BOSA .....                                | 83 |
| FIGURA 9 - HORTA DE F5, EM NUEVA COLOMBIA (CIUDAD BOLÍVAR).....        | 84 |
| FIGURA 10 - HORTAS COMUNITÁRIAS DE TUNJUELITO .....                    | 86 |
| FIGURA 11 - HORTA ASOGRANG (CIUDAD BOLÍVAR).....                       | 87 |
| FIGURA 12 - HORTA DA COMUNIDADE INDÍGENA MUISCA (BOSA) .....           | 89 |
| FIGURA 13 - HORTA DE C15, COMUNIDADE INDÍGENA MUISCA (BOSA).....       | 90 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| QUADRO 1. SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA.....                                     | 41  |
| QUADRO 2. CLASSIFICAÇÃO DE RECIPROCIDADES IDENTIFICADAS NA<br>LITERATURA..... | 112 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| TABELA 1 - HORTAS EM BOGOTÁ POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO ..... | 77 |
| TABELA 2 - ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS.....         | 79 |
| TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) .....    | 80 |

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| AUC     | - Autodefensas Unidas de Colombia (paramilitares)               |
| AR      | - Agricultura rural   |
| AU      | - Agricultura urbana  |
| AUP     | - Agricultura urbana e periurbana                               |
| CNHM    | - Centro Nacional de Memoria Histórica                          |
| DANE    | - Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas          |
| DOAJ    | - Directory of Open Access Journals                             |
| ELN     | - Ejército de Liberación Nacional                               |
| FARC    | - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia                   |
| GMH     | - Grupo de Memoria Histórica                                    |
| HOCOUNO | - Horta Comunitária União dos Operários                         |
| JBB     | - Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis                |
| MDS     | - Ministério do Desenvolvimento Social                          |
| MUDA    | - Projeto Mutirão de Agroecologia                               |
| ONG     | - Organização não governamental                                 |
| ONU     | - Organização das Nações Unidas                                 |
| PACUCA  | - Horta Pedagógica e Comunitária do Parque Cultural do Campeche |
| PANC    | - Plantas alimentares não convencionais                         |
| PRB     | - Projeto Revolução dos Baldinhos                               |
| SDP     | - Secretaría Distrital de Planeación                            |

## SUMÁRIO

|           |   |           |
|-----------|---|-----------|
| <b>1.</b> | <b>CONTEXTO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>   | <b>6</b>  |
| 1.1       | BREVE TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM BOGOTÁ.....  | 10        |
| 1.2       | PERGUNTA DA PESQUISA .....  | 13        |
| 1.3       | OBJETIVOS .....   | 13        |
| 1.3.1     | Objetivo geral .....  | 13        |
| 1.3.2     | Objetivos específicos.....  | 13        |
| 1.4       | ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....  | 13        |
| <b>2.</b> | <b>MARCO TEÓRICO.....</b>   | <b>23</b> |
| 2.1       | A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA .....   | 23        |
| 2.2       | APROXIMAÇÕES À TEORIA DA RECIPROCIDADE .....  | 25        |
| 2.2.1     | Reciprocidade e desenvolvimento: Olhar alternativo.....   | 27        |
| 2.3       | ABORDAGEM MULTITERRITORIAL .....  | 29        |
| 2.3.1     | Aproximações dos Conceitos Território e Territorialidade .....  | 29        |
| 2.3.2     | Articulação Rural - Urbano .....  | 31        |
| <b>3.</b> | <b>AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: RETERRITORIALIZAÇÃO DE VÍTIMAS DO CONFLITO ARMADO E DE CAMPONESES EM BOGOTÁ - COLÔMBIA.....</b> | <b>47</b> |
|           | Introdução .....  | 48        |
|           | Apontamentos Metodológicos .....  | 50        |
|           | Descrição dos achados .....   | 52        |
|           | Tecido social na região sudeste.....  | 57        |
|           | Atividades nas bordas do leste e noroeste.....  | 59        |
|           | O cultivo urbano em Bogotá .....  | 60        |
|           | AU, segurança e soberania alimentar .....   | 62        |

|  |            |
|--|------------|
| Considerações Finais.....  | 63         |
| REFERÊNCIAS.....   | 66         |
| <b>4. EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADES EM HORTAS URBANAS FAMILIARES E COMUNITÁRIAS DO SUDOESTE DE BOGOTÁ, COLÔMBIA .</b> | <b>70</b>  |
| Introdução .....   | 71         |
| Princípio de reciprocidade.....  | 74         |
| Apontamentos Metodológicos .....   | 76         |
| Descrição dos achados .....  | 80         |
| Contextualizando as hortas urbanas familiares.....   | 81         |
| Contextualizando as hortas urbanas comunitárias.....   | 85         |
| Expressões de reciprocidade nas hortas familiares .....  | 92         |
| Expressões de reciprocidade nas hortas comunitárias .....  | 95         |
| Externalidades a partir das hortas urbanas: outras reciprocidades.....   | 97         |
| Considerações Finais.....  | 98         |
| REFERÊNCIAS.....   | 101        |
| <b>5. EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL.....</b>                              | <b>105</b> |
| Introdução .....   | 106        |
| O princípio da reciprocidade.....  | 109        |
| Apontamentos Metodológicos .....   | 110        |
| Descrição dos achados .....  | 111        |
| Reciprocidades identificadas na literatura de agricultura urbana e periurbana do Brasil .....                        | 113        |
| Partilhas, intercâmbios e dádivas: Reciprocidades binárias positivas.....  | 113        |
| Ajuda mútua e a produção de valores: Reciprocidades binárias positivas.....  | 115        |
| Oposição da vizinhança: Reciprocidades binárias negativas.....   | 116        |
| Gestão partilhada de recursos: Reciprocidade ternária positiva .....   | 118        |

|   |            |
|---|------------|
| Resgate e transmissão de patrimônio: Reciprocidade unilateral positiva..... | 119        |
| Benefícios generalizados: Reciprocidades ternárias.....                     | 120        |
| Interfaces: coexistência de princípios econômicos.....                      | 121        |
| Considerações Finais.....   | 122        |
| REFERÊNCIAS.....  | 125        |
| <b>6. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS .....</b>                           | <b>131</b> |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>136</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>139</b> |

## 1. CONTEXTO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A Colômbia é um país localizado no noroeste da América do Sul. Se limita ao norte com o Mar do Caribe e ao oeste com o Panamá (América Central) e o oceano Pacífico.

Sua geologia e relevo estão definidos pela Cordilheira dos Andes, que no sul, na fronteira com o Equador, forma o nó dos Pastos, onde a grande cordilheira divide-se em três cadeias de montanhas: a ocidental, a central e a oriental. Entre as cordilheiras formam-se os vales do Cauca e do Magdalena, onde passam os dois maiores rios do país, que levam os mesmos nomes. Ao leste da cordilheira Oriental encontra-se uma grande planície que vai até a Venezuela, zona que é conhecida pela extração de petróleo (BUSHNELL, 1996; RUIZ, 2007).

Por estar tão próximo à linha do Equador, o clima não apresenta estações senão épocas de chuva e sol que se alteram a cada três meses, facilitando a produção de centenas de produtos agrícolas com relativa regularidade, e que nas últimas duas décadas do século XX foi fator decisivo para a implantação de cultivos de espécies como *Cannabis sativa* e a Papoula de opio (*Papaver somniferum*) (BUSHNELL, 1996).

Sobre a população, na Colômbia vivem 48.258.494 pessoas, das quais 77,1% moram em centros urbanos, 7,1% em pequenos povoados, e 15,8% restantes em zonas rurais dispersas (DANE, 2018). A sua estrutura social é caracterizada pela formação de burocratas e elites, e uma grande porção da população morando em condições precárias, principalmente no campo (BUSHNELL, 1996).

Numa breve descrição do sistema político, a Colômbia é um país marcado por uma fraca democracia desde sua independência, em 1810. Configurou-se por um sistema bipartidário, representado pelo Partido Conservador e pelo Partido Liberal, os quais promoveram intensos conflitos internos, provocaram centenas de mortes, e dividiram o país em territórios na procura da hegemonia do poder (ARIAS, 2017). As diferenças políticas marcaram o período entre 1946 e 1958, conhecido como 'La Violencia' (CABALLERO, 2016), cujo apogeu foi o dia 9 de abril de 1948, quando o líder popular e candidato à presidência pelo Partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado na avenida 7.a, uma das vias principais de Bogotá, gerando a revolta cidadã conhecida como 'el Bogotazo' (ÁLAPE, 2016).



O conflito entre partidários intensificou-se com a inclusão de grupos armados que procuravam manter os territórios conservadores, por um lado, com a polícia *chulavita* e *Los Pájaros*<sup>1</sup> (tendo apoio dos Governos Conservadores); e por outro, as zonas liberais com guerrilhas liberais e outras comunistas (GMH, 2013, p. 112).

A opressão contra os grupos de esquerda, vários deles vinculados à luta agrária, provocou a reestruturação e consolidação das guerrilhas comunistas, autodenominadas marxistas, por pretenderem mudar o sistema político e econômico, ou marxistas-leninistas, por procurarem a nacionalização de recursos estratégicos e a luta contra a opressão internacional por meio de armas (GMH, 2013). Durante mais de 60 anos esses e outros grupos enfrentaram os governos pelo controle territorial:

Una serie de ejércitos privados, de guerrillas y de grupos paramilitares le disputan al Estado el control territorial. Esta situación no es, sin embargo, novedosa: el Estado colonial no logró nunca imponer su dominio en la totalidad del territorio de lo que hoy constituye Colombia (SERJE, 2011, p. 15).

Esses fatos, somados à fraqueza do governo, à repressão militar e à concentração desigual de capital e terras nas principais regiões do país, levaram ao crescimento de demandas sociais pela população camponesa não satisfeitas pelo Estado, cenário que facilitou a luta armada (ARIAS, 2017) e da “radicalización de algunos sectores políticos de la izquierda” (GMH, 2013, p. 120).

Em paralelo, nas zonas rurais desenvolveram-se conflitos por parte de fazendeiros que se opunham a reformas agrárias e à repartição de terras, contratando milícias para defender suas propriedades. A partir da década de 1970 surgiram as *Autodefensas Unidas de Colombia*<sup>2</sup> (AUC), grupos de milícias financiadas por latifundiários colombianos para defendê-los das guerrilhas da esquerda e que receberam “ayuda del Ejército con armas, municiones, entrenamiento y respaldo en sus operaciones” (GMH, 2013, p. 134). Os grupos que formavam as AUC eram diversos, e se desdobraram para o assassinato de líderes

---

<sup>1</sup> Pessoas que recebiam dinheiro para assassinar outros.

<sup>2</sup> Nomes de instituições governamentais, grupos armados, organizações sociais, cidades, regiões, entre outros, mantêm-se em espanhol.

políticos, sociais e estudantis. Nos anos 1980, formaram os “grupos paramilitares” (ibid. p. 136).

Segundo o *Centro Nacional de Memoria Histórica*, o paramilitarismo chegou reunir 35.509 homens armados, os quais assinaram um acordo de paz durante o governo do presidente Álvaro Uribe Vélez, em 2007 (CNMH, 2015, p. 29). O processo foi criticado por ser fraco, por contemplar inconsistências jurídicas e por não garantir verdade, justiça e reparação às vítimas.

Nos anos 1980, o auge da sementeira de plantas entorpecentes (amapola, maconha, ópio, etc.) fez com que a Colômbia se tornasse um dos maiores centros de produção de substâncias ilícitas do mundo (GMH, 2013). Por ser um negócio lucrativo, guerrilhas, paramilitares e outros grupos ilegais vincularam-se a ele. O círculo desta produção configurou cartéis conhecidos como o de Medellín e o de Cali (BUSHNELL, 1996).

Os grupos armados do conflito colombiano atacaram à população civil, vítimas, segundo a *Unidad para las Víctimas* (2019). Vítimas porque eram pessoas que nos últimos 60 anos se reconheciam como agredidas ou afetadas pela guerra no interior do país a partir de diferentes áreas, sejam elas econômicas, políticas, psicológicas ou socioculturais. O resultado desses conflitos foi o deslocamento de 8.130.704 colombianos(as) de seus territórios, principalmente rurais, entre meados do século XX e 2018 (UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS, 2019).

À diáspora vivida pelas vítimas do conflito armado, somou-se a vivida pelos(as) camponeses(as) que moravam nas zonas rurais em condições socioeconômicas de precarização, de desigualdade na educação e de falta de oportunidades (TORRES, 2009). Condições que levaram esses a migrarem para as principais cidades da Colômbia (*ibid.*), gerando o que Saquet e Mondardo (2008) chamam de mobilidade espacial rural-urbana. A respeito da migração Ruiz (2007) expõe que:

La redistribución poblacional en Colombia, agenciada desde las migraciones internas durante el último siglo, ha tenido en algunos momentos como telón de fondo disputas territoriales, la acumulación de tierras y la violencia, la cual ha sido la herramienta más eficaz en la consecución de este propósito. (RUIZ, 2007, p. 152).

A mobilidade espacial rural-urbana, com base neste contexto, reflete a luta pelo controle territorial de zonas de produção agrícola, ou seja, um conflito

ambiental territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), que provocou um processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2009) das vítimas do conflito e dos camponeses.

Resultado desta, gerou-se o crescimento acelerado das cidades como Bogotá, capital da Colômbia, com 7,8 milhões de habitantes (DANE, 2018). A urbanização – processo dinamizador das cidades (MENDOÇA, 2004) –, configurou-se a partir de relações assimétricas e da criação das chamadas cidades ilegais (sem planejamento, em zonas de periferia), em oposição às cidades legais (TORRES, 2009).

Bogotá é a cidade com maior população do país. Está localizada na região central do país, sobre a cordilheira Oriental, a 2.600 metros sobre o nível do mar. Está subdividida político-administrativamente em 20 distritos<sup>3</sup> (SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA, 2000). A Capital é também a segunda maior receptora de população vítima do conflito armado colombiano: até 1º de abril de 2020 somava 354.633 delas (ALTA CONSEJERÍA PARA LAS VÍCTIMAS, 2020).

Desde a sua formação, em Bogotá apresentou-se a prática da agricultura urbana e periurbana e no século XX essa esteve atrelada ao crescimento do espaço urbano (TORRES, 2013). A partir da metade do século XX, no contexto do conflito armado colombiano, a população desterritorializada – camponeses e vítimas do conflito armado – encontrou na agricultura urbana e periurbana uma forma de sobreviver à vida na cidade, como apontado por Rodríguez (2017, p. 125):

La agricultura urbana en Bogotá refleja una lucha de identidad campesina por sobrevivir en las condiciones que impone la vida en la ciudad. Los nuevos habitantes urbanos añoran sus costumbres campesinas (alimentación, música, expresiones familiares, entorno familiar y vecinal), pero lo que más nostalgia les produce es la ausencia del campo y sus faenas, por lo tanto procuran recrear los paisajes empezando por el ornamental y hortícola.

Em seu estudo, abordou a população por extratos<sup>4</sup> de renda: baixa renda (1 e 2) e de renda média (3 e 4). Nos extratos 1 e 2, 83% eram mulheres, e nos

---

<sup>3</sup> Para efeitos da tradução usou-se a palavra distrito. O nome em espanhol usado pelo governo local para a divisão interna da cidade é 'localidad'.

<sup>4</sup> Na Colômbia, o *Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas* (DANE) classifica os domicílios urbanos e rurais em *estratos*, de 1 a 6. Sendo 1 onde mora a população de mais baixa renda e 6 os de maior renda. As populações que moram nos bairros de *estrato* 1, 2 e 3 recebem subsídios nos serviços domésticos (água, eletricidade, esgoto, entre outros) (DANE, 2019).

extratos 3 e 4 essa parcela cai para 78%, chamando atenção à prática da AUP por agricultoras urbanas:

La migración, sin embargo, no ha conseguido que las agricultoras urbanas se hayan desarraigado de su forma de ver la vida. En su mayoría, las agricultoras urbanas se reconocen como campesinas o descendientes de campesinos, a pesar de que en la actualidad no habiten zonas rurales y su vida esté alejada del campo (RODRÍGUEZ, 2017, p. 124).

Adicionalmente, a partir de 2004 foi institucionalizado por parte do governo da cidade o programa de promoção de agricultura urbana e periurbana, para combater os problemas de segurança alimentar que se apresentavam para a época na capital da Colômbia. O programa tem apresentado alterações, mas tem-se focado em capacitações e acompanhamento técnico para interessados(as) em AUP (MOSQUERA, 2017).

A partir dessa contextualização, observa-se a importância da agricultura urbana e periurbana na adaptação à realidade urbana pela população vítima do conflito armado e que migraram do campo, ou seja, a reterritorialização, sob a hipótese de que foi facilitada pelas relações baseadas na reciprocidade, as quais promovem a manutenção de laços sociais, e se diferenciam das relações que se baseiam na troca mercantil (SABOURIN, 2011).

## 1.1 BREVE TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM BOGOTÁ

Em Bogotá, a prática agrícola tem estado atrelada ao território. Segundo Rodríguez (2017), a comunidade indígena Muisca, habitante originária da antiga Bacatá (nome na língua chibcha de Bogotá), estava organizada através de ‘cacicazgos’ e tinha sistemas diversificados de produção agrícola. A sua alimentação “era rica en proteínas, minerales y vitaminas de origen vegetal, además de una dieta de origen animal, que incluía pescado, aves, insectos y especies domesticadas” (SERNA, 2007, apud: MARTÍNEZ; MANRIQUE, 2014, p. 99). Com a chegada dos espanhóis, a cultura alimentar sofreu alterações, com “mayor dependencia a carbohidratos, y menor acceso a proteínas, produciéndose un considerable desbalance en la dieta indígena tras la conquista” (CÁRDENAS-ARROYO, 2002, apud: MARTÍNEZ; MANRIQUE, 2014, p. 100).

Na época colonial do século XVI e XVII foram características as ‘casonas’ coloniais dos espanhóis, com pátios para diferentes usos, entre eles o cultivo (CAVELIER, 2006). No final do século XIX e inícios do século XX, a elite econômica e cultural bogotana procurou se afastar do centro urbano se deslocando para o norte (atual distrito Chapinero), construindo casas que alteraram o modelo das ‘casonas’ coloniais, mas conservaram um “espacio de uso doméstico de la ‘servidumbre’ y el solar, donde se mantenía el huerto y en algunas ocasiones animales domésticos o gallinas” (MURCIA, 2010, p. 23), esses espaços de cultivo no decorrer do século XX desapareceram (ibid.).

O contrário aconteceu nos bairros populares, autoconstruídos pela população que migrou do campo e por aqueles que saíram do centro urbano, muitas vezes com ajuda mútua entre famílias e amigos (TORRES, 2013). Com o parcelamento de grandes fazendas no sul e oeste de Bogotá a partir dos anos 1940, as populações compraram os lotes, nos quais conseguiam ter cultivos e criar animais, como no bairro San Rafael Oriental, estudado por Torres (2013).

No início do século XXI, os problemas de desnutrição e insegurança alimentar que se apresentavam, principalmente, nos chamados cinturões de miséria (bairros de periferia) formados pela massiva população que migrou do meio rural, expressavam os altos níveis de pobreza e desigualdade no país (ARIAS, 2017) e marcaram o antecedente para a institucionalização, por parte do Governo de Bogotá, da prática de agricultura urbana e periurbana. Em 2004, próximo da metade dos bogotanos (3,4 milhões para esse ano) não tinham dinheiro suficiente para comprar a cesta básica de alimentos e serviços, e “aproximadamente 1.156.000 no tienen los ingresos suficientes para cubrir sus necesidades básicas de alimentación” (BOGOTÁ, 2005).

Luis Eduardo Garzón, do partido de esquerda Polo Democrático Independiente, foi escolhido como prefeito de Bogotá para o período 2004-2007. Em seu plano de governo ‘Bogotá Sin Indiferencia’ priorizou a redução da vulnerabilidade alimentar e nutricional, para tal estruturou o programa ‘Bogotá Sin Hambre’. No programa desenvolveram-se vários projetos como: a implementação de restaurantes (comedores) comunitários para população em condições de vulnerabilidade socioeconômica, a criação da rede de banco de alimentos e, merecendo destaque, o Projeto 319 “Investigación y formación para el aprovechamiento de los usos potenciales de especies vegetales andinas y exóticas

de clima frío a través de cultivos urbanos” (MOSQUERA, 2017, p. 45). O projeto foi encarregado ao ‘Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis’, pelo seu “desarrollo de conocimientos técnicos de agricultura en terrazas y zonas blandas dentro de la ciudad” (BARRIGA; LEAL, 2011). O JBB desenvolveu capacitações para a formação de hortas urbanas familiares e comunitárias com comunidades em condições de vulnerabilidade.

No período do governo do prefeito Samuel Moreno (2008-2011), do partido Polo Democrático Alternativo, deposto por corrupção em 2011, deu-se continuidade à promoção da AUP como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio do programa ‘Bogotá Bien Alimentada’. Nesse, o Projeto 319 mudou o nome para “Promoción de prácticas de agricultura urbana”, fundamentado em três eixos: capacitações oferecidas pelo JBB, acompanhamento técnico y social, e formação de uma rede de 6.000 agricultores(as) urbanos(as) (OBSSAN, 2018).

Entre 2012 e 2015, no governo de Gustavo Petro, do movimento de esquerda ‘Progresistas’, continuou com o objetivo de consolidar a rede de agricultores(as) urbanos(as), assim como a capacitação da população em técnicas em cultivo na cidade (MOSQUERA, 2017, p. 45), mas incluiu-se o objetivo de promover projetos produtivos para a população em condições de vulnerabilidade, por meio da *Secretaría de Desarrollo Económico* (OBSSAN, 2018). As ações foram desenvolvidas com o Projeto 863 de 2013 "Intervención territorial para el mejoramiento de la cobertura vegetal del Distrito Capital", passando de um fundamento na Segurança Alimentar y Nutricional, para um foco na adaptação das mudanças climáticas.

Com a chegada do prefeito Enrique Peñalosa para o período 2016-2019, as ações de agricultura urbana e periurbana incluíram o componente de sustentabilidade urbana (gestão de áreas verdes), com o Projeto 1119 de "Planificación y gestión de paisaje sobre la malla verde urbana". Nesse período, incluíram-se as capacitações desenvolvidas pelos Jardín Botánico de Bogotá.

Salienta-se que a continuidade dos projetos de promoção de agricultura dos governos esteve atrelada à implementação da ‘Política Pública de Seguridad Alimentaria y Nutricional para Bogotá 2007-2015’, que foi formulada em 2007. Nessa, o governo de Bogotá deveria promover ações para garantir o direito da alimentação da população, o acesso aos alimentos e a superação da insegurança

nutricional (BOGOTÁ, 2007). Entre as linhas de ação da política pública estava a promoção de práticas de agricultura urbana e periurbana (ibid.).

## 1.2 PERGUNTA DA PESQUISA

A partir do exposto, questiona-se: se a prática da agricultura urbana e periurbana em Bogotá estaria colaborando com a promoção de relações de reciprocidade e reterritorialização da população que migrou do campo em decorrência dos conflitos territoriais?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Compreender o papel da agricultura urbana e periurbana na reterritorialização e nas relações de reciprocidade por parte da população que migrou do meio rural para região sudoeste de Bogotá.

### 1.3.2 Objetivos específicos

i) Evidenciar o processo de reterritorialização, a partir da agricultura urbana e periurbana em Bogotá, vivenciado por vítimas do conflito armado e por camponeses que viveram a mobilidade espacial rural-urbana;

ii) Analisar expressões de reciprocidade vivenciadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) que cultivam em hortas familiares e comunitárias na região sudoeste de Bogotá;

iii) Identificar expressões de reciprocidade em publicações de pesquisas empíricas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil.

## 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação foi organizada na forma de artigos científicos, com exceção do capítulo 1 e 2, em que o primeiro se apresenta o contexto espacial onde

o problema da pesquisa se insere, e o segundo, o marco teórico da reciprocidade e da territorialização que busca-se observar nesta realidade. Em cada um dos artigos consta sua respectiva problematização, metodologia e apresentação de resultados:

i) O artigo 1 'Agricultura Urbana e Periurbana: Reterritorialização de Vítimas do Conflito Armado e de Camponeses em Bogotá – Colômbia' tem por objetivo evidenciar o processo de reterritorialização, a partir da agricultura urbana e periurbana em Bogotá, vivenciado por vítimas do conflito armado e por camponeses que viveram a mobilidade espacial rural-urbana. Utiliza como referencial teórico os autores Haesbaert (2006; 2008) e Saquet (2009; 2014), que discutem o tema da territorialização. Em termos metodológicos se vale da revisão bibliográfica em pesquisas realizadas em Bogotá para o período 2009-2019.

ii) O artigo 2 'Expressões de Reciprocidades em Hortas Urbanas Familiares e Comunitárias do Sudoeste de Bogotá, Colômbia' tem por objetivo analisar expressões de reciprocidade vivenciadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) que cultivam em hortas familiares e comunitárias na região sudoeste de Bogotá. Apoiar-se, teoricamente, na teoria da reciprocidade proposta por Sabourin (2011) e Temple (2003). Enquanto metodologia vale-se da história oral e a análise de conteúdo, na modalidade temática.

iii) O artigo 3 'Expressões de Reciprocidade em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil' tem por objetivo Identificar expressões de reciprocidade em publicações de pesquisas empíricas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil. A teoria da reciprocidade proposta por Sabourin (2011) e Temple (2003) é novamente acionada. Em termos de procedimento metodológico foi realizada por meio da revisão bibliográfica para o período 2009-2019.

Por fim se apresenta uma síntese dos principais resultados encontrados e as considerações finais.



## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Ao rever o conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP), Mougeot (2000) problematiza sobre quais possíveis diferenciações com o de agricultura rural (AR), e que permitiriam levantar uma distinção conceitual. Revendo pesquisas feitas no século XX sobre AUP, identificou seis características desde as quais a atividade era entendida: 1) tipo de atividade econômica (produção, processamento, comercialização), e tipo de organização (cooperação ou associação); 2) produtos gerados (alimentos ou serviços); 3) localização (dentro ou ao redor da cidade); 4) tipo de área onde se cultiva; 5) destino da produção (venda, troca, doação); e 6) escala de produção (micro ou macro) (MOUGEOT, 2000).

Para o autor, essas características são genéricas, com exceção a da localização (dentro ou fora das cidades), dado que também são usadas para definir a AR. Por isso, o autor propõe diferenciar os dois tipos de agricultura a partir da “integração com o sistema econômico e ecológico urbano (doravante ecossistema urbano)” (MOUGEOT, 2000, p. 10).

Para Richter *et al.* (1995 in MOUGEOT, 2000, p. 10) não é a localização do espaço onde se cultiva que permite classificar a prática como urbana, senão como ela está “articulada e interagindo com o ecossistema urbano”. Essa caracterização da AUP se relaciona ao entendimento de Smit, Ratta e Nasr (1996, p. 3) que vão compreendê-la como:

Uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade ou metrópole na qual cresce, se processa e se distribui uma diversidade de alimentos e produtos não-alimentares, (re)usando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados nessa área urbana e, por sua vez, retribuindo-os amplamente para essa área urbana<sup>5</sup> (SMIT; RATTÀ; NASR, 1996, p. 3, *tradução nossa*).

---

<sup>5</sup> Urban Agriculture “is an industry located within (intra-urban) or on the fringe (peri-urban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-)using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area” (SMIT; RATTÀ; NASR, 1996, p. 3)

Smit, Ratta, e Nasr (1996) lembram que a AUP tem tido um rol complementar para a garantia de alimentos para residentes urbanos. “Em todas as partes do mundo, civilizações ancestrais desenvolveram sistemas de agricultura urbana, criando muitas maneiras inovadoras de produzir alimentos e administrar terra, água e outros recursos”<sup>6</sup> (p. 5).

Essa administração de recursos e a geração de outros novos para o ecossistema urbano não se realiza em oposição à agricultura rural. Pelo contrário, para Mougeot (2000), na prática, a AU articula-se com a agricultura periurbana (AUP) e a rural (AR). “A AU é encontrada para complementar à AR em termos de auto-provisionamento, fluxos de marketing e fluxos de oferta de mercado” (p. 13).

A AU para Mougeot (ibid., p. 15) tem a faculdade de superar obstáculos e dificuldades devido ao seu tamanho (escala micro), dispersão, inovação, rentabilidade, intensidade e integração, e a facilidade de adaptação aos fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais de cada lugar.

Dialogando com essas concepções, o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB, 2010) entende a AUP como:

Un sistema de producción de alimentos definida como la práctica agrícola que se realiza en espacios urbanos dentro de la ciudad o en los alrededores (agricultura urbana y periurbana), en zonas blandas (como antejardines, lotes) o en zonas duras (terrazas, patios), *utilizando el potencial local* como la fuerza de trabajo, el área disponible, el agua lluvia, los residuos sólidos, articulando *conocimientos técnicos y saberes tradicionales*, con el fin de promover la sostenibilidad ambiental y generar productos alimenticios limpios para el autoconsumo y comercialización, fortaleciendo el tejido social (JBB, 2010, p. 8, *grifo nosso*).

Em Bogotá, o trabalho desenvolvido pelo JBB tem sido o de promover o cultivo agroecológico de alimentos, principalmente para o autoconsumo da população e a criação de vínculos sociais a partir da AUP.

A agricultura urbana e periurbana assim se mostra uma prática que permite a articulação das dimensões social, econômica, política e ambiental, na integração com o ecossistema urbano, usando e retribuindo os recursos locais.

---

<sup>6</sup> In all parts of the world, ancient civilizations developed urban agriculture systems, devising many innovative ways to produce food and manage land, water, and other resources efficiently. (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p. 5)

## 2.2 APROXIMAÇÕES À TEORIA DA RECIPROCIDADE

Sabourin (2011) expõe que reciprocidade está relacionada a diversos entendimentos, que vão desde o senso comum até a filosofia. Mas, quando se fala da teoria da reciprocidade, é necessário recorrer a antropologia e na sociologia, essas estruturantes dessa conceituação.

Pela Antropologia, a reciprocidade corresponde a um princípio: “a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos” (SABOURIN, 2011, p. 21). Na sociologia, a reciprocidade é “considerada como o fundamento das relações sociais”, “como uma norma social universal” a seguir (ibid., p. 21). Na economia, esse princípio foi trazido nos debates sobre economia solidária, e sua conceituação foi revista por autores como Mauss, Polanyi e Simmel (ibid., p. 22). Nas revisões feitas por esses é reconhecida “a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história” (SABOURIN, 2011, p. 22).

Mas Sabourin (2011) e Temple (2003) propõem compreender a reciprocidade, voltando o olhar para a dádiva, que para Mauss (2001 [1950]) era o princípio estruturante das sociedades humanas. Isso acontece porque a dádiva exige o reconhecimento desinteressado do outro e é diferente da troca. “En el ensayo sobre el don (Mauss) establece la distinción entre el intercambio comercial, interesado, y el sistema de don, en el que reinan la nobleza y el honor [...] el desinterés del donante es la condición de su prestigio” (TEMPLE, 2003, p. 22).

Temple (2003) explica que a dádiva sempre volta, ou seja, é recíproca, funcionando a partir de outro motor que Mauss (2001 [1950]) denominou de *mana* – termo polinésio. Temple (2003) expõe que a devolutiva da dádiva corresponde ao laço espiritual da coisa dada e que “o prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira, que não lhe preexiste e que deve ser produzido mediante a relação de reciprocidade” (TEMPLE; CHABAL, 1995 apud. TEMPLE, 2003, p. 135).

Sabourin (2011), a partir de Temple (2003) e de Temple; Chabal (1995), apresenta as formas, estruturas e níveis em que a reciprocidade pode ser interpretada. As formas são expressas de maneira positiva (por meio de oferendas, partilhas, prestações totais); de forma negativa, quando gera assimetrias nas

relações (por exemplo a vingança); e de forma simétrica (equilibrada), quando não apresenta uma relação de poder (SABOURIN, 2011; 2011a).

As estruturas através das quais podem ser analisadas as relações de reciprocidade são classificadas por Temple (2009) em dois grupos: reciprocidade binária e reciprocidade ternária:

O grupo da reciprocidade binária de novo (dividido) em dois: o cara a cara (frente a frente) e a partilha. Por ternária, entende-se uma relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro. A cadeia é contínua e se fecha numa rede ou num círculo. Pode ser linear, ou quando um só parceiro serve de intermediário para todos os outros, em forma de estrela: é então chamada de estrutura centralizada. (TEMPLE, 2009, p. 3)

Para Sabourin (2011) na estrutura ternária, a reciprocidade nem sempre é simétrica. A estrutura ternária traz um terceiro incluído que “aparece como o terceiro valor de uma lógica com três valores, cuja atualização (implantação) e a potencialização (virtualização) são os dois outros” (p. 43). Esse terceiro frequentemente é simbólico (CHABAL, 1996 apud: SABOURIN, 2011, p. 43).

Temple (2009) explica que esse terceiro não é dado *a priori*, senão produzido na relação da reciprocidade. “É esse sentimento gerado pela relação de reciprocidade que se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade” (SABOURIN, 2011, p. 43).

A reciprocidade também se expressa em diferentes níveis, segundo Sabourin (2011, p. 23) eles são: “o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)”.

Sabourin (2011a) exemplifica diferentes práticas em que a reciprocidade se apresenta, sendo uma delas a ajuda mútua, na qual “horas e dias não são contabilizados; a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material, mesmo se, até por necessidade, a devolução da prestação é esperada” (p. 36).

A gestão compartilhada de recursos comuns é outra prática de reciprocidade, porque essas relações “contribuem para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito” (SABOURIN, 2011a, p. 38). Também, reconhece a transmissão ou partilha de saberes como uma maneira de constituir relações de reciprocidade.

### 2.2.1 Reciprocidade e desenvolvimento: Olhar alternativo

Temple (2009) expõe que todos os dias vivemos relações de reciprocidade, elas estão presentes desde um convite até os sistemas de bolsa família estruturados nas sociedades. “Mais da metade da nossa atividade produtiva é destinada a essa reciprocidade, sem que o saibamos, porque interpretamos tudo segundo o paradigma dominante do intercâmbio (troca)” (p. 15).

Isso acontece porque o princípio de troca tornou-se hegemônico sobre o princípio da reciprocidade, substituindo a honra, o prestígio e o sagrado pela utilidade, tal como escrito por Polanyi (2010 [1957]; 2016) quando reviu as origens históricas da economia de mercado. Resgatando autores que dissertavam sobre economias ditas primitivas, identificou três princípios econômicos: 1) o da reciprocidade (baseado no modelo de simetria); 2) o da redistribuição (com o modelo de centralidade); e 3) o da autarquia ou administração doméstica. Nesses importam as relações sociais.

A descoberta mais notável da investigação histórica e antropológica recente é que, em regra, a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos mantêm entre si. O homem não age tanto de maneira a salvaguardar o seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir a sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social (POLANYI, 2016, p. 111).

Nesse sistema, para Polanyi (2010 [1957]), rejeitava-se o ganho de lucro pela base social, dado que a economia estava incrustada na sociedade; a economia é tida como substantiva e o seu sentido “deriva de que el hombre depende, para su subsistencia, de la naturaleza y de sus semejantes” (p. 275).

Contrário a esse entendimento está o significado “formal” da economia, baseado no “carácter lógico de la relación medios-fines” (POLANYI, 2010 [1957], p. 275). Sob esse olhar aparece o princípio da troca, hegemônico nas sociedades modernas, onde “prima la competencia, el mercado, con la única preocupación del interés de cada uno” (TEMPLE, 2003, p. 136).

Sabourin (2011) observa que a reciprocidade, como um princípio, subsiste mesmo no sistema de troca. Para Polanyi (1975 apud. SABOURIN, 2011a, p. 29) “o mercado de troca significa o mecanismo da oferta e da procura, criador de preço, e não constitui um fenômeno universal”. Por isso Sabourin (2011) argumenta que

reconhecer a reciprocidade como princípio econômico não leva a desconhecer a troca. Pelo contrário, leva a debater a “natureza das organizações, da delegação do poder, dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, de forma geral, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social” (p. 59).

Em termos de desenvolvimento territorial sustentável, Medina (2003) assegura que: pensar a economia como a complementaridade entre troca e reciprocidade “va a permitir a la humanidad del siglo XXI volver a introducir *valores* en las políticas económicas públicas, tanto locales como globales” (p. 15).

Sabourin (2011a) assinala que a ideia de desenvolvimento foi reduzida ao princípio da troca de bens e sua acumulação para satisfazer interesses privados, pelo qual, pensar o desenvolvimento a partir da reciprocidade leva a “outra leitura das relações econômicas e sociais [...] e, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social e econômica” (p. 25).

Na tentativa de demonstrar a complementariedade entre esses princípios, Sabourin (2011) apresenta a organização de sociedades camponesas, aonde a reciprocidade se manifesta em práticas agrícolas, tais como: a ajuda mútua, o compadrio, a gestão partilhada de recursos comuns, entre outros. Mayer (2002 apud: SABOURIN, 2011) descreve como nas famílias camponesas Quechua do Peru se estabelece a *Minka*, que é a expressão do compadrio, ou seja, do laço de parentesco entre não parentes, que se da entre famílias ou entre patrões e trabalhadores (p. 118).

Também Gannon e Sandron (2006 apud: SABOURIN, 2011) descreveram a ajuda mútua entre camponeses das Altas Terras de Madagascar, chamada de *valintànana* ou *mifampindrana*, que traduz “dar a mão” ou “empréstimo recíproco de braços” (p. 121). Com ela, “os camponeses e suas famílias organizam turnos para realizar trabalhos agrícolas nas propriedades de uns ou outros (ibid., p. 121).

Para Sabourin (2011), os valores não antecedem as relações, nem nas sociedades camponesas nem nas comunidades humanas: “Tais valores não são dados a priori, são precisamente produzidos, constituídos pelas relações de reciprocidade estruturadas e simétricas” (p. 170).

## 2.3 ABORDAGEM MULTITERRITORIAL

### 2.3.1 Aproximações dos Conceitos Território e Territorialidade

Para falar do território, segundo Milton Santos (1998), é preciso superar a ligação do conceito com a definição jurídico-política dada pelo Estado-Nação. Segundo o autor, “o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava” (p. 15).

Hoje, não é possível entender o território a partir das fronteiras demarcadas, (fixas) dada a transnacionalização do território (SANTOS, 1998, p. 15). O autor sugere assim novos recortes, como os que incorporaram princípios do materialismo histórico e dialético (SAQUET, 2011).

Na concepção de Santos, existe o espaço banal, “isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos” (SANTOS, 1998, p. 18), no qual o território “pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede” (Ibid. p. 16). Os lugares contíguos são estabelecidos por relações de solidariedade – horizontalidades –; enquanto as verticalidades se estabelecem por relações em redes comandadas pelo mercado.

As verticalidades reduzem as horizontalidades, especificamente no que Santos (1998) chama de democracia de mercado, que na sua vez configura a dialética do território. Assim “a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas” (SANTOS, 1993, p. 19).

Refletindo sobre território-rede, Raffestin (1993) organiza sua reflexão em torno do poder, que “não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo” (p. 6). Para Raffestin (1993, p. 8):

Há, portanto, um “processo” do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio.

Sob esse marco, Faz-se referência ao território como uma produção que se dá a partir da apropriação do espaço. O espaço para Raffestin (1993) “é, de certa forma, ‘dado’ como, se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática [...]” (p. 144). É assim como:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘têrrioraliza’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Saquet (2009, p. 82) expõe que há pelo menos três processos que podem auxiliar na diferenciação de espaço e território, dado que este último é marcado por: a) relações de poder; b) construções históricas e relacionais de identidades; e c) movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

Pela inclusão da relação espaço-tempo, apontada por Milton Santos, Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis e Massimo Quani, Saquet (2009) considera a abordagem de território como uma “concepção multidimensional, reticular, relacional e histórica de território e de territorialidade” (p. 83). Já a territorialidade, baseado nos trabalhos de Robert Sack, corresponde “à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada. Esta área é o território” (SAQUET, 2009, p. 86).

Também baseado em Sack (1986), Haesbaert (2008) assegura que, além da dimensão política, a territorialidade incorpora as relações econômicas e culturais, “pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (p. 21).

Haesbaert (2008) expõe que tanto o território como a territorialização contém multiplicidade de manifestações e “multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos” (p. 21). Assim, existem multiterritorialidades “construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (p. 26). A multiterritorialidade:

Inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em



que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2008, p. 31).

Saquet (2018) assegura que as territorialidades “estão sempre presentes e significam conflitos, contradições, luta de classes (relações de poder: alteridade e exterioridade), disputas territoriais” (p. 486). Aponta que há valor crítico nos territórios, uma identidade distintiva “que o diferencia dos demais, induzindo-se sentimentos de pertencimento e partilha, juntamente com a própria gestão dos conflitos a partir da definição de interesses e objetivos comuns” (ibid. p 486).

A produção social não constitui apenas relações de reciprocidade e de troca, gera território, que decorre de um processo de apropriação do espaço (SANTOS, 1998), conhecido como territorialização (RAFFESTIN, 1993), assim existem múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2006; 2008; 2009) e por diferentes relações de identidade, denominadas por Saquet (2009) multidimensional, relacional e processual, mas que nas pesquisas, permitam entender os ritmos, redes de circulação e de comunicação, relações de poder, continuidades e descontinuidades, que se vivem num espaço (território e territorialidades).

### 2.3.2 Articulação Rural - Urbano

Apesar das diferenças e os papéis díspares entre o rural e urbano, Sposito (2006) afirma que os dois espaços apresentam complementaridade dialética. Há continuidades e descontinuidades, assim como unidade espacial, que permite analisá-los como relacionados e superpostos.

Saquet (2014) assegura que: o rural e o urbano não são espaços desconexos. Estão ligados “por meio das relações e redes de circulação e comunicação, mediadoras de um amplo processo de territorialização” (p. 3). Então nos espaços rurais e urbanos apresentam-se diversas ruralidades e urbanidades, essas ligadas à noção de territorialidades: “compostas por elementos e processos sociais e territoriais historicamente definidos” (SAQUET, 2014, p. 2).

Historicamente definidos pelos fluxos, migrações, que são “produto- produtor de uma complexa trama territorial entre os territórios de origem e de destino dos migrantes” (SAQUET; MONDARNO, 2008, p. 118). Com a mobilidade espacial

as pessoas podem reterritorializar espaços que depois tornam-se territórios interligados econômica, cultural ou politicamente (ibid. p. 119).

Para Haesbaert (2006) seria a multiterritorialidade, na qual há fluxo de memórias, representações, costumes, vínculos, que circulam e promovem processos de desterritorialização-reterritorialização múltiplos, e que não estão ligados somente ao território de origem.

Segundo Saquet e Mondardo (2008) a desterritorialização e a reterritorialização são opostas, mas complementares, dado que “o migrante efetiva relações com as pessoas conhecidas que ficaram no território de origem e com outras conhecidas na reterritorialização, constituindo várias redes locais e extra locais, em diferentes escalas” (p. 123). Além disso, a reterritorialização está marcada “pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede”. (ibid. p. 123).

O referencial teórico apresentado foi sintetizado no QUADRO 1 e será utilizado nos três artigos que conformam essa dissertação. No entanto, nem todos os elementos acima apontados serão aprofundados nos artigos por limitações de páginas.

QUADRO 1. SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA

| Categoria                 | Autor                           | Obra  | Tema principal  | Temas secundários   | Conceito apropriado  | Metodologia   | Análise  |
|---------------------------|---------------------------------|---|---|---|--|---|--|
| <b>Agricultura Urbana</b> | Mougeot, 2000                   | Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. | O fenômeno da agricultura urbana e periurbana   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definições</li> <li>• Características</li> <li>• Riscos e desafios da AU</li> <li>• Articulação das agriculturas urbana-periurbana-rural.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura urbana e periurbana</li> <li>• Ecossistema urbano</li> </ul>      | Revisão teórico e empírica de pesquisas sobre agricultura urbana e periurbana em diferentes países. | Conceituação das diferentes definições de AU; descrição dos atores que desenvolvem AU; resolução de dúvidas sobre a prática e prospectiva sobre a AU.                                    |
|                           | Smit Ratta, e Nasr, 1996        | Urban Agriculture Yesterday and Today   | O desenvolvimento a AUP entre os continentes  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de caso nos continentes.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura urbana e periurbana</li> </ul>                                    | Revisão histórica e empírica da agricultura urbana e periurbana na humanidade.                      | Descrição da trajetória da agricultura urbana e periurbana pelos continentes da Ásia, África, Europa, Oceania, e América Latina e o Caribe, e comparação das principais características. |
|                           | Morán, 2010                     | Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral.                           | Agricultura urbana e reabilitação urbana integral   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepções históricas da AU</li> <li>• AU e sustentabilidade urbana</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perspectiva sistêmica da cidade</li> <li>• Sustentabilidade urbana</li> </ul> | Revisão histórica da concepção de Agricultura urbana  | Exposição da concepção da AU em diferentes momentos históricos e, depois, articula a AU à sustentabilidade urbana, reabilitação urbana   |
|                           | Jardín Botánico de Bogotá, 2010 | Cartilla de Agricultura Urbana  | Técnicas e procedimentos para a prática de agricultura urbana e periurbana em Bogotá (Colômbia) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição</li> <li>• Espécies para semear em Bogotá</li> <li>• Técnicas e procedimentos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura urbana e periurbana</li> <li>• Agroecologia</li> </ul>            | Descrição de procedimentos técnicos para a agricultura urbana e periurbana.                         | Exposição das técnicas segundo os recursos, tipos de espécies, e passos do cultivo.  |

|               |                 |  |   |  |  |   |  |
|---------------|-----------------|--|---|--|--|---|--|
|               | Dubbeling, 2015 | La integración de la forestación y la agricultura urbana en los planes de acción sobre el cambio climático | Relação da agricultura urbana e a resiliência climática em cidades.                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidades e mudanças climáticas</li> <li>• Agricultura urbana e mitigação de emissão de gases de efeito estufa.</li> <li>• AU em Rosario, Argentina</li> <li>• AU em Western Province, Sri Lanka.</li> </ul>                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vulnerabilidade Cidades resilientes</li> <li>• Desenvolvimento sustentável e cidade.</li> </ul>   | Revisão empírica relacionada as categorias vulnerabilidade de cidades pelos efeitos das mudanças climáticas.                                    | Exposição dos resultados de estudos de caso sobre projetos de silvicultura em cidades, e principais resultados na mitigação de gases de efeito estufa.   |
| Reciprocidade | Sabourin, 2011  | Sociedades e organizações camponesas   | A importância das relações de reciprocidade nas comunidades e organizações camponesas | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios estruturantes da teoria da reciprocidade</li> <li>• Reciprocidade diferente da troca</li> <li>• Níveis, formas e estruturas da reciprocidade</li> <li>• Reciprocidade em organizações e comunidades camponesas.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípio da reciprocidade (desde a antropologia e a sociologia)</li> <li>• Princípios estruturantes da teoria da reciprocidade (níveis, formas e estruturas)</li> <li>• Dádiva</li> <li>• Formação de valores</li> </ul> | Revisão teórica, com apresentação de resultados de pesquisa empírica feita durante mais de 30 anos na África, Europa, América Latina e Oceania. | Seu livro está construído, a partir de três partes: 1) Exposição dos elementos constitutivos da teoria da reciprocidade; 2) Estudos de caso de organizações e sociedades camponesas; 3) As organizações camponesas, frente ao mercado e ao Estado. |
|               | Sabourin, 2011a | Teoria da Reciprocidad e e socio-antropologia do   | Relação entre reciprocidade e desenvolvimento   | Renovação da teoria da reciprocidade, desde a antropologia e a   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reciprocidade</li> <li>• Ajuda mútua</li> <li>• Solidariedade</li> <li>• Troca mercantil</li> <li>• Transmissão e</li> </ul>  | Revisão teórica sobre a teoria da reciprocidade, e revisão empírica da sua aplicação  | Destaque de cada um dos autores que tem contribuído à teoria da reciprocidade, e exposição de exemplos   |

|                       | desenvolvimento  |                                      | sociologia econômica.   | partilha de saberes   | no desenvolvimento rural.   | de pesquisa sobre a matéria.  |
|-----------------------|--|--------------------------------------|---|---|---|---|
| Temple e Chabal, 2003 | La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos | O princípio da reciprocidade         | Formas da reciprocidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Negativa</li> <li>• Positiva</li> <li>• Simétrica</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dádiva</li> <li>• Troca</li> <li>• Terceiro incluído</li> <li>• Três obrigações da dádiva: Dar, receber, e retribuir.</li> </ul> | Revisão teórica aprofundada   | Explica cada um dos elementos constitutivos da reciprocidade, caracterizando as suas três formas: reciprocidade negativa, a reciprocidade positiva e a reciprocidade simétrica. |
| Temple, 2009          | As origens antropológicas da reciprocidade             | Origem do princípio da reciprocidade | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reciprocidade nas tradições humanas.</li> <li>• Três dimensões: real, simbólica e imaginário.</li> </ul>                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturas da reciprocidade: Binária e ternária</li> </ul>   | Revisão teórica e histórica sobre o desenvolvimento da reciprocidade. | Divisão da análise por temas e apresentação dos principais debates e ideias.  |
| Polanyi, 2016         | A grande Transformação                                 | Economia de mercado                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação da economia de mercado</li> <li>• Princípios de outras economias: reciprocidade; redistribuição e autarquia.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia de mercado</li> <li>• Incrustação (Embeddness)</li> <li>• Lucro</li> <li>• Princípio de reciprocidade</li> </ul>        | Revisão histórica da formação dos mercados.                           | Explicação desde a história, antropologia, sociologia da formação da economia de mercado.   |
| Polanyi, 2010 [1957]  | El sistema económico como proceso institucionaliz      | Economia de mercado                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Origens históricas do mercado</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia substantiva</li> </ul>  | Revisão histórica   | Reflexão histórica e teórica.   |

|                              |                 | ado                            |  |   |  |                            |   |  |  |
|------------------------------|-----------------|--------------------------------|--|---|--|----------------------------|---|--|--|
| <b>Multiterritorialidade</b> | Raffestin, 1993 | Por uma geografia do Poder     | Relação do território e o poder.                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Geografia, território e poder</li> <li>Redes e territórios</li> <li>Redes e poder</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Território reticular</li> <li>Espaço</li> <li>Territorialização</li> <li>Atores sintagmáticos</li> </ul>  | Reflexão teórica           | Centra o análise do território na categoria do poder. Explicita a formação de redes territoriais ou territórios reticulares.                            |  |  |
|                              | Santos, 1998    | O retorno do território        | Importância de voltar para o conceito de território. | <ul style="list-style-type: none"> <li>Território como cenário de resistência.</li> <li>O lugar</li> <li>Três tipos de acontecer: Homólogo, complementar e hierárquico.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Território</li> <li>Dialética do território</li> <li>Espaço banal</li> <li>Transnacionalização do território</li> <li>Horizontalidade</li> <li>Verticalidade</li> </ul> | Argumentação teórica       | Análise desde o materialismo histórico e dialético, a partir da categoria de espaço geográfico, (sinônimo de território usado) contido no espaço banal. |  |  |
|                              | Haesbaert, 2006 | O Mito da Desterritorialização | Reflexões da dimensão territorial                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>Construtos teóricos do território</li> <li>Territorialidade</li> <li>Desterritorialização</li> <li>Compressão das relações espaço tempo.</li> <li>Multiterritorialidade</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Multiterritorialidade</li> </ul>  | Revisão e reflexão teórica | Abordagem da dimensão territorial desde diferentes construtos, problematizando a questão das múltiplas territorialidades.                               |  |  |
|                              | Haesbaert, 2008 | Dos múltiplos territórios à    | A multiterritorialidade                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>Território</li> <li>Múltiplos</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Territorialidade</li> <li>Multiterritorialidade</li> </ul>  | Debate teórico             | Reflexão e diferenciação das questões: Território,  |  |  |

| Multiterritorialidade |                                |   |   |   |   |   |
|-----------------------|--------------------------------|---|---|---|---|---|
|                       | multiterritorialidade          |   | territórios e Multiterritorialidade   | e Mobilidade espacial e virtual   |   | múltiplos territórios, multiterritorialidade.   |
| Haesbaert, 2009       | Dilema de conceitos            | Debate dos conceitos espaço e território  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito</li> <li>• Espaço e território</li> <li>• Contenção</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiterritorialidade</li> </ul>                                     | Reflexão teórica                            | Expõe por que falar de conceito; depois problematiza os conceitos espaço e território, depois a questão imobilidade e contenção.  |
| Sposito, 2006         | A questão cidade-campo         | Relações e complementariedades dos espaços cidade-campo   | <p>Questão cidade campo desde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Densidade demográfica</li> <li>• Unicidade espacial</li> <li>• Descontinuidades territoriais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unicidade espacial</li> </ul>  | Reflexão teórica                            | Elabora a reflexão sobre a relação e complementariedade de cidade-campo a partir de quatro dimensões  |
| Saquet, 2009          | Por uma abordagem Territorial. | As distintas abordagens do espaço, território e territorialidade dadas por pensadores internacionais e brasileiros desde 1960 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Território</li> <li>• Territorialidade</li> <li>• Configuração territorial</li> <li>• Espaço</li> <li>• Relação espaço-tempo</li> </ul>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferença espaço e território</li> <li>• Territorialidade</li> </ul> | Revisão teórica aprofundada                 | Construção da revisão ao redor do que o autor chama abordagem multidimensional, relacional e processual do território, trazendo elementos dos principais teóricos que têm abordado as categorias território e territorialidade. |
| Saquet, 2011          | Abordagens e concepções        | As concepções de território na obra de Manuel Correia de  | O trânsito na abordagem do conceito de  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem histórica, relacional e</li> </ul>                         | Revisão teórica das obras de Manuel Correia | Seleção das obras principais; identificação das categorias chaves e   |

| Multiterritorialidade   |   | de território e territorialidade   | Andrade   | território, espaço, área e região na obra de Manuel Correia de Andrade.  | multidimensional   | de Andrade   | posterior narração reflexiva e crítica. |
|-------------------------|---|--|---|--|--|--|---|
| Saquet, 2018            | A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial  | As concepções da descoberta do território e a consciência de classe e de lugar, como elementos centrais nas pesquisas participativas de abordagem territorial. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento territorial</li> <li>• Consciência de classe e de lugar</li> <li>• Território</li> <li>• Territorialidade</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Territorialidade</li> <li>• Retorno ao território</li> <li>• Identidade territorial</li> </ul>                    | Reflexões a partir de três projetos de pesquisa-ação.                | Articulação de três estudos de caso de pesquisa ação participativa com referencial teórico sobre desenvolvimento territorial.  |   |
| Saquet e Mondarno, 2008 | A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais | Construção do território nos processos migratórios   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Território</li> <li>• Redes de relações sociais</li> <li>• Migração</li> <li>• Mobilidade espacial</li> </ul>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Migração</li> <li>• Mobilidade espacial</li> <li>• Desterritorialização</li> <li>• Reterritorialização</li> </ul> | Revisão teórica e discussão sobre os conceitos território e migração | Discussão desde a teoria sobre o território e a migração, incluindo a categoria da rede.   |   |
| Sposito e Saquet, 2016  | O Conceito de Território no Brasil  | Revisão dos conceitos de território e territorialidade em geografia urbana e Agrária.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos de território e territorialidade desde a geografia urbana e a agrária</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Território</li> <li>• Territorialidade</li> </ul>   | Pesquisa bibliográfica   | Exposição dos conceitos território e territorialidade, divididos em duas grandes partes: geografia urbana, e geografia agrária. Cada um contém os principais expoentes e as suas concepções. |   |

Fonte: O autor (2020)



### 3. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: RETERRITORIALIZAÇÃO DE VÍTIMAS DO CONFLITO ARMADO E DE CAMPONESES EM BOGOTÁ - COLÔMBIA<sup>7</sup>

#### **Resumo:**

O conflito interno que vive a Colômbia desde metade do século XX tem mobilizado diferentes atores armados como guerrilhas de extrema esquerda, grupos paramilitares, bandas criminais, entre outros, pela ocupação de terras e apropriação das rotas de narcotráfico. A violência gerada contra a população civil fez com que mais de 8 milhões de pessoas fossem deslocadas do meio rural para as cidades, como Bogotá. Também, a desigualdade socioeconômica do campo intensificou o processo de migração rural-urbana de camponeses. O objetivo do artigo foi evidenciar o papel da agricultura urbana e periurbana (AUP) no processo de reterritorialização de Bogotá, feito por vítimas do conflito armado e camponeses que viveram a mobilidade espacial rural-urbana. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica de pesquisas realizadas entre os anos 2009 e 2019, e que abordaram o tema hortas urbanas cultivadas por vítimas do conflito e/ou camponeses que migraram à capital da Colômbia. Analisaram-se os resultados de 15 pesquisas, e entre os achados destaca-se que as práticas da AUP propiciaram o encontro entre pessoas de diversas zonas da Colômbia e a articulação de vínculos sociais; facilitaram o surgimento de redes sociais e, por último, permitiram o resgate de memórias, narrativas e saberes das comunidades.

#### **Palavras-chave:**

Mobilidade rural-urbana. Cidades. Periferia urbana. Hortas urbanas. Sustentabilidade.

#### **Abstract:**

The internal conflict that Colombia has been experiencing since the middle of the 20th century has faced different armed actors such as guerrillas, paramilitary groups, criminal bands, among others, for the occupation of land and the appropriation of drug trafficking routes. The violence generated against the civilian population has resulted in more than 8 million people being displaced from rural areas and mobilizing in cities like Bogotá. Also, a socioeconomic inequality in the countryside intensified the process of rural-urban migration of peasants. In this scenario, the objective of this article was to explore the role of urban agriculture (UA), in the process of re-territorialization of Bogotá, lived by the victims of armed conflict and peasants who arrived to the capital city. For this, it was carried out a bibliographic review between the years 2009 and 2019, which addressed the work of urban gardens done by victims of the conflict and / or peasants who migrated to the capital of Colombia. The results of 15 studies were analyzed, and among the findings, it is highlighted that the AUP practices, through urban gardens, provided the meeting between people from different areas of Colombia and the articulation of social links,

---

<sup>7</sup> Artigo submetido na revista Campo-Território: Revista de Geografia Agrária (Qualis A2 da Capes), em 19 de novembro de 2020, em avaliação.

as well as facilitating the fabric of networks and the rescue of memories, narratives and knowledge of communities.

**Keywords:**

Migration. Cities. Suburbs. Urban gardens. Sustainable.

**Introdução**

O conflito armado interno que vive a Colômbia desde metade do século XX é um complexo processo enfrentado pelo Estado com diferentes atores ilegais, tais como guerrilhas de extrema esquerda, grupos paramilitares que tiveram vínculo com a classe política da direita colombiana, carteis de narcotráfico, entre outros (BUSHNELL, 1996). Por trás dos conflitos, há uma luta pelo controle do território para produção de drogas, assim como acumulação de terras (RUIZ, 2007), o que levou o país a uma constante luta interna (SERJE, 2011).

Um dos efeitos mais evidentes desse conflito foi a migração forçada da população que morava no meio rural. Entre os anos 1950 e 2018, registraram-se mais de 8.130.704 colombianos(as) deslocados(as) (UNIDAD DE VÍCTIMAS DE COLOMBIA, 2019) do meio rural para espaços urbanos, população identificada no texto como vítimas do conflito armado. Por outro lado, a migração interna também foi vivida por camponeses que agenciaram sua mobilidade rural-urbana por condições estruturais da realidade colombiana: Desigualdade socioeconômica, falta de oportunidades no campo, procura de segurança, entre outros.

Essas populações deslocaram-se para as principais cidades da Colômbia, entre elas Bogotá, capital do país, onde moram mais de 7,8 milhões de pessoas (DANE, 2018), das quais 354.633 são reconhecidas como vítimas do conflito armado (ALTA CONSEJERÍA PARA LAS VÍCTIMAS, 2020). As populações ocuparam, principalmente, os espaços de periferia da cidade como as bordas sul, sudeste, sudoeste e noroeste (VARGAS; RUIZ, 2015; GOMEZ-LEE; BURQ, 2018), a um ritmo que os encarregados do planejamento e a gestão da cidade não conseguiram responder com infraestrutura (TORRES, 2009). Beuf (2012) destaca que essa dinâmica de ocupação do solo deu origem à chamada cidade informal, que crescia em paralelo à cidade formal.

Nesse processo de mobilidade e habitação da cidade tem-se presenciado o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana (AUP), através de hortas comunitárias nas beiras de rios e riachos, ou de hortas no interior das moradias, sejam em jardins, terraços ou pátios, o que permitiu inferir um processo de reterritorialização das populações na cidade. Por essa razão, o objetivo do artigo é evidenciar o papel da AUP no processo de reterritorialização de vítimas do conflito armado e/ou de camponeses que vivenciaram a mobilidade espacial rural-urbana em Bogotá.

Tem-se em conta, segundo Santos (1998), que o território é uma produção a partir da apropriação do espaço banal onde apresentam-se horizontalidades (relações contíguas e solidárias) e verticalidades (imposições do mercado). Para Raffestin (1993, p. 8) nesse processo de apropriação manifestam-se diversas “relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável”. Assim:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Saquet (2009, p. 82) no território há: a) relações de poder; b) construção histórica e relacional de identidades; e c) movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Nele o ator sintagmático agencia a territorialidade, que é “a tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada (território)” (SAQUET, 2009, p. 86).

A territorialização contém multiplicidade de manifestações, poderes e agentes/sujeitos segundo Haesbaert (2008), pelo qual incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais “pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (p. 21). A territorialização não é um processo único, por isso Haesbaert (2008) propõe as multiterritorialidades como “construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (p. 26).

No contexto de Bogotá, a agricultura urbana e periurbana se constitui numa materialidade de manifestações de sujeitos; manifestações que podem ser resultado da mobilidade rural-urbana, onde se expressam múltiplas territorialidades. Para isso, tem-se em conta a descrição da AU feita por Smit, Ratta e Nasr (1996), sendo:

Uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade ou metrópole onde cresce, se processa e se distribui uma diversidade de alimentos e produtos não-alimentares, (re) usando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados nessa área urbana e, por sua vez, retribuindo-os amplamente para essa área urbana<sup>8</sup>. (SMIT; RATTÁ; NASR, 1996, p. 3, *tradução nossa*).

Problematizando o conceito de AUP, Mougeot (2000) expõe que ela não procura concorrer com a agricultura rural (AR). Pelo contrário, articula-se às duas. Segundo o autor, a diferença está na interação que a AU faz com o ecossistema urbano (local onde se desenvolve) e sua retribuição a ele.

Esses elementos deram o suporte para fazer uma revisão sistemática de literatura das produções acadêmicas relacionadas a Bogotá, e que articularam a agricultura urbana e periurbana, as vítimas do conflito, os camponeses e o espaço urbano, e que ora se apresenta os resultados desta.

## **Apontamentos Metodológicos**

Como o tema central de revisão foi definido em: “o papel da agricultura urbana e periurbana no processo de reterritorialização do espaço urbano feito por populações vítimas do conflito armado e camponeses em Bogotá”, a estratégia de pesquisa correlacionou quatro palavras chaves: “Agricultura urbana” AND huertas AND Bogotá AND Víctimas del conflicto. Assim, os critérios de inclusão e seleção de documentos nas bases de dados Google Acadêmico, Redalyc, Portal de Periódicos Capes/MEC, Biblioteca Universidad Nacional de Colombia, Scielo e

---

<sup>8</sup> Urban Agriculture “is an industry located within (intra-urban) or on the fringe (peri-urban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-)using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area” (SMIT; RATTÁ; NASR, 1996, p. 3).

Directory of Open Access Journals (Doaj) foram: i) publicação acadêmica: dissertação, tese, artigo de periódico, capítulo de livro, etc.; ii) tempo de pesquisa: Entre 2009 e 2019; e iii) língua: Espanhol, aceitando-se resultados em português ou inglês.

Observou-se que as bases de dados Portal de Periódicos Capes/MEC, Biblioteca Universidad Nacional de Colombia, Scielo e Doaj não ofereceram resultados relevantes à busca pelo qual foram desconsideradas. O Google Acadêmico teve 179 achados, e Redalyc 146. Após a leitura de títulos e resumos, escolheram-se 13 publicações de Google Acadêmico e 2 da Redalyc, que relacionaram ao menos três das quatro palavras chaves.

Depois da seleção, as pesquisas foram digitalizadas numa planilha, onde foram identificadas: (i) referência bibliográfica; (ii) tema central; (iii) descrição do objeto de pesquisa; (iv) metodologia e instrumentos metodológicos; (v) principais resultados; (vi) uma revisão respondendo à questão central da revisão, conforme o recomendado por Randolph (2009).

As publicações coletadas foram: quatro artigos de revistas acadêmicas, dois capítulos de livros e nove dissertações de mestrado, tratadas nas áreas de conhecimento das Ciências Ambientais (42%), das Ciências Políticas (20%), das Ciências Sociais e Humanas (20%) e em outras (18%).

Das 15 publicações revisadas, cinco eram estudos de caso; cinco análises qualitativas; duas com metodologias mistas (enfoques qualitativos e quantitativos); uma revisão documental; um mapeamento coletivo e um resultado de ação-participativa.

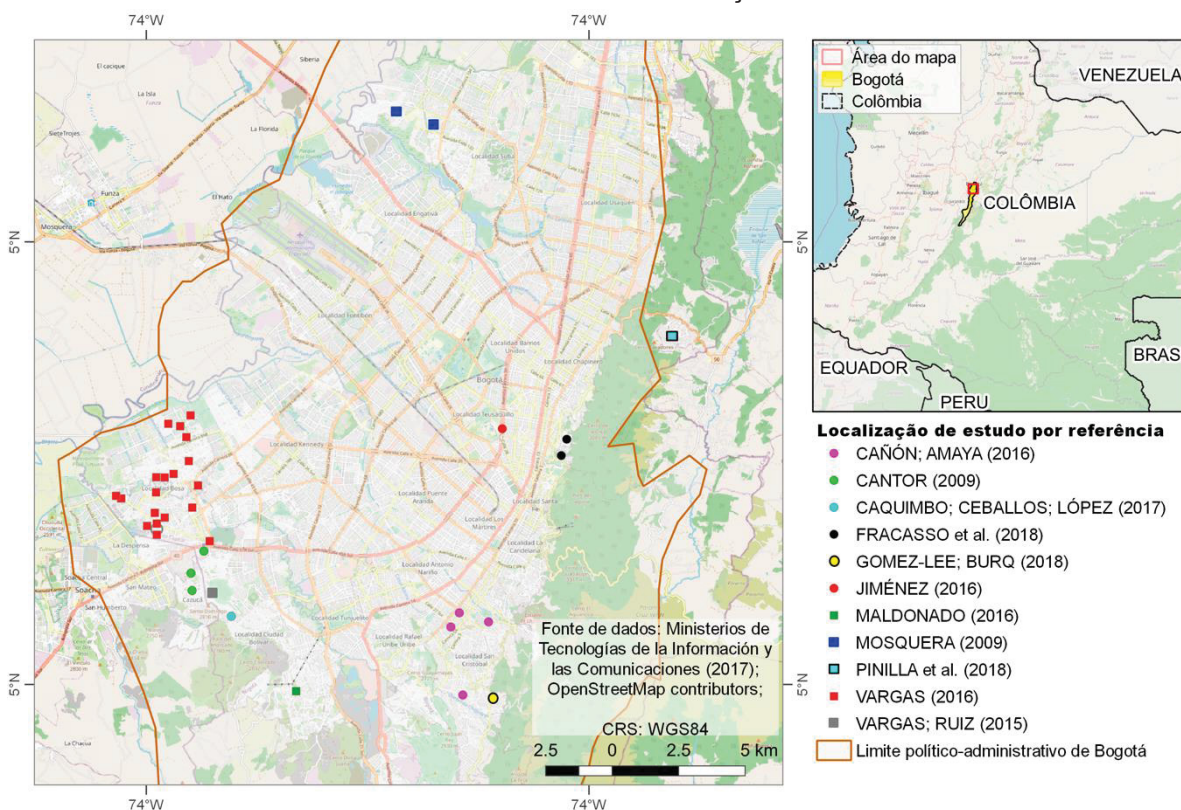
Entre as publicações, dez tiveram como cenário da pesquisa os distritos<sup>9</sup> com parte da periferia da borda sul, sudeste, sudoeste e noroeste de Bogotá, relacionando a AUP e a população de mais baixa renda, entre eles vítimas do conflito; ex-integrantes de grupos de guerrilhas e paramilitares; camponeses que migraram à cidade procurando melhor qualidade de vida, entre outros. Em uma publicação o cenário da pesquisa foi um bairro do centro da cidade onde reside uma população de classe média, e outras quatro publicações analisaram aspectos da agricultura urbana e periurbana em toda Bogotá. Na FIGURA 1 apresenta-se a

---

<sup>9</sup> Para efeitos da tradução usou-se a palavra distrito. O nome em espanhol usado pelo governo local para a divisão interna da cidade é 'localidad'.

distribuição dos locais das pesquisas que tiveram como cenários bairros específicos.

FIGURA 1 - LOCAIS DE PESQUISAS DAS PUBLICAÇÕES SOBRE AUP EM BOGOTÁ



FONTE: Cañón; Amaya (2016); Canto (2009); Caquimbo; Ceballos; López (2017); Fracasso *et al.* (2018); Gómez-Lee; Burq (2018); Jiménez (2016); Maldonado (2016); Mosquera (2016); Pinilla *et al.* (2018); Vargas (2016); Vargas; Ruiz (2015).

ELABORAÇÃO: Minatel; Cruz (2020).

## Descrição dos achados

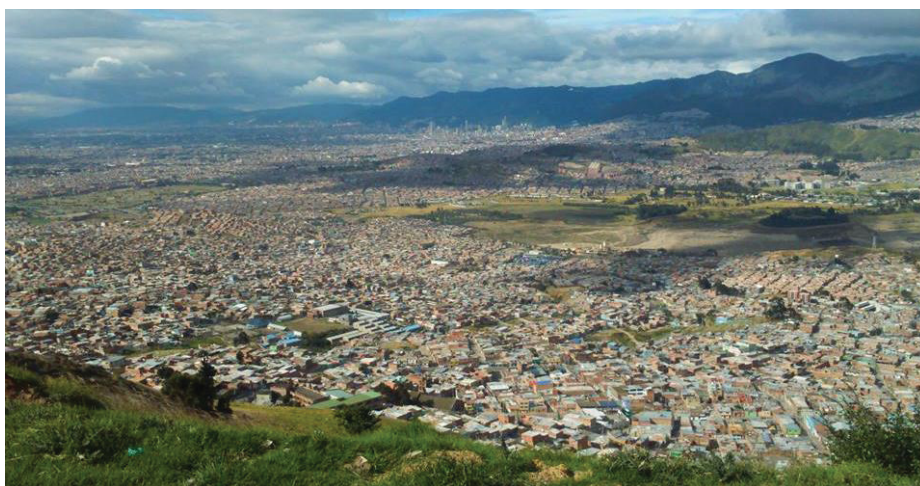
A revisão de literatura relativa à AUP em Bogotá permite inferir que essa tem relação direta com aquelas famílias vítimas do conflito armado, que chegaram de zonas rurais desde metade do século XX, e com a população camponesa que migrou à cidade em busca de melhores condições de vida. A AUP aparece na literatura sob a expressão de hortas urbanas, e apresenta relação com aspectos socioeconômicos nos diferentes distritos. Considerando a divisão política-administrativa de Bogotá em 20 distritos, a apresentação dos resultados os agrupa por regiões (sudeste, sudoeste, norte e noroeste).

Começando pela região sudoeste de Bogotá, acharam-se quatro publicações que tiveram como área de estudo os bairros do distrito *Ciudad Bolívar* (CANTOR, 2009;

VARGAS; RUIZ, 2015; MALDONADO, 2016; CAQUIMBO; CEBALLOS; LÓPEZ, 2017). Este é um dos três maiores distritos de Bogotá e está localizado no sul da cidade.

Segundo a *Secretaría Distrital de Planeación* (SDP, 2009) a sua extensão é de 12.999 hectares (ha), das quais 3.391 ha são urbano e 9.608 ha de rural. Seu relevo é montanhoso e foi ocupado, principalmente, por uma população que migrou de regiões rurais da Colômbia, em duas etapas. A primeira, entre 1940 e 1980, com a instalação de casas subnormais – criadas aos poucos, segundo a capacidade financeira dos moradores – (TORRES, 2009), nas partes baixas e médias dos morros (FIGURA 2); a segunda, desde 1980, com a ocupação das zonas mais altas (SDP, 2009).

FIGURA 2 - DISTRITO CIUDAD BOLÍVAR



FONTE: O autor (2017).

Além da população que migrou, *Ciudad Bolívar* também foi ocupada, em menor parte, por famílias de baixa renda que já habitavam na capital e que procuravam uma moradia própria mas, como descrito por Torres (2009), pelos preços das casas na cidade formal não conseguiam acessar a um imóvel. Isso deu passo a que urbanizadores ilegais lhes venderam lotes a baixos preços, embora não existiam “condiciones mínimas de urbanización en los barrios de origen informal, tanto de servicios básicos, como de accesibilidad a la ciudad” (TORRES, 2009, p. 107). Assim foi-se conformando parte da periferia de Ciudad Bolívar.

Dados da *Secretaría Distrital de Planeación* (2020) indicam que para o ano 2018 no distrito viviam 584.655 pessoas.

Nesse cenário, Cantor (2009) pesquisou a incidência e as percepções da agricultura urbana e periurbana por parte de 20 moradores do distrito Ciudad Bolívar (Bogotá) e dos bairros Altos de Cazucá e Ciudadela Sucre, do município de Soacha – que faz fronteira com Ciudad Bolívar –. Por ficarem próximos, Ciudad Bolívar e Soacha partilham o histórico de ocupação por população que migrou das zonas rurais.

A pesquisa, de cunho qualitativa, usou entrevistas semiestruturadas e coleta de relatos orais para identificar as percepções sobre a AUP. Da população abordada por Cantor (2009), nove pessoas eram reconhecidas como vítimas do conflito armado e as outras 11 tinham morado na ruralidade antes da sua chegada a Bogotá. Nos resultados, assegurou que os participantes contrastaram os vínculos criados nos seus povoados de origem, indicando que lá existiam relações de solidariedade: “Los vecinos se conocen, se colaboran y hay generosidad, hay préstamo de jornales, intercambio de productos, apoyos frente a problemas de salud. En la ciudad, el nivel de confianza disminuye, por ello no es fácil hacerse favores” (CANTOR, 2009, p. 68).

Nos relatos, os entrevistados relacionaram seus lugares de origem com três termos: tranquilidade, segurança alimentar e autonomia. No caso da população deslocada, seis dos nove participantes indicaram que passaram de um bairro a outro antes do lugar onde desenvolvem agricultura urbana e periurbana, fazendo com que a pesquisadora relacionasse as hortas urbanas com o significado de “ter estabilidade” (CANTOR, 2009, p. 70). Estabilidade derivada da renda, dado que metade dos agricultores vendem os produtos de suas hortas; e simbólica, pois a AUP ajudou à população deslocada a criar redes sociais, a manter viva a identidade camponesa e a resistir à hostilidade da vida urbana.

Vargas e Ruiz (2015), que também fizeram uma pesquisa no distrito Ciudad Bolívar, descreveram a resiliência social e as economias alternativas presentes na rede de hortas do bairro Altos de la Estancia, por meio de um estudo de caso. As pesquisadoras acompanharam durante cinco meses o desenho coletivo da rede, e com observação participativa e entrevistas semiestruturadas identificaram moradores interessados em praticar ou fortalecer a agricultura urbana e periurbana.

Durante o século XX o bairro Altos de la Estancia sofreu um intenso processo de desmatamento e extração de minérios, bem como uma urbanização caótica por parte da população rural do país que fugia da violência interna. Nesse



bairro a urbanização deu-se em duas fases: a primeira na década de 1940, e a segunda nos anos 1990. Esses fatores geraram um alto risco socioambiental para sua população, porque os terrenos apresentavam ameaça de deslizamento de terra (VARGAS; RUIZ, 2015).

Mesmo em condições de solo seco para semear, no bairro Altos de la Estancia articulou-se uma rede de 10 hortas urbanas, que produziam frutas, vegetais e hortaliças, destinadas para autoconsumo e para mercados solidários (VARGAS; RUIZ, 2015, p. 67). Destas, cinco hortas foram criadas por gestão da comunidade; duas já estavam em funcionamento desde antes de 2009 e três foram implementadas com auxílio do *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis*, instituição da prefeitura da cidade que promove e apoia a formação de hortas.

Nos resultados, Vargas e Ruiz (2015) assinalaram que parte da população da Rede havia sido vítima do conflito ou integrou algum grupo armado, mas que por questões de segurança da população não abordaram com profundidade esse tema. Explicaram que, apesar das diferenças culturais e das especificidades históricas da ocupação do bairro, por meio da Rede a comunidade conseguiu organizar-se (com sua produção) e fazer a autogestão (articulando-se para vender diretamente em mercados), ou seja, a agricultura urbana e periurbana converteu-se “en una forma de emprendimiento comunitario para el desarrollo local (VARGAS; RUIZ, 2015, p. 83).

Caquimbo, Ceballos e López (2017) relataram sobre uma pesquisa Ação-Participativa, sob a perspectiva do direito à cidade, no melhoramento de um parque no bairro Caracolí. Esse território fica na periferia de Ciudad Bolívar e foi urbanizado informalmente, por uma parcela da população vítima do conflito e por pessoas que no passado integraram grupos armados ilegais. As autoras caracterizaram o bairro pela má qualidade das moradias e a carência de espaços públicos, colocando como questão quais as opções que teriam os moradores de bairros populares de reivindicar seu direito à cidade, que lhes permitissem ter uma vida digna (CAQUIMBO; CEBALLOS; LÓPEZ, 2017). Por meio do melhoramento do parque do bairro Caracolí, com a participação da comunidade e de estudantes da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontificia Universidad Javeriana, demonstraram que foi gerado um tecido social e a apropriação do espaço urbano.

Apesar da publicação não ter como eixo central a agricultura urbana e periurbana, as pesquisadoras identificaram o projeto do coletivo costa-riquenho

“Pausa Urbana”, que desenvolveu uma horta urbana com os habitantes do bairro, sendo referida pelos moradores como uma oportunidade para ter alimentos para autoconsumo e para ter vegetação no bairro (CAQUIMBO; CEBALLOS; LÓPEZ, 2017).

Outra pesquisa que abordou o distrito de Ciudad Bolívar foi a de Maldonado (2016), que analisou a implementação do Decreto 255 de 2013, relativo ao reassentamento – por vulnerabilidades socioambientais – das famílias que moravam junto ao riacho Limas, Brazo Derecho, e que tinham ocupado os terrenos localizados sobre os morros do distrito há décadas, como exposto na FIGURA 3. O processo de reassentamento precisou deslocar pessoas dos bairros Villa Gloria, San Rafael, Nueva Colombia e Juan Pablo Segundo.

FIGURA 3 - BAIRRO NUEVA COLOMBIA, DISTRITO CIUDAD BOLÍVAR



FONTE: O autor (2020).

Esses bairros foram urbanizados por camponeses que migraram para Bogotá, vítimas do conflito e/ou ex-integrantes de grupos armados ilegais. A comunidade que conseguiu organizar-se percebeu as ações do Decreto 255 de 2013 como um segundo processo de deslocamento, não mais rural-urbano, agora intraurbana. A AU não era o foco principal da pesquisa do autor, mas esta apareceu no discurso das comunidades que tinham desenvolvido hortas urbanas, assinalando que buscavam evitar que a juventude se envolver com problemas sociais – como consumo de substâncias psicoativas –, assim as hortas auxiliavam na recuperação ambiental dos bairros periféricos e no empoderamento da comunidade (MALDONADO, 2016, p. 48).

Outro cenário do sudoeste de Bogotá relacionado à AU foi referenciado por Vargas (2016) no distrito Bosa. Em 2019 o distrito contava com 776.363 habitantes, desses 68,9% estavam inscritos na base de dados de beneficiários de auxílios sociais da Colômbia, conhecido como Sisben (SDH, 2019), o que permite inferir a vulnerabilidade socioeconômica da população.

Baseada em uma pesquisa qualitativa – observação participativa e entrevistas semiestruturadas –, Vargas (2016) procurou identificar as estruturas sociais da organização comunitária das hortas de Bosa, numa amostra de 20 espaços de cultivo que foram implementados pela organização Semillas Vida y Paz (Semisvipaz). Vargas (2016) caracterizou dois tipos de relações sociais: as de primeiro nível (familiaridade e vizinhança), e as de segundo nível ou tramas vinculares, que permitem a articulação da comunidade com organizações, instituições, faculdades, entre outros. A pesquisadora identificou também práticas de reciprocidade (ajuda mútua e transmissão de saberes), entre os(as) agricultores(as), facilitando à formação de vínculos afetivos. Afirmou que:

Las personas involucradas en este proceso manifiestan cambios en los modelos cognitivos, puesto que experimentan una re-significación y una re-interpretación de la realidad de su territorio y el futuro de este. Encuentran nuevas posibilidades de acción individual y comunitaria, que les permiten evaluar sus capacidades como actores sociales y las posibles intervenciones sobre las problemáticas que les afectan. (VARGAS, 2016, p. 93).

Vargas (2016) concluiu que há três fatores que auxiliaram a organização comunitária: 1) a existência de relações de reciprocidade; 2) a oportunidade de mudanças e crescimento dos atores sociais; e 3) a promoção de capacidades de autogestão comunitária.

### **Tecido social na região sudeste**

De acordo com Gomez-Lee e Burq (2018), que realizaram uma pesquisa no distrito San Cristóbal (região sudeste), no bairro Ciudadela Santa Rosa chegaram nos anos 1990 pessoas vítimas do conflito armado, mas também ex-integrantes de guerrilhas e de grupos paramilitares, por meio de um programa de reinserção à vida civil do governo nacional. Segundo os pesquisadores, no bairro foram construídas

casas para 300 famílias, mas o projeto foi executado com irregularidades, gerando habitações com problemas estruturais, decorrentes destes várias casas entregues tiveram que ser evacuadas. Nos anos 2000, uma média de 180 famílias foram deslocadas da região do pacífico da Colômbia (oeste da Colômbia) para o bairro, ocupando as casas abandonadas, o que gerou um conflito com a vizinhança que já habitava o local.

A pesquisa centrou-se em estudar a capacidade de agência e mobilização da organização solidária internacional *Proyectar Sin Fronteras* (PSF), para promover a autogestão de soluções que permitissem melhorias nas condições de vida da comunidade (GOMEZ-LEE; BURQ, 2018). As hortas urbanas haviam sido projetadas por esta Organização para ajudar na garantia de segurança alimentar. Em decorrência do conflito territorial existente, a agricultura urbana não foi um espaço para tecer vínculos sociais e redes entre a vizinhança (ibid. 2018).

Na descrição dos pesquisadores, os moradores não tinham um senso de pertencimento ao bairro Ciudadela Santa Rosa; eles continuavam identificando-se com os locais onde nasceram ou viviam, principalmente zonas rurais (GOMEZ-LEE; BURQ, 2018). Entre 2012 e 2018, o projeto da organização *Proyectar Sin Fronteras* havia capacitado 1.000 pessoas e 50 famílias haviam instalado uma horta junto à sua casa. No entanto, pela mobilidade constante das famílias que saíam e chegavam no bairro, em média 35 hortas estavam em funcionamento em 2018.

Cañón e Amaya (2016) usaram um enfoque misto de pesquisa (questionário não probabilístico e entrevistas) para analisar o uso de recursos naturais (terra, água, compostagem, etc.) de 10 experiências de agricultura urbana e periurbana em quatro bairros do distrito San Cristóbal (Sociego, 20 de Julio, San Blas e La Gloria). Os agricultores e as agricultoras que participaram da pesquisa já tinham experiência de mais de cinco anos cultivando em hortas na cidade, alguns vinham do campo e contavam com capacitações por parte do governo local (CAÑÓN; AMAYA, 2016).

Os pesquisadores destacam o encontro de saberes tradicionais ou empíricos, que os agricultores trouxeram da zona rural e os mobilizaram no espaço urbano, com os conhecimentos técnicos transmitidos por instituições como o *Jardín Botánico de Bogotá*, inclusive relatados pelos participantes da pesquisa: “hubo intercambio de saberes porque ellos (técnicos del Jardín Botánico) traían una tecnología, nosotros hacemos otra porque nosotros los campesinos tenemos

muchos saberes” (CAÑÓN; AMAYA, 2016, p. 29). Assim, os pesquisadores assinalaram que na agricultura urbana e periurbana vivenciou-se um processo de troca de saberes e “un ejercicio colaborativo y comunitario” (CAÑÓN; AMAYA, 2016, p. 29).

A agricultura das hortas era praticamente orgânica e os alimentos eram produzidos principalmente para autoconsumo. Só uma das experiências produzia excedentes para a venda em mercados locais.

### **Atividades nas bordas do leste e noroeste**

O relevo do leste de Bogotá está definido pela cadeia de montanhas conhecida como Cerros Orientales onde ficam, entre outros, os bairros de periferia El Paraíso e Villa del Cerro. Fracasso; González e Cabanzo (2018, p. 2) pesquisaram o patrimônio cultural em hábitat populares, a partir de duas hortas comunitárias, sob pretexto que “lo patrimoniable es el valor que los habitantes de un lugar atribuyen, por varias razones, a bienes materiales, manifestaciones culturales inmateriales o bienes naturales del propio entorno”.

A pesquisa utilizou a metodologia baseada em práticas artísticas (*arts-based research*), obtendo dados junto às comunidades em oficinas de pesquisa-criação e revelou que em 2012 no bairro Villa del Cerro havia sido criada a horta Del Mirador por um grupo de jovens – alguns deles ex-moradores de rua –. O grupo contava com o apoio de habitantes do bairro que coletavam resíduos orgânicos e os entregavam aos jovens para compostagem, o que apoiava na produção de alimentos sem químicos, beneficiando ao menos 70 famílias (FRACASSO; GONZÁLEZ; CABANZO, 2018).

No bairro El Paraíso implantou-se a horta Huya Huanga, organizada pelo Comité Histórico Territorial Paraíso (Cohitepa), num espaço em que as pessoas jogavam lixo, gerando poluição, e que fica próximo do riacho El Chulo. A horta foi promovida por uma moradora e estudante de Sociologia, e apoiada por pessoas que haviam vivido no meio rural. Os participantes realizavam oficinas para ensinar práticas de compostagem e cultivos na área residencial (FRACASSO; GONZÁLEZ; CABANZO, 2018).

Entre as manifestações culturais nas hortas, os autores destacam o trabalho solidário e coletivo, referindo-se a ele como Minga (trabalho coletivo de

comunidades indígenas dos Andes e característico das zonas rurais), mas vivenciado no contexto de periferia urbana e na história de autogestão dos dois bairros. Ressaltaram como patrimônio do hábitat popular a criação e manutenção de valores como a solidariedade, a articulação social, a autonomia e a diversidade. Fracasso; González; Cabanzo (2018, p. 15) concluíram que:

Las dos huertas sugieren una alternativa local a la lógica capitalista, por la subjetividad social y política que caracteriza el proceso y por el valor simbólico del desprendimiento, reciprocidad, valores equitativos y armónicos de reorganización de la vida comunitaria, que entran a hacer parte de una visión postcapitalista.

No extremo noroeste de Bogotá, no distrito Suba, a publicação de Mosquera (2009) trabalhou com seis organizações ou grupos comunitários dedicados à agricultura urbana e periurbana, que reuniam 116 pessoas, principalmente de origem camponesa, nas *Unidades de Planeamiento Zonal* (divisão administrativa que agrupa vários bairros) *Tibabuyes* e *Rincón*. A pesquisa qualitativa – observação participativa e entrevistas – procurou analisar os efeitos socioeconômicos e ambientais da AUP.

Foi realizada no 2009, cinco anos após o governo local criar um projeto para a promoção da agricultura urbana e periurbana em Bogotá (ano 2004), mas o pesquisador esclareceu que a AUP desenvolvida pela população antecede esse projeto. Os resultados apontaram que as hortas urbanas ajudaram a tecer redes de apoio e vizinhança entre a população que migrou para a cidade, dado que, segundo entrevistas, nos seus locais de origem as relações eram baseadas na solidariedade, e na cidade esse vínculo se quebrou.

### **O cultivo urbano em Bogotá**

Rodríguez (2017) divulgou os resultados de uma pesquisa que realizou em 17 dos 20 distritos de Bogotá. O pesquisador perguntava pelos componentes simbólicos, estrutura social e tecnologias utilizadas na AU, com o objetivo de determinar as percepções e imaginários de 96 agricultores(as) – vítimas do conflito, camponeses e cidadãos dedicados ao cultivo—, sobre essa atividade em Bogotá.

Coletou a informação através de questionários e aprofundou a informação com 25 entrevistas semiestruturadas. Fez uma análise de correspondências

múltiplas (ACM), relacionando a população de extratos (grupo socioeconômico) 1 e 2, que são de baixa renda, e os de extrato 3 e 4 (renda média). Na percepção dos agricultores dos dois grupos, semear na cidade permite reconstruir as relações quebradas pelos processos de migração forçada (87 por cento do primeiro grupo e 89 por cento do segundo grupo).

A pesquisa revelou que a maioria das pessoas que cultivam na cidade são mulheres e que por meio da AU as populações mantiveram conexão com a identidade camponesa, alguns com seu passado. Também facilitou a criação de vínculos solidários, especialmente com outros agricultores da cidade (RODRÍGUEZ, 2017).

Por sua vez, a pesquisa de Torres (2018), com vítimas do conflito armado, usou um enfoque misto para analisar o potencial da agricultura urbana no sustento dessa população, propondo o cultivo do fruto cítrico lulo (*Solanum quitoense*) na cidade. A pesquisa partiu de um diagnóstico da população, com 103 questionários, o qual evidenciou que 18% realizavam agricultura urbana em Bogotá e 50% não cultivava por falta de apoio governamental ou de um espaço no local de moradia. A segunda parte avaliou a importância da AU na melhora da qualidade de vida da população vítima do conflito armado, concluindo que o cultivo mostra-se de grande importância no restabelecimento de direitos, no fortalecimento de vínculos sociais e na recuperação de memória.

Pinilla *et al.* (2018) trabalharam no mapeamento coletivo das hortas de Bogotá a partir da plataforma online AgroEcoBogotá, que georreferencia e disponibiliza informações sobre estas. O objetivo da AgroEcoBogotá era visibilizar “os grupos que têm sido afetados por conflitos territoriais e que com frequência não são visíveis nos mapas convencionais”<sup>10</sup> (PINILLA *et al.*, 2018, p. 408). O Projeto foi impulsionado para conectar os agricultores dos mesmos bairros e promover redes solidárias, dado que eles não só migraram para a cidade com conhecimento de cultivos, mas também com saberes de sementes crioulas e receitas de cozinha tradicional, que são valorizadas no espaço urbano (PINILLA *et al.*, 2018). Para eles as hortas urbanas ajudam à subsistência de populações –em especial as de baixa renda – e, no longo prazo, no empoderamento dos cidadãos (PINILLA *et al.*, 2018).

---

<sup>10</sup> “The intention is to give greater public visibility to groups who have been affected by territorial conflicts which often are not visible in the conventional maps”. (PINILLA *et al.*, 2018, p. 408)

Um dos mapeamentos coletivos foi feito no bairro de periferia urbana San Luís (norte de Bogotá), ao lado de Chapinero, um dos distritos onde mora população de alta renda. San Luís foi formado por pessoas que migraram em decorrência da violência socioeconômica da ruralidade. No bairro fica o espaço agroecológico *Casa Taller Las Moyas*, que promove as mingas<sup>11</sup> (trabalho coletivo de comunidades indígenas dos Andes) e reuniões do grupo ‘Guardianes de semillas’, grupo de mulheres que conservam sementes crioulas.

Os pesquisadores concluíram que a plataforma AgroEcoBogotá é uma ferramenta que permite a integração das pessoas que se dedicam à agricultura urbana e periurbana e que visibiliza iniciativas cidadãs como uma prática política. Para além da plataforma, destacaram a importância de integrar à população vítima do conflito armado e camponeses que migraram à Bogotá nas práticas de AU.

### **AU, segurança e soberania alimentar**

Entre as publicações, o tema segurança e a soberania alimentar foi destacado por Jimenez (2016), que tomou como referência o distrito Teusaquillo – no centro da cidade e habitado por pessoas com renda média –. Através da observação participante, atuou no coletivo ECO sembrando barrio, uma experiência que trabalha com educação ambiental para o resgate de saberes ancestrais e o uso de sementes crioulas pela AU para promover soberania alimentar.

Em 2016 conformavam este coletivo 10 pessoas e tinham conseguido apoiar a criação de mais de 50 hortas orgânicas na cidade em oficinas, principalmente em escolas. A atividade do coletivo promoveu a formação de tecido social e a obtenção de sementes crioulas. Segundo Jiménez (2016), o coletivo fazia a recuperação de saberes ancestrais para cultivar, motivados pela criação de espaços de comércio justo e não pela troca mercantil.

Na sua vez, Campos (2015) abordou o movimento La Vía Campesina, que organiza os mercados de camponeses na cidade, e o Grupo Semilla, que defende a produção de sementes crioulas e nativas. A abordagem se fez pela teoria do

---

<sup>11</sup> “Mingas are an Andean tradition of collaborative work that was practiced since generations by the indigenous communities”. (PINILLA *et al.*, 2018, p. 413)



empoderamento de atores sociais e a pesquisa qualitativa foi realizada por meio de revisão de bibliografia e de entrevistas com líderes dos dois movimentos.

Entre os resultados destacou a diferença entre a segurança alimentar, que é promovida como política neoliberal, e a soberania alimentar, que surgiu a partir dos movimentos de camponeses na sua luta pela autonomia na sua atividade (CAMPOS, 2015). Reconheceu que através da valorização de sementes nativas e da organização de mercados sem intermediários “se refuerza la identidad y se ve condensado el concepto de soberanía alimentaria y les permite ser conscientes y valorar su riqueza cultural” (CAMPOS, 2015, p. 53).

Também tratando da segurança e soberania alimentar, Mosquera (2017) analisou o discurso de três planos de ações do governo da prefeitura de Bogotá, sob prefeitos de partidos políticos de esquerda (2004-2007, 2008-2011, 2012-2015), argumentando que estes apresentaram vontade política para a redução da fome e a desnutrição, buscando garantir o direito à alimentação. No entanto, os dois primeiros planos de governo estão vinculados ao conceito de segurança alimentar (garantir alimentação), mas não à soberania alimentar, conceito impulsionado pelos movimentos sociais relacionado ao acesso à terra, aos espaços de cultivo, à água, à alimentação sem químicos, e à recuperação de sementes crioulas, entre outros.

Reverendo os três planos de governo, destacou que desde 2004 se institucionalizou o programa de promoção da agricultura urbana e periurbana para fomentar os cultivos e garantir a segurança alimentar. Considera um avanço pela essência do projeto mantido até 2015, contudo não tem envolvido na discussão outros atores sociais, nem tem uma proposta diferencial para camponeses e/ou vítimas do conflito armado que migraram para a cidade, dado que reúne toda a população beneficiária sob o termo de ‘cidadão sujeito de direitos’.

### **Considerações Finais**

Com base na revisão de literatura sobre agricultura urbana e periurbana (AUP) em Bogotá é possível inferir que as pesquisas abordaram três temas principais: 1) a estrutura simbólica, o impacto social da AUP ou o empoderamento civil ao redor da AUP (VARGAS; RUIZ, 2015; MOSQUERA, 2009; GÓMEZ-LEE; BURQ, 2018; RODRÍGUEZ, 2017; VARGAS, 2016; PINILLA *et al.*, 2018); 2) o manejo e os recursos naturais da AUP articulados com a sustentabilidade, ou o rol

de direito à cidade (TORRES, 2018; MALDONADO, 2016; CANTOR, 2009; CAÑÓN; MAYA, 2016; CAQUIMBO *et al.*, 2017); e 3) a relação da AUP com a soberania e a segurança alimentar (JIMÉNEZ, 2016; CAMPOS, 2015; MOSQUERA, 2017; FRACASSO *et al.*, 2018).

Apesar de induzida, a existência de publicações que relacionam a AUP e a mobilidade espacial rural-urbana evidencia a mediação da AUP no processo de reterritorialização do espaço urbano por diferentes populações. Isso observou-se em 10 das 15 publicações que abordaram bairros onde habitam populações de baixa e média renda e que correspondem a zonas de periferia de Bogotá, para os quais vieram a maior parte das famílias que migraram. Também duas das publicações que abordaram a cidade em geral incluindo zonas periféricas, o que permite inferir uma relação entre os cultivos urbanos, os bairros de periferia e as populações que viveram a mobilidade rural-urbana.

A AUP, através das hortas urbanas, possibilita o encontro entre pessoas, a articulação de vínculos sociais e a formação de tecido em redes, para além do resgate de memórias, narrativas e saberes sobre comunidades originárias, segundo os trabalhos de Rodríguez (2017) e Mosquera (2009). Também vale destacar o papel da AUP na criação de vínculos territoriais com novos espaços urbanos, os quais promovem o senso de “ter estabilidade” como captado na pesquisa de Cantor (2009), dado que os agricultores urbanos, após terem vivido vários deslocamentos internos em Bogotá, encontraram finalmente espaços para semear, o que permitiu a formação de redes sociais. As redes, seja entre agricultores(as) ou deles com a vizinhança, reconstruíram vínculos solidários, os quais os(as) agricultores(as) urbanos(as) referenciaram-no como lembrança da ruralidade, encontradas nas publicações de Cantor (2009) e de Fracasso; González e Cabanzo (2018).

As publicações enfatizam a mobilidade rural-urbana de populações vítimas do conflito armado ou de camponeses para bairros periféricos, as quais vivenciaram processos de desterritorialização-reterritorialização como descritos por Saquet (2009) e Haesbaert (2008). Esses processos não significam uma ruptura com as raízes rurais; pelo contrário, evidenciam que essas populações transformam o território a imagem de suas lembranças e identificação dos locais de origem (GÓMEZ-LEE; BURQ, 2018; RODRÍGUEZ, 2017; VARGAS; RUIZ, 2015).

Os processos de mobilidade espacial para os casos rural-urbana não significam só o deslocamento de populações, segundo Haesbaert (2006), incluem

também o fluxo de memórias, representações, costumes e vínculos que circulam e mantêm o processo de desterritorialização-reterritorialização múltiplo através da reconfiguração de territórios-rede. As multiterritorialidades são agenciadas “por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (HAESBAERT, 2008, p. 26).

A revisão bibliográfica feita sobre produções acadêmicas da prática da agricultura urbana e periurbana em Bogotá ressalta as zonas da periferia, onde a horta é o local de encontro de pessoas de diferentes territórios, especialmente quando organizada de forma comunitária, a qual proporciona à autogestão, a soberania alimentar e o resgate de memórias na multiterritorialidade (TORRES, 2018; PINILLA *et al.*, 2018; CAMPOS, 2015; MOSQUERA, 2009).

As hortas urbanas em Bogotá não estão relacionadas à promoção de relações mercantis, mas sim, se estruturam em princípios de solidariedade (SINGER, 2002) e de reciprocidade (SABOURIN, 2011; TEMPLE; CHABAL, 2013), onde se prima a manutenção de relações sociais. Para além das relações de reciprocidade humana, as hortas urbanas mudam as paisagens, e com elas a consciência do uso da natureza. Mostra disso é: a construção de bairros informais e de hortas por meio do trabalho coletivo voluntário, conhecido como Minga pelos indígenas dos Andes (FRACASSO *et al.*, 2018; PINILLA *et al.*, 2018); a transmissão de saberes; o resgate de sementes crioulas e receitas ancestrais (JIMÉNEZ, 2016); e a partilha e intercâmbio de alimentos entre agricultores(as) (CAÑÓN; AMAYA, 2016; VARGAS, 2016; CANTOR, 2009). Todos permitem observar como a agricultura urbana e periurbana articula territórios de resistência às dinâmicas utilitaristas do princípio da troca.

## REFERÊNCIAS

ALTA CONSEJERÍA PARA LOS DERECHOS DE LAS VÍCTIMAS. **Sistema Distrital de Asistencia, Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Residentes en Bogotá (SDARIV)**. Plan de Acción Distrital Plurianual 2020 – 2024. Bogotá: Alta Consejería para los Derechos de las Víctimas, la Paz y la Reconciliación, 2020.

BEUF, Alice. De las luchas urbanas a las grandes inversiones: La nueva urbanidad periférica en Bogotá. *Bulletin de l'Institut français d'études andines* [Em línea], 41 (3), p. 473-501, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bifea/344>. Acesso em: 20 set. 2020.

BUSHNELL, David. **Colombia, una nación a pesar de sí misma**. Bogotá: Editorial Planeta. 1996.

CAMPOS, Carolina. **Empoderamiento campesino y soberanía alimentaria en Colombia: la defensa de las semillas y los mercados campesinos**. 2015. 59 f. Dissertação (Maestría en Estudios Latinoamericanos), Universidad de Leiden, Leiden, 2015. Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/32054>. Acesso em: 15 set. 2019.

CANTOR, Kelly. **Agricultura urbana sostenibilidad y medios de vida: Experiencias en Ciudad Bolívar, Altos de Cazucá y Ciudadela Sucre**. 2009. 118 f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Rural), Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/665>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CAÑÓN, Luis; AMAYA, Gloria. **Uso de los recursos naturales en los espacios destinados para la agricultura urbana en la localidad de San Cristóbal de la ciudad de Bogotá D.C.** 2016. 49 f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente), Universidad de Manizales, Manizales, 2016. Disponível em: <https://ridum.umanizales.edu.co/xmlui/handle/20.500.12746/3001>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CAQUIMBO, Sandra; CEBALLOS, Olga; LÓPEZ, Cecilia. Espacio público, periferia urbana y derecho a la ciudad. Intervención Parque Caracolí, Ciudad Bolívar. *Revista Invi*, Santiago de Chile, v. 32, n. 89, p. 113-143, mayo, 2017. Disponível em: <http://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/1035>. Acesso em: 03 ago. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (DANE). **Censo Nacional de población y viviendas 2018**. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FRACASSO, Liliana; GONZÁLEZ, Yanine; CABANZO, Francisco. "Sauco, Eucalipto y Metro": Ancestros y sustentos desde las huertas de los Cerros Orientales de Bogotá. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018, Barcelona. **Anal de evento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018. p. 1-25. Disponível em:

<http://www.ub.edu/geocrit/Sociedad-postcapitalista/FracassoGonzalez.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GÓMEZ-LEE, Martha; BURQ, Louise. Santa Rosa siembra un sistema alimentario sano y sostenible en Bogotá. In: NAIL, Sylvie. **Alimentar las ciudades**. Territorios, actores, relaciones. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2018. p. 211-249.

HAESBAERT, Rogerio. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36B. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JIMÉNEZ, Nathaly. La Nueva Independencia: De la Huerta Urbana a la Autonomía Alimentaria. In: COTTYN, Hanne *et al.* (Orgs.). **Las Luchas Sociales por la Tierra en América Latina: Un Análisis Histórico, Comparativo y Global**. 1. ed. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2016. p. 135-140.

MALDONADO, Néstor. **Estudio de los reasentamientos de Ciudad Bolívar (Bogotá) y la problemática de la aplicación del Decreto 255 de 2013**. 2016. 53 f. Dissertação (Maestría en Intervención Social en las Sociedades del Conocimiento), Universidad Internacional de La Rioja, La Rioja, 2016. Disponível em: <https://reunir.unir.net/handle/123456789/4855>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MOSQUERA, Edna. **Seguridad y Soberanía Alimentaria en Bogotá D.C. (2004-2015)**. 2017. 140 f. Dissertação (Maestría en Análisis de Problemas Políticos, Económicos e Internacionales Contemporáneos), Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://bdigital.uexternado.edu.co/handle/001/946>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOSQUERA, Jackson. **Efectos Socioeconómicos y Ambientales de la Agricultura Urbana Caso: Unidades de Planeamiento Zonal (Upzs) de Rincón y Tibabuyes, localidad de Suba, Bogotá, D.C.** 2009. 151 f. Dissertação (Maestría en Gestión Ambiental), Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/744>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOUGEOT, Luc. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

PINILLA, Kharen *et al.* Mapping the Agrodiversity in Bogotá - The Platform Mapeo Agroecobogotá. **Int. J. of Design & Nature and Ecodynamics**. v. 13, n. 4. p. 407-414, 2018. Disponível em: <https://www.witpress.com/elibrary/dne-volumes/13/4/2351>. Acesso em: 6 jul. 2019.

RANDOLPH, Justus. A Guide to Writing the Dissertation Literature Review. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, vol. 14, n. 13, p. 1-13, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7275/b0az-8t74>. Acesso em: 19 jul. 2019.

RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura Urbana en Bogotá**: aporte para el cambio cultural. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RUIZ, Nubia. **El desplazamiento forzado en el interior de Colombia**: Caracterización Sociodemográfica y pautas de distribución territorial 2000-2004. 2007. 381 f. Tese (Doutorado Demografia) – Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/4975/nyrr1de1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1.500. p. 73-93.

SECRETARÍA DISTRITAL DE HÁBITAT (SDH) **Bosa en Cifras**. Bogotá, 2019. Disponível em: <http://habitatencifras.habitatbogota.gov.co/documentos/boletines/Localidades/Bosa.pdf>. Acesso em 4 set. 2020.

SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN (SDP). **Proceso de Revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D. C.** Tomo: Población, Consumo de Suelo y Modelo de Ocupación Territorial. Bogotá: 2020. Disponível em: [http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo\\_3\\_poblacion-mot\\_pot\\_2020.pdf](http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_3_poblacion-mot_pot_2020.pdf). Acesso em: 7 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conociendo la localidad de Ciudad Bolívar**: Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009a. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/19%20Localidad%20de%20Ciudad%20Bol%C3%ADvar.pdf> . Acesso em: 19 set. 2020.

SERJE, Margarita. **El revés de la nación**: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2002.

SMIT, Jac; RATTI, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture**: Food, Jobs and Sustainable Cities. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996. (Publication Series for Habitat II).

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos**. Tomo I. La Paz: Padep, 2003.

TORRES, Carlos. (Comp.). **Ciudad informal colombiana: Barrios construidos por la gente**. Grupo de Investigación Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

TORRES, Diana. **Inclusión de la Agricultura Urbana Sostenible en Bogotá dentro del Posacuerdo Colombiano**. Estudio de Caso: Ensayo de producción técnica de lulo a escala urbana. 2018, 236 f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental), Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2018. Disponible em: <http://repository.udistrital.edu.co/handle/11349/13174>. Acceso em: 20 nov. 2019.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS. **Registro Único de Víctimas**. Colombia, 2019. Disponible em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>. Acceso em: 22 jul. 2019.

VARGAS, Diana; RUIZ Juan Carlos. Resiliencia y organización comunitaria: el caso de la red de huertas en los Altos de la Estancia, en la localidad de Ciudad Bolívar en Bogotá. **Ciudad paz-ando**, Bogotá. vol. 8, n. 2, p. 65-85, 2015. Disponible em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/cpaz/article/view/10289>. Acceso em: 20 jun. 2019.

VARGAS, Norma. **Ciudad Agrícola: Análisis Social de los Procesos de Agricultura Urbana Caso Localidad Bosa - Bogotá**. 2016. 126f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Sostenible y Gestión Ambiental). Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Bogotá. 2016. Disponible em: <http://repository.udistrital.edu.co/handle/11349/3383>. Acceso em: 20 nov. 2019.

#### 4. EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADES EM HORTAS URBANAS FAMILIARES E COMUNITÁRIAS DO SUDOESTE DE BOGOTÁ, COLÔMBIA<sup>12</sup>

##### **Resumo:**

A reciprocidade, princípio econômico orientado à manutenção de vínculos sociais, é objetivo de investigação nesta pesquisa, a partir de agricultores(as) urbanos(as) de hortas familiares e comunitárias na periferia do sudoeste de Bogotá – Colômbia. A cidade tem vivido um processo de urbanização intensificado desde metade do século XX pela migração de agricultores e vítimas do conflito armado do país. Em Bogotá, a agricultura urbana e periurbana (AUP), expressa em hortas urbanas, vem estabelecendo vínculos sociais, observados por meio da metodologia da história oral. Em entrevistas com 20 participantes de seis hortas familiares e seis comunitárias, acompanhadas de observação participante, coletaram-se relatos sobre cultivo e reciprocidade, analisados por conteúdo na modalidade temática. Entre os achados destacam-se a ajuda mútua, a transmissão de saberes, a guarda de sementes, a repartição dos cultivos e a recuperação socioambiental de espaços urbanos como expressões de reciprocidade da AU.

##### **Palavras-chave:**

Agricultura urbana. Territorialidade. Reciprocidade. Migração rural-urbana.

##### **Abstract:**

Reciprocity, an economic principle that seeks to maintain social bonds, is the objective of this research, which worked with farmers in family and community urban gardens in the southwestern periphery of Bogotá. The city has experienced an intensified urbanization process since the middle of the 20th century by the migration of farmers and victims of the Colombia's armed conflict. In Bogotá, urban agriculture (AU), and its expression in urban gardens, has restored social bonds, as identified with the oral history methodology. The interviews were made with 20 farmers from six family and six community urban gardens, and accompanied by participant observation. With these ones were possible to collect stories about the crops and reciprocity, analyzed by content in thematic modality. Among the findings were identified as presence of reciprocity in the AU the mutual aid, the transmission of knowledge, the rescue of seeds, the sharing of collections and the socio-environmental recovery.

##### **Keywords:**

Urban agriculture. Territoriality. Transmission of knowledge. Rural-urban migration.

---

<sup>12</sup> Artigo submetido na revista Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia (Qualis A2 da Capes), em 15 de janeiro de 2021. Aprovado para publicação em 19 de março de 2021.



## Introdução

A urbanização, como processo dinamizador das cidades, trouxe vários desafios para os países em desenvolvimento, referindo-se à qualidade e condições de vida humana (MENDOÇA, 2004). Entre esses estão: a ocupação das chamadas cidades informais em paralelo às cidades formais com alta concentração de população; a provisão de alimentos para os habitantes e o uso de recursos naturais. Desafios esses presentes no crescimento acelerado de Bogotá, capital da Colômbia, que exhibe no seu histórico de gestão da cidade a falta de respostas (TORRES, 2009).

Na cidade vivem 7.412.566 habitantes, o que corresponde a 15,3% da população da Colômbia, que em 2018 era de 48.258.494 (DANE, 2018). Bogotá fica no centro do país, sobre a cordilheira Oriental – uma divisão da dos Andes –. Ocupa 163.635 hectares (ha) de extensão, dos quais 23,2% são classificados como urbano, 74,9% como rural e os 1,9% restantes para a expansão de projetos urbanísticos (SDP, 2020).

Apesar da pequena proporção da área urbana, 99,7% da população mora nessa (DANE, 2018), em decorrência de dois períodos de migração da população rural para a área urbana no país. O primeiro data a década de 1920, quando as pessoas eram atraídas a Bogotá pelo emprego na indústria (ARIAS, 2017). Naquele período o ambiente urbano era descrito como carente de higienização, mas com uma forma de vida inovadora, diferente da do campo (ARIAS, 2017).

O segundo data entre 1946-1958, período da história da Colômbia conhecido como *La Violencia* (CABALLERO, 2016), nesse a migração massiva de colombianos(as) de outras regiões trouxe mudanças aceleradas à urbanização da cidade, ampliando rapidamente os seus limites territoriais. A população do meio rural deslocava-se a procura de segurança, devido ao conflito entre membros dos partidos hegemônicos Conservador e Liberal, levando cidadãos a confrontos armados (*Ibid.*).

Para pacificar o conflito, representantes dos dois partidos hegemônicos realizaram um acordo de divisão do poder, alternando entre eles os períodos de governo a cada quatro anos. O processo ficou conhecido como Frente Nacional e ocorreu entre 1958 e 1974, descrito como um pacto oligárquico que deixou de fora

a participação política de grupos comunistas e outros de extrema esquerda, que depois formaram e participaram das guerrilhas (ARIAS, 2017).

Em resposta à luta armada guerrilheira surgiram grupos de milícias armadas – grupos paramilitares –, que defendiam os interesses das elites econômicas do país e também procuravam acabar com qualquer manifestação do comunismo na Colômbia (GMH, 2015).

No contexto do conflito armado, as pessoas foram expulsas do meio rural e migraram para diferentes cidades do país. Em Bogotá os períodos de ocupação mais intensos ocorreram na década de 1940 (período de *La Violencia*), na de 1960 (surgimento das guerrilhas), e na de 1990 (intensificação do paramilitarismo e o narcotráfico) (TORRES, 2009).

A população migrante ocupou principalmente as regiões do sudeste, sudoeste, noroeste e a borda dos *Cerros Orientales* – uma cadeia de montanhas que faz parte da cordilheira Oriental –, gerando bairros informais (não reconhecidos pelo governo) nas margens da cidade, sendo essas periferias urbanas (TORRES, 2009). Os bairros informais surgiram em áreas não adequadas porque os solos apresentam risco de deslizamentos ou de enchentes, por ficarem na beira de rios. Pela falta de planejamento urbano, ficaram desprovidos de parques, vias para o transporte público, entre outros serviços para garantirem qualidade de vida (TORRES, 2009).

Essas situações foram vivenciadas em três distritos que ficam na região sudoeste de Bogotá: Tunjuelito, Ciudad Bolívar e Bosa, mas cada um desses com processos de ocupação do território específicos: Tunjuelito era uma fazenda que ficava ao lado do rio do mesmo nome. O terreno era de Pedro Nel Uribe e foi adquirida por Jorge Zamora, que o desmembrou em lotes menores num processo de urbanização, em 1947 (SDP, 2009). Os primeiros moradores foram artesãos dedicados à exploração das pedreiras locais, de baixa e média renda. Em 1972 foi reconhecido como distrito nº 6 de Bogotá (SDP, 2009) e em 2018 estimavam-se 164.952 habitantes (SDP, 2020).

Ciudad Bolívar tem relevo montanhoso e sua extensão é de 12.999 hectares (ha) – 3.391 ha urbano e 9.608 ha rural – (SDP, 2009a). Sua ocupação foi registrada em duas etapas: nos anos 1940 deveu-se à população que migrou do meio rural e instalou-se nas partes baixas e meias das montanhas, criando bairros informais (SDP, 2009a). A segunda foi depois de 1980, quando a população ocupou as zonas

mais altas do relevo. Ciudad Bolívar foi declarado distrito nº 19 de Bogotá em 1983 (*ibid.*). Em 2018 era habitado por 584.655 pessoas (SDP, 2020).

Bosa, por sua vez, era um povoado de comunidade indígena Muisca, dedicado ao cultivo e à pecuária nas proximidades do rio Bogotá (limite oeste), até a chegada dos espanhóis, quando os indígenas foram submetidos a uma nova organização política, social e econômica (SDP, 2009b). Bosa foi nomeado distrito nº 7 de Bogotá em 1972 e sofreu uma pressão imobiliária desde essa década, que levou à urbanização de áreas rurais. Em 2018 habitavam 669.878 pessoas (SDP, 2020).

Nesses distritos, as dinâmicas humanas estão relacionadas à agricultura urbana e periurbana (AUP), segundo Rodríguez (2017), dado que essa é caracterizada como uma prática agrícola localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade, na qual:

[se] semeia, [se] processa e [se] distribui uma diversidade de alimentos e produtos não-alimentares, (re)usando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados na área urbana e retribuindo-os amplamente nela<sup>13</sup>. (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p. 3, *tradução nossa*).

Para Mougeot (2000), a prática da AUP ao menor tamanho e mais dispersa que nas áreas rurais é uma adaptação de agricultores(as) urbanos(as), permitindo-lhes a “integração ao sistema econômico e ecológico urbano (ecossistema urbano)” (*ibid.* p.10). Os agricultores(as) urbanos(as), assim, suplementam a provisão de alimentos para residentes das cidades, que é garantida pela agricultura pela rural (AR) (SMIT; RATTA; NASR, 1996; MOUGEOT, 2000).

O cultivo urbano pode ser feito em zonas moles (jardins ou quintais) ou em zonas duras (terraços ou pátios), segundo o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB, 2010), entidade que promove a AUP na cidade. Sem importar o tipo de zona, utiliza:

el potencial local como la fuerza de trabajo, el área disponible, el agua lluvia, los residuos sólidos, articulando conocimientos técnicos y saberes tradicionales, con el fin de promover la sostenibilidad ambiental y generar

---

<sup>13</sup> Urban Agriculture “is an industry located within (intra-urban) or on the fringe (peri-urban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-)using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area” (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p. 3)

productos alimenticios limpios para el autoconsumo y comercialización, fortaleciendo el tejido social. (JBB, 2010, p. 8).

Com tais características, a AUP parece estar pautada em relações de reciprocidade. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar as expressões de reciprocidade vivenciadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) em seis hortas familiares e seis comunitárias do sudoeste de Bogotá.

### **Princípio de reciprocidade**

A teoria da reciprocidade tem bases na Antropologia, na qual corresponde “a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos” (SABOURIN, 2011, p. 21). Na Sociologia, ela é considerada “como o fundamento das relações sociais”, “uma norma social universal” a ser seguida (*ibid.*, p. 21). Sabourin (2011) e Temple (2003), baseados em Mauss (2001 [1950]), se propõem compreender a reciprocidade a partir da dádiva, que para Mauss era o princípio estruturante das sociedades humanas.

A dádiva exige o reconhecimento desinteressado do outro, diferenciando-se assim da troca. Segundo Temple (2003, p. 22) Mauss estabeleceu “la distinción entre el intercambio comercial, interesado, y el sistema de don, en el que reinan la nobleza y el honor [...] el desinterés del donante es la condición de su prestigio”. Temple (2003) explica que a dádiva sempre volta, ou seja, é recíproca, mas circula sob a lógica do motor que Mauss (2001 [1950]) nomeou de *mana* - termo polinésio. Para Temple (2003, p. 135), a devolutiva da dádiva corresponde a um laço espiritual da coisa dada, e “o prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira”. Segundo Temple (1997, apud SABOURIN, 2011, p. 43), na relação de reciprocidade é produzido um sentimento “que se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade”.

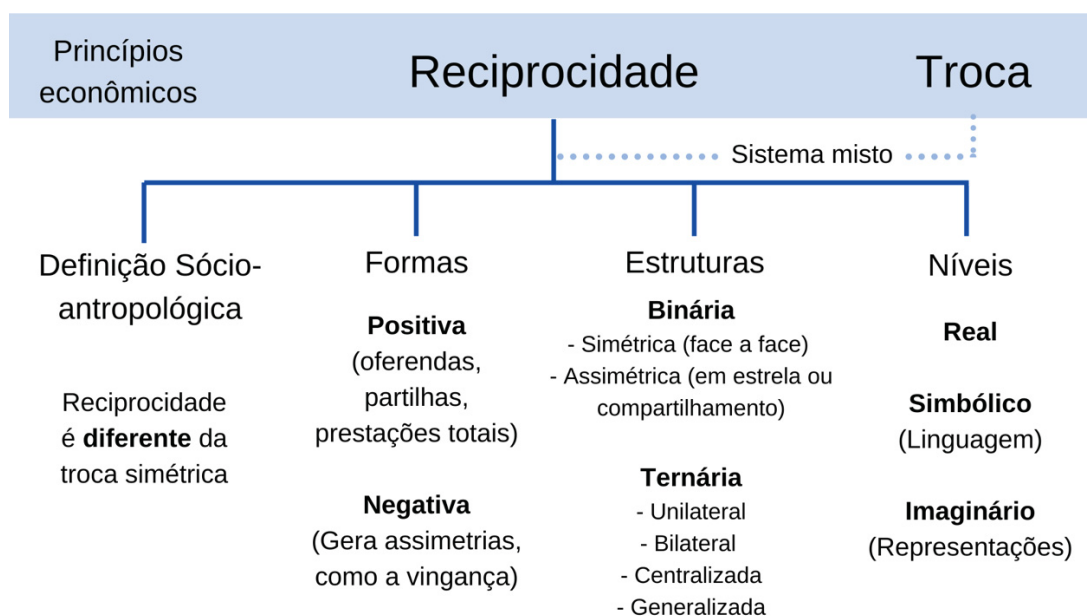
Considerando Temple (2003), Sabourin (2011) elenca quatro componentes da teoria da reciprocidade. O primeiro é sua definição socioantropológica, que difere reciprocidade, podendo ser assimétrica, da troca de objetos, que busca ser simétrica (SABOURIN, 2011). O segundo são as formas da reciprocidade: positiva (oferendas) ou negativa (vingança). O terceiro tem a ver com as estruturas das relações de reciprocidade (SABOURIN, 2011), que Temple (2009) as classifica em dois grupos: binária e ternária.

O grupo da reciprocidade binária (dividido) em dois: o cara a cara (frente a frente) e a partilha. Por ternária, entende-se uma relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro. A cadeia é contínua e se fecha numa rede ou num círculo. Pode ser linear, ou quando um só parceiro serve de intermediário para todos os outros, em forma de estrela: é então chamada de estrutura centralizada (TEMPLE, 2009, p. 3).

Sabourin (2011) expõe que a reciprocidade nem sempre é simétrica, como acontece na estrutura ternária que traz um terceiro incluído, frequentemente simbólico, que não é dado *a priori*, segundo Temple (2009 *apud* SABOURIN, 2011, p. 43), senão produzido na relação de reciprocidade: “É esse sentimento [...] que se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade”.

Como último componente da teoria da reciprocidade estão os níveis em que se sustenta: “o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)” (SABOURIN, 2011, p. 23). Os quatro componentes estão sintetizados na FIGURA 4.

FIGURA 4 - TEORIA DA RECIPROCIDADE



FONTE: Elaboração própria (2020), baseado em Sabourin (2011).

Segundo Sabourin (2011a, p. 36) a reciprocidade está presente em relações como: a *ajuda mútua*, na qual “horas e dias não são contabilizados; a

importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material, mesmo se, até por necessidade, a devolução da prestação é esperada”; no *compartilhamento de recursos*, que contribui “para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito” (SABOURIN, 2011a, p. 38); e na *transmissão ou partilha de saberes*, que permite “construir uma força do fazer e de abertura ao outro” (ibid. p. 39).

Enquanto princípios econômicos, Sabourin (2011) argumenta que a reciprocidade e a troca (mercado) podem constituir um sistema misto (FIGURA 4), já que não existe um único mercado: existem diferentes mercados e nem todos estão orientados à concorrência, ao ganho individual e à propensão para barganhar. Alguns mercados se constituem a partir da preocupação pela subsistência do outro. Uma definição de mercado distinta de Polanyi (2016), dado que este investiga a motivação (princípio) das trocas, e a troca no singular faz referência a troca de mercado, sendo este único.

### **Apontamentos Metodológicos**

A pesquisa se constitui numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2009, p. 21) ao trabalhar “com o universo dos significados [...] das crenças, dos valores e das atitudes”. Buscou a compreensão de fatos sociais, pois cada fato tem um sentido concreto (GOLDENBERG, 1997). A pesquisa também se enquadra como estudo de caso, já que permite abordar um fenômeno contemporâneo no seu contexto real (YIN, 2005).

O estudo de caso apoiou-se no método da história oral, dado que “cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve” (GOLDENBERG, 1997, p 36). Através da narração de histórias os indivíduos dão sentido a suas experiências e revelam significados de suas vidas e de suas comunidades (GIBBS, 2012). A história oral, como método, valida o testemunho oral como fonte, seja por seu valor informativo ou simbólico, para abordar o tempo presente, incluindo elementos da subjetividade, das emoções e do cotidiano (FERREIRA; AMADO, 2006). Para tal, fez-se uso da entrevista focada, que mesmo sendo uma conversação espontânea, segue um “conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso” (ANGROSINO, 2009, p. 118).

Também apoiou-se na etnografia, que permite descrever um grupo humano, “suas instituições, seus comportamentos, interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 31). Da etnografia foi utilizada a observação participante, na qual o pesquisador assume “uma variedade de papéis [...] e pode participar dos eventos que estão sendo estudados” (YIN, 2005, p. 121). O registro das observações foi feita por meio do diário de campo. Para Triviños (1987), as anotações de campo, de natureza descritiva, auxiliam o pesquisador a melhor descrever o ambiente sociocultural, econômico e ambiental vivenciado pelos entrevistados.

Amostragem partiu do Registro de Visitas Técnicas da *Oficina de Agricultura Urbana del Jardín Botánico de Bogotá* (doravante JBB), instituição que promove a agricultura urbana e periurbana na cidade. Entre janeiro e agosto de 2019, o documento informava que os funcionários do JBB haviam apoiado com capacitações e insumos para plantio 447 hortas<sup>14</sup>, classificadas como escolar, institucional, comunitária e familiar.

TABELA 1 - HORTAS EM BOGOTÁ POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO

| Região       | Tipo de horta |             |            |               | Total por região |
|--------------|---------------|-------------|------------|---------------|------------------|
|              | Familiar      | Comunitária | Escolar    | Institucional |                  |
| Centro       | 19            | 24          | 12         | 18            | <b>73</b>        |
| Centro-leste | 7             | 19          | 13         | 13            | <b>52</b>        |
| Norte        | 30            | 17          | 24         | 9             | <b>80</b>        |
| Oeste        | 10            | 18          | 28         | 17            | <b>73</b>        |
| Sudeste      | 17            | 25          | 21         | 27            | <b>90</b>        |
| Sudoeste     | 17            | 28          | 16         | 18            | <b>79</b>        |
| <b>Total</b> | <b>100</b>    | <b>131</b>  | <b>114</b> | <b>102</b>    | <b>447</b>       |

FONTE: Elaboração própria com informação do JBB (2019).

A triagem para a seleção dos locais e sujeitos que contribuiriam com a pesquisa, foi definida a partir de critérios operacionais (YIN, 2005). Em ordem de atendimento, foram: hortas urbanas que fossem familiar ou comunitária, que por pressuposto sua organização social era autogestionária, ou seja, possível de observar expressões de reciprocidades. Como região da pesquisa foi escolhida o sudoeste de Bogotá, conformada pelos distritos Ciudad Bolívar, Tunjuelito e Bosa,

<sup>14</sup> Nestes registros constam só o número de hortas que recebem formação técnica ou insumos do JBB, o que não quer dizer que é o número total de espaços de cultivo na cidade. Os registros contemplam os 19 distritos urbanos de Bogotá; para efeitos da pesquisa foram reunidos por regiões que agrupam entre dois a quatro distritos.

que recebeu parte significativa da população que migrou do meio rural no século XX (TORRES, 2009).

No sudoeste de Bogotá vive 20,5% da população urbana da cidade (SDP, 2017) principalmente de baixa e média renda (extratos 1, 2 e 3<sup>15</sup>), contemplando 17 hortas urbanas familiares e 28 comunitárias mapeadas pelo JBB. Com amostragem aleatória por área (MARCONI; LAKATOS, 2006), e por limitações de tempo, escolheram-se 12 hortas (seis familiares e seis comunitárias), onde ocorreram as observações participantes e foram entrevistados 20 agricultores – 13 mulheres e sete homens –, esses indicados com a letra F para hortas familiares e C para comunitárias, em número sequencial. Os(as) entrevistados(as) tem mantido uma relação próxima com o JBB, dado que a instituição tem fornecido insumos para plantios e capacitações para a prática agrícola desde a criação das hortas.

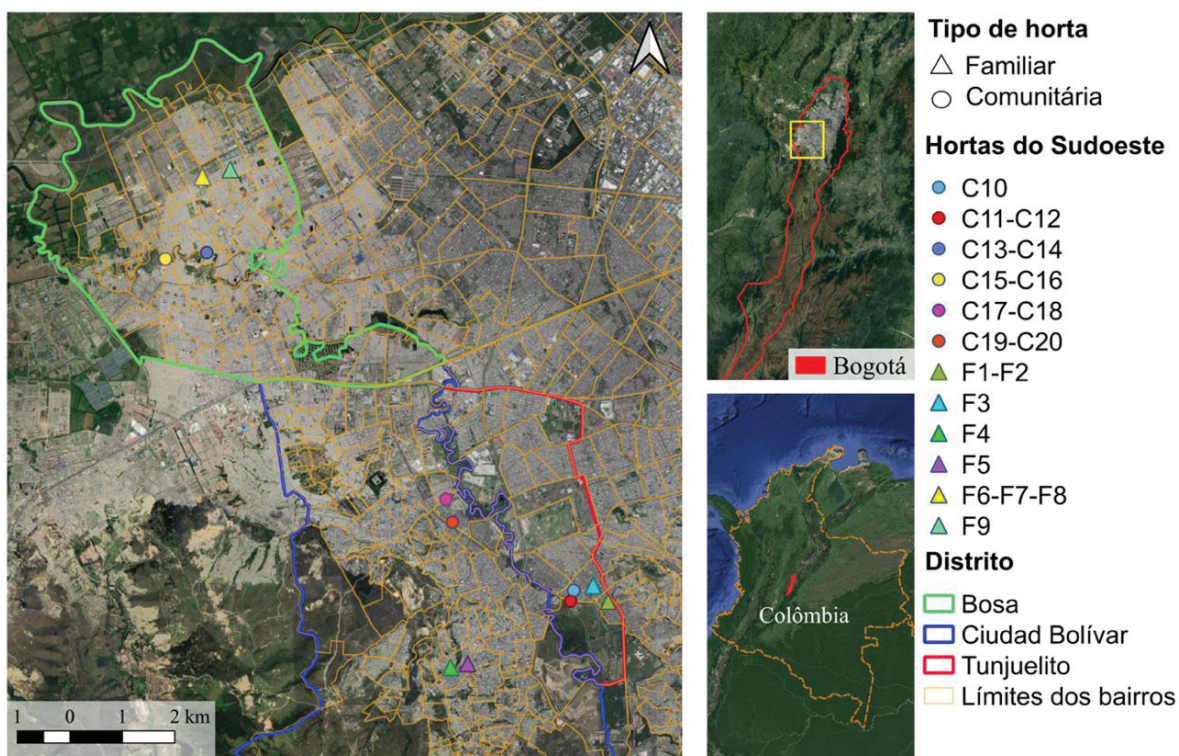
No total, foram realizadas três entrevistas e três observações participantes em cada horta. O trabalho de campo desenvolveu-se entre dezembro de 2019 e março de 2020, sem ser afetado pela pandemia do Covid-19. A localização das hortas consta no mapa da FIGURA 5.

---

<sup>15</sup> O *Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas* (DANE) classifica os domicílios urbanos e rurais em *estratos*, de 1 a 6. Sendo 1 onde mora a população de mais baixa renda e 6 os de maior renda. Moradores de prédios de *estrato* 1, 2 e 3 recebem subsídios nos serviços domésticos (DANE, 2019).



FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA



FONTE: Imagem Google Satellite (2020).

As narrações das entrevistas (TABELA 2) foram gravadas com autorização e posteriormente analisadas pelo conteúdo (BARDIN, 1977), na modalidade temática (RIESSMAN, 2005). Operacionalmente, os conteúdos das narrações foram agrupados em dois conceitos: agricultura urbana e reciprocidade (expressões que indicassem).

TABELA 2 - ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS

| Distrito       | Bairro            | Entrevistado(a) | Nº de entrevistas | Nº de observações |
|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Tunjuelito     | Tunjuelito        | F1 - F2         | 3                 | 3                 |
|                |                   | F3              | 3                 | 3                 |
|                |                   | C10             | 3                 | 4                 |
|                | 14 de Mayo        | C11 - C12       | 3                 | 4                 |
| Ciudad Bolívar | Nueva Colombia    | F4              | 4                 | 4                 |
|                |                   | F5              | 4                 | 4                 |
|                | Guatiquía         | C17 - C18       | 3                 | 4                 |
|                | Arborizadora Baja | C19 - C20       | 4                 | 4                 |
| Bosa           | El Regalo         | F6 - F7 - F8    | 2                 | 2                 |
|                |                   | F9              | 2                 | 2                 |
|                | La Paz            | C13 - C14       | 4                 | 3                 |
|                | San Bernardino    | C15 - C16       | 3                 | 2                 |

FONTE: Elaboração própria (2020).

O processo de descrição, análise e interpretação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) ocorreu por meio de uma planilha. Primeiro, foram classificados os trechos das entrevistas e dos diários de campo a partir dos dois conceitos. Na sequência, a análise levou em conta para a agricultura urbana e periurbana as características do cultivo, a trajetória dos agricultores e a interação desses com os recursos apropriados no ecossistema urbano. Para a reciprocidade interpretaram-se as expressões a partir das formas, das estruturas e dos níveis, conforme classificação de Sabourin (2011).

### Descrição dos achados

Dos(as) entrevistados(as) abordados(as), 14 migraram do meio rural para Bogotá entre 1980 e 2001, quatro pertenciam à comunidade indígena Muisca do distrito Bosa cujas terras eram consideradas rurais até os anos 1970, quando foram urbanizadas pelo crescimento de Bogotá; e dois nasceram na cidade, mas se reconhecem como camponeses (TABELA 3).

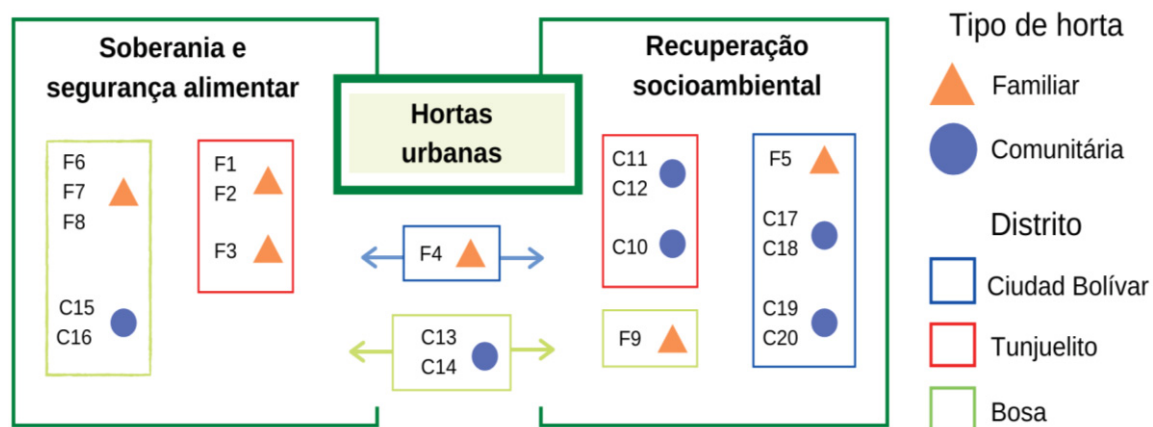
TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

| Entrevistado(a) | Gênero | Idade   | Ocupação                 | Motivo da migração               |
|-----------------|--------|---------|--------------------------|----------------------------------|
| F1              | Mulher | 70 anos | Aposentada               | Conflito de terras com a família |
| F2              | Homem  | 80 anos | Aposentado               |                                  |
| F3              | Mulher | 64 anos | Cuidados com a família   | Estudo                           |
| F4              | Mulher | 74 anos | Aposentada               | Violência doméstica              |
| F5              | Mulher | 70 anos | Liderança ambiental      | Estudo                           |
| F6              | Mulher | 57 anos | Cuidados com a família   | Emprego                          |
| F7              | Homem  | --      | Aposentado               |                                  |
| F8              | Homem  | 28 anos | Autônomo                 | Nasceu na cidade                 |
| F9              | Mulher | 49 anos | Autônoma                 | Violência doméstica              |
| C10             | Mulher | 47 anos | Liderança ambiental      | Emprego                          |
| C11             | Mulher | 66 anos | Aposentada               | Violência doméstica              |
| C12             | Mulher | 46 anos | Autônoma                 | Nasceu na cidade                 |
| C13             | Mulher | 50 anos | <i>Sabedora</i> indígena | Comunidade indígena              |
| C14             | Homem  | 60 anos | Autônomo                 |                                  |
| C15             | Mulher | 55 anos | Cuidados com a família   | Comunidade indígena              |
| C16             | Mulher | 58 anos | Autônoma                 |                                  |
| C17             | Homem  | 60 anos | Autônomo                 | Emprego                          |
| C18             | Homem  | 88 anos | Aposentado               | Emprego                          |
| C19             | Homem  | 65 anos | Autônomo                 | Vítimas do conflito armado       |
| C20             | Mulher | 65 anos | Cuidados com a família   |                                  |

FONTE: Elaboração própria (2020).

A relação dos(as) entrevistados(as) com o meio rural deve ter influenciado positivamente para instalação das hortas, assim como pelo apoio do *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB). A motivação inicial para o uso dos espaços com cultivos respondeu a duas causas: i) recuperação socioambiental de terrenos dos bairros, dado que esses estavam sendo convertidos em lixeiros ou eram lugares percebidos como inseguros; e ii) soberania e segurança alimentar, dada a preocupação com a alimentação sem químicos (FIGURA 6).

FIGURA 6 - MOTIVAÇÃO INICIAL DO USO DOS OS ESPAÇOS



FONTE: Elaborada pelo autor (2020).

Em todas as hortas a produção é orgânica: reusa resíduos orgânicos para realizar compostagem, que melhora as condições da terra para o cultivo, bem como evita o uso de agentes patogênicos e substâncias químicas (JBB, 2010).

### Contextualizando as hortas urbanas familiares

Seis mulheres e três homens cultivavam em hortas familiares que estavam situadas no interior das casas (pátios ou terraços) e em terreno público (uma). Para irrigação, todas faziam uso de água da chuva, e em temporada de seca usavam água da torneira. Em cinco hortas os(as) participantes geravam as sementes nos próprios cultivos e as partilhavam com outros agricultores(as) urbanos(as).

As narrativas dos(as) entrevistados(as) do bairro Tunjuelito (distrito Tunjuelito) variavam tal como a trajetória e acesso aos recursos para o cultivo. A

Entrevistada F1 (70 anos) e seu esposo F2 (80 anos) nasceram na área rural de Bogotá e migraram para Tunjuelito há 46 anos. Instalaram sua horta no pátio da casa há 15 anos, com sementes entregues pelo JBB, e mantém diversas espécies de frutas, tubérculos e hortaliças; do lado da horta tem um espaço de criação de galinhas (FIGURA 7). Os alimentos são para autoconsumo, vendendo o excedente:

Foi um processo lento. Fomos fazendo os canteiros de cultivo e quando o *Jardín Botánico* nos ensinou fazer a compostagem, os ampliamos. Precisávamos adubo porque o solo é de cimento. Também temos galinhas para consumir os ovos em casa, não para os vender (Entrevistada F1).

No mesmo bairro fica a casa de F3, mulher de 64 anos que nasceu no município de Facatativá a 45 quilômetros (km) de Bogotá e migrou para a Capital aos 13 anos para estudar. Começou sua horta em 2007, após ter sido convidada pela agricultora comunitária C10 para uma das capacitações sobre agricultura urbana e periurbana oferecidas pelo *Jardín Botánico de Bogotá*. Quando da entrevista, F3 cultivava hortaliças, frutas e legumes orgânicos em recipientes plásticos ou de metal, que localizou em diferentes partes de seu terraço, como apresentado na FIGURA 7, e os alimentos eram para destinados para o autoconsumo.

FIGURA 7 - HORTAS F1 E F3 DE TUNJUELITO



FONTE: O autor (2020).

No bairro El Regalo (distrito Bosa), na borda do sudoeste da cidade, próximo ao rio Bogotá – um dos mais poluídos do país –, moram a Entrevistada F6, seu esposo F7, vindos da área rural para a Capital, e seu filho F8. Segundo os mesmos, eles foram uma das primeiras famílias em habitar a área nos anos 1980,

quando o bairro ainda era rural. A família criou a horta em 2008 no terraço de sua casa para produzir hortaliças e tubérculos orgânicos para autoconsumo. Além disso, tem um minhocultivo que alimentam com sobras de alimentos e o adubo produzido é usado como compostagem na horta. A família tinha diversas mudas reunidas num pequeno espaço (FIGURA 8).

FIGURA 8 - HORTA FAMILIAR EM BOSA



Fonte: O autor, 2020.

Ao lado da horta, a família cultiva plantas decorativas para serem vendidas e retribuir os recursos obtidos são investidos no cultivo. Sobre a horta, F8, filho dos agricultores urbanos F6 e F7, comentou:

Sempre tivemos plantas, mas desde que o meu pai se aposentou pensamos a horta como um projeto para ocupar o seu tempo livre. Uma parte é de hortaliças para nossa alimentação e na produção reusamos resíduos orgânicos da casa, assim deixamos de produzir lixo.

A uma rua da família F6-F7-F8 mora F9 (49 anos), líder ambiental de El Regalo, que promove o empoderamento feminino por meio de uma rede de agricultoras. Ela nasceu no meio rural do departamento Santander (nordeste da Colômbia), de onde migrou para Bogotá aos 14 anos. Há 32 anos chegou em El Regalo e há 25 anos criou sua horta, na qual cultiva verduras, frutas e hortaliças orgânicas para autoconsumo. Processa algumas plantas para fazer shampoo, sabonetes e pomadas que vende. Com a rede de agricultoras urbanas tem um banco de mudas em sua casa e, como líder ambiental, resgata sementes crioulas

que partilha com outras agricultoras urbanas, ficando o banco de sementes na casa de uma vizinha:

O banco nasceu para evitar o consumo de alimentos transgênicos, assim produzimos os nossos, orgânicos. Eudócea (vizinha) rotula as sementes que colhe, as guarda em potes e depois as distribuímos. Eu tenho o banco de mudas, com 2.000 dessas, que distribuímos mensalmente (Entrevistada F9).

Em um dos morros do distrito Ciudad Bolívar fica o bairro *Nueva Colombia*, com escassas áreas verdes e com aglomerações subnormais. Pelo bairro passa o riacho Limas (*brazo derecho*), afetado pelo depósito de lixo (FIGURA 9). Neste bairro mora a agricultora urbana F4 (74 anos) que nasceu no departamento Tolima (centro-oeste da Colômbia) e em 1984 migrou para Bogotá. Em 1990 chegou ao bairro (nessa época irregular) e em 2010 criou a sua horta no pátio da casa onde a vizinhança jogava lixo. O cultivo orgânico é para autoconsumo e quando tem excedentes os vende.

Próximo da sua casa está a horta de F5 (70 anos), na beira do riacho *Limas (brazo derecho)*. Ela nasceu no departamento Boyacá (centro da Colômbia) e migrou para Bogotá, aos 10 anos. Em 1980 chegou a *Nueva Colombia* sendo uma das primeiras moradoras e em 2006 instalou a horta num espaço público com autorização da *Empresa de Acueducto de Bogotá*, para recuperá-lo ambientalmente, já que estava sendo usado como depósito “ilegal” de lixo (FIGURA 9).

FIGURA 9 - HORTA DE F5, EM NUEVA COLOMBIA (CIUDAD BOLÍVAR)



FONTE: O autor (2020).

Como líder ambiental, F5 promove educação ambiental por meio das visitas que as escolas do Distrito fazem à horta. Para a instalação do cultivo recebeu terra (composto), sementes e capacitações do JBB e foi ajudada por sua família e alguns vizinhos. O cultivo é para autoconsumo, vendendo o excedente à vizinhança. De sua produção gera sementes orgânicas, mudas e pequenas árvores que compartilha com outros agricultores urbanos para apoiar à formação de hortas. Recebe resíduos orgânicos da vizinhança para seu minhocultivo.

### **Contextualizando as hortas urbanas comunitárias**

Nas seis hortas comunitárias visitadas foram abordados 11 agricultores(as) urbanos(as) – oito mulheres e três homens. Dos terrenos que cultivam, quatro são públicos (dois no distrito Ciudad Bolívar e dois em Tunjuelito), nestes os(as) entrevistados(as) instalaram as hortas após negociações com instituições do governo da cidade como *Empresa de Acueducto de Bogotá*, *Defensoría del Espacio Público*, entre outras. Os outros dois são das agricultoras C13 e C15, no distrito Bosa, que ficam do lado do rio Tunjuelito – com alta carga de poluição –, onde cultiva a comunidade indígena Muisca. Nesses dois espaços a água para irrigação é da torneira, enquanto nas outras quatro hortas dependem da água da chuva, e só em temporada seca usam água da torneira.

Observou-se que com exceção da horta cuidada pelos entrevistados C19 e C20 (distrito Ciudad Bolívar) as outras cinco utilizam: grama cortada nos bairros como material vegetal; resíduos de alimentos dos vizinhos para fazer compostagem; e trabalho voluntário da vizinhança, das escolas e/ou das universidades. Nas seis hortas coletam-se sementes orgânicas e em cinco essas são compartilhadas com outros(as) agricultores(as) (exceto a horta que cuidam C19 e C20). Nas hortas que participam C13 e C14 resgatam-se sementes crioulas de milho de cores e na de C17 e C18, sementes de quinoa e amaranto.

As duas hortas comunitárias do distrito Tunjuelito são mantidas pelo grupo de agricultoras 'Jardineando Ando': uma no bairro 14 de Mayo, que fica do lado do riacho Chigüaza, e a outra no bairro Tunjuelito, ao lado do salão comunitário, como observa-se na FIGURA 10. Os dois espaços eram terrenos abandonados, onde a vizinhança jogava lixo e eram percebidos como locais de roubos. O grupo

‘Jardineando Ando’ organizou-se para cultivar hortaliças e tubérculos orgânicos, que são distribuídos entre as agricultoras participantes em quantidades iguais.

FIGURA 10 - HORTAS COMUNITÁRIAS DE TUNJUELITO



FONTE: O autor (2020).

O Grupo é liderado por C10 (mulher de 47 anos) que nasceu no departamento Nariño (sul da Colômbia) e chegou a Bogotá em 1997. Desde 2005 é líder ambiental e comunitária em Tunjuelito, promovendo a partilha de sementes, mudas e saberes:

Em cada horta que visito eu peço sementes e trago para as nossas hortas. As agricultoras as doam porque sabem que eu trago essas sementes para as multiplicar. Até me chamam quando tem mudas a mais. Também, quando recebo sementes do *Jardín Botánico* as levo para as escolas onde cultivamos (Entrevistada C10).

Também participam do Grupo C11 (66 anos), que migrou do departamento Tolima à Capital aos 17 anos, e C12 (46 anos), nascida em Bogotá e filha de agricultores que migraram para Bogotá. Como participantes de ‘Jardineando Ando’ apoiam outras hortas no distrito e outras agricultoras de Bogotá na recuperação de terrenos abandonados, partilhando saberes e técnicas de cultivo, como descreve a entrevistada C12:

Eu destaco o aprendizado obtido. Um dia estávamos transplantando umas mudas e uma senhora pegou uma, a cortou e a cuspiu. Eu perguntei para ela por que fazia isso e ela respondeu que assim a planta crescia melhor. Eu fiquei surpresa. Imagino que isso ela aprendeu de alguém e assim ela o ensina. As suas plantas crescem, sim.



As duas hortas comunitárias de Ciudad Bolívar ficam na parte baixa do distrito. Uma delas cultivada pela *Asociación de Agricultores de Guatiquía* (Asograng), no bairro Guatiquía, tendo sido criada em 2006 por um grupo de vizinhos para recuperar um terreno público que fica sob torres de energia, como observa-se na FIGURA 11. Era utilizado como depósito de lixo e era referenciado como inseguro.

FIGURA 11 - HORTA ASOGRANG (CIUDAD BOLÍVAR)



FONTE: O autor (2020).

A horta Asograng foi transformada numa sala de aula ambiental; inclusive tem um espaço com fogão, chamado de “fogão dos saberes”, onde as pessoas se reúnem para fazer receitas tradicionais com alimentos orgânicos. Cultivam frutas, legumes, tubérculos e verduras que são distribuídos entre os oito associados(as) voluntários(as). Para manter o espaço vendem o excedente, principalmente de quinoa e amaranto.

Em Asograng participaram das entrevistas o presidente da horta C17 (60 anos), que migrou do departamento Boyacá para Bogotá por emprego, e C18 (88 anos), que nasceu no departamento *Valle del Cauca* (oeste do país) e trabalhava com agricultura rural, até sua chegada na cidade. O Entrevistado C17 referiu-se a importância da horta para resolução de problemas de vizinhança:

Os vizinhos têm a horta como um espaço que os ajuda a solucionar problemas. Se têm móveis velhos, os trazem para nós ou se tem madeira, a usamos para fazer uma cerca. As vezes fazemos um almoço comunitário

ou uma chicha<sup>16</sup> que compartilhamos com eles. Quando há muita produção vêm e nos compram a colheita ou compram adubo (composto) para seus jardins (Entrevistado C17).

A horta comunitária ‘Sembrando con esfuerzo’, no bairro Arborizadora Baja, também em Ciudad Bolívar, fica ao lado de um prédio construído pelo governo da cidade para a população vítima do conflito armado. A horta foi criada em 2018 num local onde ocorriam furtos e consumo de substâncias psicoativas. A terra para plantar foi trazida por gestão da comunidade (ajuda mútua) e as sementes foram doadas por entidades como *Secretaría Distrital de Cultura, Alta Consejería para las Víctimas de Bogotá* e o JBB. C19 e C20 (os dois com 65 anos), entrevistados na horta ‘Sembrando con esfuerzo’, são um casal que foi deslocado do departamento de Santander (nordeste da Colômbia) para Bogotá em 2001 em decorrência do conflito armado. Eles foram nomeados administradores do espaço; em contrapartida, mantêm o espaço verde para seus vizinhos. As coletas são para o autoconsumo e o pouco que excede é vendido para a vizinhança.

No distrito Bosa está a horta da Entrevistada C13 (50 anos), uma das oito *sabedoras*<sup>17</sup> do *Cabildo Indígena Muisca*. Em 2017 ela dispôs seu terreno – do lado do rio Tunjuelito e classificado como de alto risco, por ameaça de enchente – para o cultivo comunitário. Esse está dividido em canteiros, que destinam-se ao cultivo de hortaliças, frutas e tubérculos, e cada um tem um sistema de tubos e mangueiras que facilita a irrigação (FIGURA 12).

---

<sup>16</sup> Bebida tradicional a base de milho.

<sup>17</sup> Os oito *sabedores*(as) conservam e transmitem os saberes ancestrais da comunidade Muisca de Bosa. Se reúnem no *Cusmuy*, “que é o centro dos saberes, a nossa casa ancestral” (Entrevistada C13).

FIGURA 12 - HORTA DA COMUNIDADE INDÍGENA MUISCA (BOSA)



FONTE: O autor, 2020

A partir da horta C13 procura resgatar práticas ancestrais da sua comunidade que não dispõe de terrenos próprios para semear, dado que as terras que pertenciam aos Muisca sofreram de pressão imobiliária, pelo qual tiveram que ser entregues ao governo da cidade ou vendidas a preços baixos a agentes imobiliários, como relatado por C13:

Eu lembro que em 1980 morreu minha avó e aí já comecei ver a construção de casas aos redores de sua chácara. Isso aconteceu porque os indígenas tiveram que vender as grandes terras onde cultivavam, por pressão do governo da cidade, que estava taxando as terras com impostos que as famílias não conseguiam pagar. Para não perdê-las todas e conseguir pagar os impostos as venderam a preços muito baixos, como aconteceu com meus avós.

Um dos participantes da horta é o indígena C14 (60 anos), que sempre morou em Bosa. Para a instalação da horta, uma parte da terra (material orgânico) foi doada pelo JBB e outra foi adquirida por C13. As primeiras sementes também foram doadas pelo JBB; depois passaram a ser coletadas do cultivo e por intercâmbio com agricultores(as) indígenas. A comunidade semeia seguindo o calendário Muisca:

De 1º de janeiro ao 1º de fevereiro se limpa e se aduba a terra. Dia 2 de fevereiro a comunidade se reúne, compartilha alimento e o *Cabildo* abençoa as sementes, assim essas ficam prontas. A gente espera para semear essas sementes no dia 21 de março, que é ano novo Muisca. Até o 1º de dezembro vai se coletando e a partir desse dia a terra entra em descanso: Esse período é chamado por nós como o tempo sem tempo (Entrevistada C13).

C15 (55 anos), da comunidade indígena Muisca, nasceu em Bosa e sua horta foi instalada em 2018 com ajuda de seu esposo e de sua cunhada, C16 (58 anos). A horta fica no bairro San Bernardino, ao lado do rio Tunjuelito, e está separado do corpo d'água por uma cerca de madeira, realizada pelas mulheres que participam da horta. O terreno está dividido por canteiros, onde distribuem-se as espécies de milho, repolho, fresa, entre outros (FIGURA 13).

FIGURA 13 - HORTA DE C15, COMUNIDADE INDÍGENA MUISCA (BOSA)



FONTE: O autor (2020).

No terreno participam nove famílias indígenas que retribuem umas cestas básicas da *Secretaría de Integración Social* (instituição do governo da cidade), mas que são distribuídas por meio do *Cabildo Indígena*. Na horta também participam as crianças, facilitando a transmissão de saberes entre os(as) agricultores(as) e seus filhos. A coleta é partilhada, mas a maior parte é vendida para a manutenção da horta.

### **Agricultura urbana e a Reciprocidade**

As principais características da agricultura urbana e periurbana (AUP) apresentadas por Mougeot (2000) dialogam com a reciprocidade: o uso de recursos locais, a interação de quem desenvolve a prática e esses recursos, e a retribuição ao ecossistema urbano.

Sobre o uso dos recursos para o fortalecimento do tecido social, o *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB, 2010) especifica que esses devem ser locais (força de trabalho, técnicas e saberes tradicionais) ou naturais (água chuva, terra etc.). Nas hortas urbanas os(as) entrevistados(as) fazem uso dos recursos locais e naturais do ecossistema urbano, sendo auxiliados pelo JBB.

Nas seis hortas familiares, a terra (composto) que proporcionou seu início foi fornecida pelo JBB e, em alguns casos, complementada pelos entrevistados. Em todas, a compostagem é feita com os resíduos de alimentos vindos das famílias dos entrevistados, mas em quatro delas (F4, F5, F1-F2 e F6-F7-F8) também vêm da vizinhança:

Nós recebemos os resíduos orgânicos de duas vizinhas. Para elas e para o meio ambiente é positivo porque esses resíduos não vão para a lixeira. Esses são usados para a nossa compostagem e assim se deixa de produzir tanto lixo. Além disso coletamos cascas de ovos, que colocamos na terra para ela não ficar compacta (Entrevistada F1).

Nas seis hortas comunitárias, o JBB também forneceu terra (composto) para o início dessas, dado que no ambiente urbano o acesso é restrito. Pela extensão dessas, maiores que as hortas familiares, os(as) entrevistados(as) tiveram que comprar mais. Para adubação, as hortas comunitárias usam a compostagem de resíduos orgânicos da vizinhança. Nas duas hortas comunitárias de Tunjuelito a compostagem também decorre de restos de vegetais coletados no mercado de hortifrúti e de cinzas de churrasqueiras obtidas junto aos restaurantes do bairro. Na horta que participam C17 e C18, foram instalados baldes nos acessos do terreno para que a vizinhança pudesse depositar os resíduos de vegetais para uso no minhocultivo.

A prática agrícola em áreas urbanas, segundo Mougeot (2000) tem demonstrado ser uma forma conveniente de “administrar espaços abertos, reduzir o descarte e o tratamento dos resíduos urbanos, gerar renda suplementar e proporcionar emprego direto ou não [...] (p. 25, *tradução nossa*)<sup>18</sup>”. Essa situação foi evidenciada nas hortas urbanas pesquisadas no sudoeste de Bogotá, como também já havia sido evidenciada por Vargas e Ruiz (2015), que demonstram como

---

<sup>18</sup> “It is conveniently managing open spaces, reducing disposal and treatment of urban wastes, generating supplemental income, and providing employment, direct or not [...]”. (MOUGEOT, 2000, p. 25).

a articulação dos habitantes permitiu a recuperação ambiental de terrenos dos morros do sul de Bogotá pelo cultivo.

Também dialoga com pesquisas feitas no Brasil, como a desenvolvida por Abreu (2013) que descreveu a gestão comunitária de resíduos orgânicos na cidade de Florianópolis para produção de composto, conhecida como Revolução dos Baldinhos, articulando 200 famílias e nove escolas do bairro Monte Cristo.

Smit, Ratta e Nasr (1996) argumentam que os produtos dos(as) agricultores(as) urbanos(as) retribuem ao local onde foi desenvolvida a AU, dado que utilizam recursos materiais e imateriais do local. A coleta e partilha de sementes entre as hortas urbanas é uma forma de retribuição, como acontece em cinco das seis hortas familiares, e nas seis hortas comunitárias. As hortas comunitárias que participam C13-C14 e C17-C18 vão além, resgatam sementes crioulas: milho de cores, na primeira, e quinoa, na segunda.

Vale destacar que, tanto nas hortas familiares quanto nas comunitárias, os(as) entrevistados(as) cultivam para garantir a segurança alimentar – disponibilidade, acesso e uso dos alimentos – (KORTH *et al.*, 2014), ou ainda, a soberania alimentar, ao promoverem a coleta e a livre circulação de sementes, gerando autonomia aos cultivos (CAMPOS, 2015), como relatou a Entrevistada C13:

O nosso papel como produtor de orgânicos é que a semente não seja comprada mas sim obtida por intercâmbios. Quando a gente começa semear, a primeira semente se pode comprar, mas as seguintes devem ser coletadas. Não é possível ficar comprando-as. O que acontece, por exemplo, com as multinacionais: Nos vendem as sementes mas elas ficam condicionadas à compra de pacotes de químicos para crescerem. Como produtores orgânicos temos essa missão: resgatar as sementes.

Os(as) entrevistados(as), com apoio do JBB, ao criarem as hortas urbanas, se transformam em agricultores(as) urbanos(as) e promovem reciprocidades: fazendo uso de recursos locais, promovendo interação entre os que desenvolvem a prática e os recursos, para além de retribuir ao ecossistema urbano.

### **Expressões de reciprocidade nas hortas familiares**

Polanyi (2016, p. 117), que discute reciprocidade e troca como princípios econômicos, apresenta a administração doméstica como outro princípio que

coexiste com esses. A administração doméstica (autarquia) se fundamenta em “produzir e armazenar tendo em vista a satisfação das necessidades dos membros do grupo”.

A administração doméstica, como princípio, foi identificado nas hortas familiares, dado que a colheita de alimentos orgânicos é compartilhada com filhos e netos, colaborando igualmente para a manutenção das relações familiares. Observou-se que as partilhas não eram quantificadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as), importante era a partilha nas reuniões familiares:

Quando meus filhos me visitam, eu cozinho com a colheita da horta. Por exemplo, eu pego frutas e faço os sucos que eles gostam (Entrevistada F1).

Meus filhos ficavam contentes quando eu lhes levava colheita da horta. Ao meu filho que não mora mais comigo eu levei coentro, alface, espinafre [...] Ele percebia que eu estava semeando alimentos saudáveis (Entrevistada F4).

Para além da administração doméstica (autarquia) a reciprocidade também se mostra presente nas hortas por meio do compartilhamento das coletas com a vizinhança, ação que Sabourin (2011) classificaria como: expressão de estrutura binária (partilha) da reciprocidade, conforme relato do Entrevistada F3:

As vezes eu dou parte da colheita para meu filho e a sua família, ou levo para uma amiga minha. Ela tem uma neta que gosta de comer batata com salsinha, então eu doo para ela quanto tenho bastante. Ela os recebe porque a produção é limpa, sem químicos.

Outra expressão da reciprocidade observada nas seis hortas familiares foi a partilha de mudas e de sementes entre os(as) agricultores(as) urbanos(as). Sabourin (2011, p. 53) a classificaria como binária, pois ela “dá lugar ao sentimento de participação e, eventualmente, de confiança”. Os(as) entrevistados(as) confiam que as mudas e sementes que recebem são orgânicas, baseados na trajetória dos outros agricultores urbanos.

O último intercâmbio que fiz foi num evento do *Jardín Botânico* onde nos convidaram como comunidade indígena; aí levaram vários outros agricultores da cidade. Eu levei sementes de acelga e as intercambiei por sementes de milho, cenoura e ervilha. A gente as traz e as reproduz para voltar a intercambiar. A semente que se intercambia deve ser da nova colheita, para que seja orgânica, ou seja, limpa (Entrevistada C13).

A reciprocidade também é expressa em cinco hortas familiares por meio da doação de resíduos (vegetais) para a compostagem pelos vizinhos. Esses resíduos ajudam à manutenção das hortas e geram uma obrigação moral de retribuição para com os produtos derivados desta. Essa prática (dar-receber-retribuir) é uma dádiva, que segundo Temple (2003), aciona valores, tal como laços espirituais.

A doação dos resíduos orgânicos pelos vizinhos pode ser interpretada como uma reciprocidade de forma binária simétrica (face a face), que não levaria “a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder” (TEMPLE, 2009, p. 5). Esta atitude é que fortalece os vínculos com a vizinhança, promove a interação e o diálogo, e produz “a consciência do sentimento de amizade” (SABOURIN, 2011, p. 53). O relato da Entrevistada F5 demonstra a interação:

Eu faço compostagem com os resíduos orgânicos que as vizinhas do bairro me trazem, porque sabem que eu preciso para o minhocultivo. Elas também me pedem ajuda para transplantar árvores no bairro ou, se a comunidade precisar mudas, eu doo da minha horta. (Entrevistada F5).

A literatura relata ainda sobre a reciprocidade ternária, que é derivada da “relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro” (TEMPLE, 2009, p. 3). Essa expressão foi identificada na doação de alimentos para vizinhos (F3 e F4) e na doação de árvores e mudas para o início de novas hortas (F5 e F9), atitude que gera reciprocidade ambiental:

Eu cultivei alho-poró e não acredito a quantidade que colhi. Então eu fui para Bosa, onde mora a minha irmã, e levei para ela. Peguei um pouco para mim e o restante dei para uma vizinha (Entrevistada F4).

Se eu posso apoiar outras hortas com mudas, eu as doo. O único que peço é uma carta na qual a pessoa indica que eu doe, para deixar no meu arquivo. A minha intenção é que as hortas continuem crescendo e tomara se tornem autossuficientes, para a comunidade se beneficiar de alimentos orgânicos. Também para as plantas melhorarem o ambiente (Entrevistada F5).

As reciprocidades, segundo Sabourin (2011), não se limitam as doações de bens ou materiais, elas podem ser imateriais, tal como a transmissão de saberes. Uma expressão de reciprocidade ternária unilateral que ocorre de geração em geração. Nas hortas dos(as) agricultores(as) urbanos(as) F5, F9 e F6-F7-F8 a transmissão de saberes se faz através da educação ambiental com alunos das



escolas dos respectivos bairros, buscando replicar iniciativas ambientais que tragam benefícios ecossistêmicos. No caso das agricultoras urbanas F3 e F4, a transmissão de saberes é feita na família para suas netas.

Como se observou em cinco das seis hortas familiares, a produção é para autoconsumo dos(as) agricultores(as), e quando se têm excedentes esses são doados ou vendidos. Estas ocorrências demonstram que as hortas urbanas baseiam-se em sistemas mistos, quer dizer, coexistem três princípios econômicos: o da autarquia, o da reciprocidade e o da troca. Sabourin (2011a), observando a reciprocidade que permeia algumas trocas argumenta que: podem coexistir seja de forma antagônica, paralela ou complementar. No caso das hortas abordadas, identificou-se que ocorre de forma complementar.

### **Expressões de reciprocidade nas hortas comunitárias**

O princípio de autarquia (autossuficiência) também se apresenta na produção das hortas comunitárias e dialoga com o princípio da reciprocidade. No distrito Tunjuelito, as hortas são destinadas exclusivamente para o autoconsumo, mas expressam reciprocidade positiva, quando “tende a estabelecer um laço social [...] uma inclusão do outro” (SABOURIN, 2011, p. 49).

Nós consumimos o que colhemos. Por exemplo, C10 deu-me acelgas e eu levei para a minha irmã. Ela perguntou onde eu tinha as comprado e falei que essas eram boas, porque eram sem químicos. Assim é como fazemos intercâmbios gratuitos entre nós. Se eu precisar terra para cultivar, eu trago das hortas, porque também tenho uma horta na minha casa (Entrevistada C11).

Nas hortas de Bosa e Ciudad Bolívar, além do autoconsumo o cultivo é destinado para a venda, buscando recursos financeiros para manter o cultivo, o que as constitui como um sistema misto, referenciado por Sabourin (2011a), pela coexistência complementar entre troca e autossuficiência.

A reciprocidade aparece nas hortas comunitárias por meio da distribuição das coletas entre os(as) agricultores(as) urbanos(as) que participaram do cultivo, com exceção da horta de C19-C20. Nas duas hortas do distrito Tunjuelito e na horta de C13, de Bosa, a reciprocidade pode ser classificada como de forma positiva e na estrutura ternária bilateral, ou seja, quem participa do cultivo recebe na colheita,

produzindo valores como o da amizade e da responsabilidade (na manutenção da horta):

A colheita é dividida em partes iguais entre as pessoas que ajudaram. Essa é a retribuição pelo apoio na horta. Se elas precisam terra para cultivar nas suas casas também podem pegar. Procuramos que as mulheres garantam a sua soberania alimentar e levem alimentos para suas famílias. (Entrevistada C10).

Nos casos das hortas onde participam C15 e C16 (em Bosa) e C17 e C18 (Ciudad Bolívar), a estrutura poderia ser classificada como ternária centralizada, porque os(as) agricultores(as) urbanos(as) participam, mas C15 e C17 se encarregam da distribuição das coletas. O entrevistado C17 descreve essa estrutura:

Quando tem colheita, os associados recebem uma cesta de alimentos cada 15 dias ou cada mês. A gente pergunta para eles o que desejam levar: alface, espinafre [...] O excedente é vendido para a vizinhança (Entrevistado C17).

A reciprocidade ternária apresenta-se na pesquisa de várias formas, destacando-se a derivada da recuperação de espaços que estavam sendo afetados com acumulação de lixo, furtos, uso de drogas, como nas hortas onde participam C10, C11 e C12 (Tunjuelito) e C17, C18, C19 e C20 (Ciudad Bolívar). A AUP veio beneficiar a todos os moradores nos seus respectivos bairros –reciprocidade socioambiental –:

Eu me dei conta que em Bogotá eu tenho tudo, então as hortas são como um trabalho de retribuição por tudo o que Bogotá tem me dado [...] Tem pessoas que dizem que eu sou boba por ajudar em outras hortas. Boba seria se eu ficasse em casa dormindo, tendo tanto para se fazer (Entrevistada C10).

Nas hortas de C13 e C15, que emprestam os seus terrenos para que a comunidade indígena os cultive, alguns dos produtos coletados são entregados ao *Cabildo Indígena*, criando uma reciprocidade social, complementada pela ambiental:

É importante porque a gente cultiva sem químicos, limpo, para o próprio consumo. Elas (agricultoras) quando veem que o alimento está saindo ficam contentes. Também quando fazemos a assembleia no *Cabildo*

*Indígena*, o milho para fazer a *chicha* (bebida tradicional) ou as *arepas* (pão de milho) vem das hortas comunitárias (Entrevistada C15).

A reciprocidade socioambiental foi identificada nas falas porque coloca em prática a tripla obrigação moral dar-receber-retribuir a partir do ato do cultivo. Mas esse agir não beneficia unicamente aos participantes: estende-se para suas famílias (com partilhas materiais e simbólicas), à vizinhança (com benefícios socioambientais), e ao território onde a horta localiza-se, dado que coloca em jogo uma consciência dos(as) agricultores(as) urbanos(as) de retribuir para a cidade, como se ela fosse outro sujeito, um terceiro, que permite a prática agrícola.

### **Externalidades a partir das hortas urbanas: outras reciprocidades**

As reciprocidades simétricas, que decorrem da ajuda mútua e são características de práticas de sociedades rurais (SABOURIN, 2011a), também foram observadas na agricultura urbana e periurbana, especificamente nas hortas comunitárias pela “partilha dos esforços entre pares” (SABOURIN, 2011, p. 117). Nas hortas de C13 e C15, as famílias indígenas Muisca participam pelo menos uma vez na semana dos cultivos. Na horta Asograng, onde participam C17 e C18, os(as) agricultores(as) urbanos(as) recebem o apoio voluntário de estudantes de faculdades e vizinhança para o cultivo.

Durante o cultivo os(as) voluntários(as) doam tempo e recebem saberes sobre práticas agrícolas (valores imateriais) como retribuição dos(as) agricultores(as) urbanos(as), expressando níveis imaginários de reciprocidade, como relata a agricultora C15:

(O saber) é importante porque ajuda a não acabar a tradição de semear (na comunidade indígena). Por exemplo, aqui as crianças vêm e ajudam a plantar. Aí explicamos para eles por que e assim eles crescem com a ideia de ter uma porção de terra para cultivar.

Valores imateriais, como saberes tradicionais dos(as) agricultores(as) urbanos(as), são transmitidos aos filhos, netos e à vizinhança, como relata C15, produzindo de valores afetivos (confiança), como destacados por F9:

(A horta) é importante porque ajuda a que a tradição de cultivar não acabe (na comunidade indígena). Aqui vêm as crianças do bairro e ajudam na

horta. Explicamos para eles por que devem semear e assim eles crescem com a ideia de ter um terreno e continuar cultivando. (Entrevistada C15).

O projeto das hortas tem fortalecido os vínculos no bairro, porque gera confiança entre a vizinhança. Si alguém vai na casa de [nome da vizinha], ela abre a porta porque sabe que é do assunto da agricultura. Assim acontece com as outras vizinhas, quero dizer, todas trabalhamos desde o amor. Nós queremos esse projeto. (Entrevistada F9).

Uma observação comum em quatro hortas familiares e em três comunitárias foi a criação de uma reciprocidade não mencionada pela literatura, a socioambiental, dado que por meio das hortas os(as) agricultores(as) urbanos(as) beneficiam os demais moradores(as) da cidade, seja com a redução de lixo e de resíduos, seja produzindo alimentos sem químicos, entre outros:

Há pessoas que dão importância ao dinheiro mas nós damos essa importância para a compostagem que fazemos. Por isso, quando pegamos os resíduos e os transformamos (em adubo) fazemos a diferença (Entrevistada F9).

Eu sinto grande satisfação de contribuir com o meio ambiente e de produzir alimentos, ao procurar alternativas alimentares. Também estamos contribuindo para redução do uso de químicos nos alimentos que comemos (Entrevistado C17).

As expressões de reciprocidade decorrentes das hortas urbanas, sejam elas familiares ou comunitárias, são positivas tanto para os agricultores(as) urbanos(as), como para a população dos bairros onde estão inseridos(as). Essas reciprocidades geram compromissos sociais que diferem do originários nas relações de troca (mercado), pois na reciprocidade o ganho individual não impera (POLANYI, 2016).

## **Considerações Finais**

Foi possível apreciar que na prática de AUP, por meio das hortas urbanas, se reúnem agricultores(as) urbanos(as) sob o princípio da reciprocidade, esse expresso pelas relações entre os(as) agricultores(as), entre esses(as) e seus familiares, sua vizinhança e instituições locais.

Diferentes reciprocidades foram observadas, as quais variam do nível real (material), envoltas nos alimentos e nos resíduos orgânicos, ao nível imaginário (simbólico), envoltas nos atos de cultivar, coletar, partilhar e transmitir saberes. As

expressões de reciprocidade se mostram positivas, coexistindo de maneira complementar e até subsistindo com outros princípios econômicos observados (autarquia e troca).

As hortas urbanas de Bogotá, investigadas como categoria de AUP, iniciaram por motivações dos(as) entrevistados(as) de cultivar para o autoconsumo (princípio da autarquia), com apoio do JBB. Porém, no decorrer do tempo, a venda de parte da colheita se manifestou para a manutenção dos cultivos. Mesmo considerando explícito o princípio da troca, este se apresenta como complementar, não sendo o principal objetivo das hortas, como observado em nove das 12 hortas, evidenciando um sistema misto.

As reciprocidades positivas (dádivas), de estrutura ternária, nas hortas urbanas transbordam do social para o ambiental, do dar-receber-retribuir para além dos envolvidos, do real ao imaginário. Os(as) agricultores(as) urbanos(as) acreditam estarem retribuindo para Bogotá benefícios sociais, inviabilizando roubos e o uso de drogas nos terrenos onde cultivam alimentos, bem como benefícios ambientais, reduzindo lixões por meio de áreas cultivadas sem uso de químicos.

A maior parte dos(as) agricultores(as) urbanos(as) partilha sementes, mudas e saberes, com a intenção de promover mais hortas. Por vezes, recebem mudas e sementes de variedades que não possuíam. Esse processo dar-receber-retribuir demonstra que a reciprocidade fala mais alto que a troca, pois se objetivassem o mercado não partilhariam as sementes, tampouco incentivariam a entrada de um número maior de agricultores(as) urbanos(as).

Nesta prática contempla-se a ajuda mútua, expressa em dois momentos: no cultivo voluntário das hortas comunitárias e na doação de resíduos orgânicos pela vizinhança para a compostagem. Essas ações promovem o fortalecimento do tecido social, bem como o uso não exacerbado da natureza.

A transmissão de saberes, que é de suma importância para a soberania alimentar, ocorre nas hortas familiares de geração em geração (avós para netos e pais para filhos) e entre os(as) vizinhos(as). Nas hortas comunitárias ocorre pela educação ambiental promovida pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) para estudantes e vizinhança. Assim como os(as) entrevistados(as) transmitem saberes, eles também recebem saberes no decorrer da prática agrícola, seja entre os membros da comunidade, ou pelas capacitações realizadas pelo *Jardín Botánico*

de Bogotá, que os(as) auxiliou na instalação de suas hortas familiares ou comunitárias.

Finalmente, por limitações de tempo no trabalho de campo, os resultados apresentados correspondem a amostra de entrevistados(as) que têm recebido apoio do *Jardín Botánico de Bogotá*, nos últimos anos. Para estudos futuros, poder-se-iam explorar como se apresentam as relações de reciprocidade atreladas à agricultura urbana e periurbana em hortas de Bogotá quando não recebem apoio governamental, o qual permitiria fazer um contraste com a presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos. **Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana**. 2013, 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107404>. Acesso em: 3 jan. 2021.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARIAS, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura - Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEUF, Alice. De las luchas urbanas a las grandes inversiones: La nueva urbanidad periférica en Bogotá. *Bulletin de l'Institut français d'études andines* [Em línea], 41 (3), p. 473-501, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bifea/344>. Acesso em: 20 set. 2020.

CABALLERO, Antonio. **Historia de Colombia y sus oligarquías (1498 - 2017)**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/index.html>. Acesso em: 6 abr. 2019.

CAMPOS, Carolina. **Empoderamiento campesino y soberanía alimentaria en Colombia: la defensa de las semillas y los mercados campesinos**. 2015. Dissertação (Maestría en Estudios Latinoamericanos) - Universidad de Leiden, Leiden, 2015. Disponível em: <https://studenttheses.universiteitleiden.nl/handle/1887/32054>. Acesso em: 15 set. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (DANE). **Censo Nacional de población y viviendas 2018**. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GIBBS, Graham. **El análisis de datos cualitativos en investigación cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA (GMH). **¡Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

JARDÍN BOTÁNICO DE BOGOTÁ (JBB). **Cartilla de Agricultura Urbana**. Bogotá: Imprenta Distrital, 2010. Disponível em: [http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura\\_urbanC2010.pdf](http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura_urbanC2010.pdf). Acesso em: 27 nov. 2019.

KORTH *et al.* What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle-income countries: a systematic review. **Environmental Evidence**. v. 3, n. 21. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/2047-2382-3-21>. Acesso em: 21 Ago. 2019.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAUSS, Marcel [1950]. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MENDONÇA, Fernando. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: Uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. 1, p. 139-148, jul./dez 2004.

MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOUGEOT, Luc. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2016. Ebook. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-grande-transformacao-karl-polanyi-em-pdf-epub-e-mobi/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.

RIESSMAN, Catherine. Narrative Analysis. **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, Huddersfield, p. 1-7, 2005. Disponível em: [http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/Chapter\\_1\\_-\\_Catherine\\_Kohler\\_Riessman.pdf](http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/Chapter_1_-_Catherine_Kohler_Riessman.pdf)

RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura Urbana en Bogotá: aporte para el cambio cultural**. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo) - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

\_\_\_\_\_. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 27, n. 13, p.24-51, mai./ago. 2011a.



SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN (SDP). **Estructura Ecológica Principal y el Componente Rural**. Bases de Ordenamiento del Territorio. Bogotá: SDP. 2020. Documento diagnóstico. Disponible em: [http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo\\_2\\_epp\\_pot\\_2020.pdf](http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_2_epp_pot_2020.pdf). Acesso em: 19 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Proceso de Revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D. C.** Tomo: Población, Consumo de Suelo y Modelo de Ocupación Territorial. Bogotá: 2020a. Disponible em: [http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo\\_3\\_poblacion-mot\\_pot\\_2020.pdf](http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_3_poblacion-mot_pot_2020.pdf). Acesso em: 7 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conociendo la localidad de Tunjuelito:** Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009. Disponible em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/06%20Localidad%20de%20Tunjuelito.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conociendo la localidad de Ciudad Bolívar:** Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009a. Disponible em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/19%20Localidad%20de%20Ciudad%20Bol%C3%ADvar.pdf> . Acesso em: 19 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conociendo la localidad de Bosa:** Diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009b. Disponible em: <http://planeacionbogota.gov.co/sites/default/files/documentos/07%20Localidad%20de%20Bosa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos**. Tomo I. La Paz: Padep, 2003.

\_\_\_\_\_. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal de Mauss Iberolatinoamericano**. 2009. Disponible em: [http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad\\_2&id\\_article=292](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=292) >. Acesso em: 27 nov. 2019 .

TORRES, Carlos. (Comp.). **Ciudad informal colombiana: Barrios construidos por la gente**. Grupo de Investigación Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Diana; RUIZ Juan. Resiliencia y organización comunitaria: el caso de la red de huertas en los Altos de la Estancia, en la localidad de Ciudad Bolívar en

Bogotá. **Ciudad paz-ando**, Bogotá. vol. 8, n. 2, 2015. p. 65-85. Disponível em: <https://doi.org/10.14483/udistrital.jour.cpaz.2015.2.a04>. Acesso em: 20 jun. 2019.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## 5. EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL

### Resumo:

Nas últimas décadas tem-se observado o interesse por pesquisas de práticas da agricultura urbana e periurbana relacionadas à sua multifuncionalidade, em especial como resposta, com limitações, à crise socioambiental contemporânea decorrente do modelo de organização capitalista. Um Modelo que se fundamenta no princípio da troca mercantil, orientado à concorrência e ao ganho individual, que invisibiliza o princípio econômico da reciprocidade, orientado à manutenção de vínculos sociais. Com base neste campo teórico, o artigo objetiva identificar expressões de reciprocidades em publicações de pesquisas empíricas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil. Para tal realizou-se uma pesquisa bibliográfica onde foram selecionadas 29 publicações, sobre as quais identificaram-se práticas de doação, partilhas, ajuda mútua, geração de valores, transmissão de saberes entre gerações e gestão de recursos comuns, como expressões de reciprocidade. Entre os resultados evidenciou-se a presença dessas reciprocidades, bem como a coexistência desse princípio com o da autossuficiência (autarquia) e o da troca mercantil. Também foi identificada uma expressão de reciprocidade que transcende as relações sociais, aqui denominada de reciprocidade socioambiental, criada por uma consciência avaliadora (crítica) da relação humano-natureza.

### Palavras-chave:

Hortas urbanas. Quintais urbanos. Reciprocidade. Socioeconomia.

### Abstract:

In recent decades, it has grown the interests in research on urban and peri-urban agriculture practices related to their multifunctionality, especially as a response, with limitations, to the contemporary socio-environmental crisis resulting from the capitalist organization model. A Model that is based on the principle of mercantile exchange, oriented to competition and individual gain, which makes invisible the economic principle of reciprocity, oriented to the maintenance of social bonds. In this context, the article aims to identify expressions of reciprocity in publications of empirical research on urban and peri-urban agriculture in Brazil. For this propose it was developed a literature review of 29 publications, on which were identified as expressions of reciprocity the practices of donation, sharing, mutual aid, generation of values, transmission of knowledge between generations and management of common resources. Among the results, it was evidenced, as well as the coexistence of this principle with that of self-sufficiency (autarchy) and that of mercantile exchange. Another expression of reciprocity was also identified, which transcends social relations, creating an evaluative (critical) awareness of the human-nature relationship.

### Keywords:

Urban gardens. Knowledge Transmission. Reciprocity. Socioeconomics.

## Introdução

A reciprocidade é um princípio econômico identificado por Polanyi (2016), no qual o ir e vir da produção busca a manutenção de vínculos sociais, fundamentando-se em relações desinteressadas do outro (SABOURIN, 2011; 2015). Esse princípio diferencia-se do da troca mercantil, o qual se fundamenta na economia de mercado, orientado à concorrência e ao ganho individual (POLANYI, 2016).

Baseado na existência de diferentes princípios que orientam ações humanas, Sabourin (2011), fundamentado em Temple (2003), pesquisou a reciprocidade na agricultura rural de organizações e sociedades camponesas da África, da Oceania e do Brasil. A partir dessas propôs um modelo analítico de classificação baseado em formas, estruturas e níveis em que a reciprocidade se expressa. Segundo Ploeg (2011, apud SABOURIN, 2011, p. 12) a agricultura se insere, desde tempos ancestrais em “uma ampla gama de relações recíprocas. Essas não têm a ver apenas com as interações entre o homem e a natureza viva (e a sua transformação mútua), elas vão mais longe”: envolvem interrelações entre indivíduos e se expressam na família, entre gerações, nas prestações mútuas entre vizinhos, entre outros.

Essas relações de reciprocidade, conforme Sabourin (2011, p. 7), “estão sendo destruídas pela extensão da troca mercantil”, sendo esta uma escolha de parte da sociedade. Em decorrência, segundo Sabourin (2015), toda prática econômica termina sendo regulada pela troca, naturalizando a vantagem sobre o outro e o interesse pessoal como prática universal.

O deslocamento do princípio de reciprocidade nas interações entre indivíduos para o da troca mercantil na agricultura pode estar relacionado com a modernização desta (PLOEG, 2011, apud: SABOURIN, 2011), conhecida como Revolução Verde (RIBEIRO *et al.*, 2012), que consistiu na implementação de tecnologias (irradiação, transgenia, nanotecnologia, pesticidas), para a produção de alimentos em maior escala, a partir da metade do século XX (AZEVEDO, 2013) com o intuito de combater a fome (RIBEIRO *et al.*, 2012). O uso dessas tecnologias marcou a ruptura da agricultura dita tradicional, que ocorria pela poliprodução, voltada à autossuficiência (autarquia), para a agricultura moderna, baseada na

monocultura, com variedades de plantas “selecionadas”, cuja finalidade é a venda (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 426).

A Revolução Verde no campo foi acompanhada da expansão das cidades, para além do crescimento demográfico em escala global que intensificou o desafio do acesso a alimentos pela população e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (RIBEIRO *et al.*, 2012). Em 1930, a população mundial era de aproximadamente um bilhão, já em 2011 era de sete bilhões (MARQUES, 2018). Esse crescimento demográfico concentrou-se no ambiente urbano: em 2007, o total da população mundial que morava em áreas urbanas superou por uma pequena quantia a população que morava em áreas rurais (MENDOÇA; DEL VECCHIO, 2019), contudo, dados do *World Population Prospects* (ONU, 2018) estimavam em 2018 uma população urbana de 4,2 bilhões e a rural de 3,4 bilhões.

A modernização da agricultura no meio rural e a ampliação das condições de vida no meio urbano intensificaram o deslocamento das populações rurais para centros urbanos e periurbanos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, o que segundo Feniman (2014) levou saberes sobre o cultivo de alimentos para este espaço.

Essa mobilização de saberes auxiliou na promoção da agricultura urbana e periurbana (AUP), embora a prática não fosse nova, dado que essa está vinculada às cidades desde tempos ancestrais (SMIT; RATTA; NASR, 1996). Segundo Ferreira (2019), a AUP “ressurge nas cidades do século XXI como uma resposta aos problemas urbanos e com a possibilidade de sua consolidação”. O ressurgimento da AUP assume um caráter multifuncional, de cunho socioambiental, vinculado à produção agroecológica em oposição à produção com pesticidas (FERREIRA, 2019), ao desemprego e ao tempo disponível para a prática (RIBEIRO *et al.*, 2012).

Smit, Ratta e Nasr (1996) caracterizam a AUP como uma prática agrícola desenvolvida no interior ou nas periferias de centros urbanos, para a qual se (re)usam recursos humanos e materiais desse espaço e, por sua vez, geram produtos e serviços que se redistribuem nos locais de produção. Mougeot (2000) expõe que a agricultura é mais urbana na medida em que interage com o sistema econômico e ecológico (ecossistema) urbano. Além disso, argumenta que a AUP

complementa a agricultura rural (AR) na provisão de alimentos para os espaços urbanos.

No Brasil, a prática da AUP, de acordo Azevedo (2013), foi uma resposta aos problemas ambientais e alimentares gerados pelo sistema agroalimentar moderno, que contava, segundo Feniman (2014), com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)<sup>19</sup>, que por meio da Portaria nº 467 de 2018 instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2018). Para além do Governo Federal, alguns municípios no Brasil têm apoiado o uso de espaços públicos para o desenvolvimento da AUP. Em Brasília (DF), a Lei 4.772 de 2012 estabeleceu diretrizes para uma política de apoio à AUP (DISTRITO FEDERAL, 2012), após regulamentada pelo Decreto nº 39.314 de 2018 (DISTRITO FEDERAL, 2018). Em São Paulo (SP), uma ação cidadã levou ao governo municipal à regulação da gestão participativa das praças públicas, o que ocorreu por meio da Lei 16.212 de 2016, que possibilitou cultivos comunitários nestas (SÃO PAULO (SP), 2016). Em Curitiba (PR), a Prefeitura municipal desenvolve desde os anos 1980 um programa de promoção à AUP para famílias de baixa renda, acionado por meio de dois projetos: Nosso Quintal e Lavoura (FENIMAN, 2014). Recentemente, em 2018, a Câmara Municipal e a Prefeitura de Curitiba sancionaram a Lei 15.300, que autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para a prática da AUP (CURITIBA, 2018).

É no contexto da AUP no Brasil que este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de base bibliográfica que objetivou identificar expressões de reciprocidade nas publicações selecionadas. As expressões de reciprocidade a serem observadas têm como base as identificadas em uma pesquisa empírica anterior (CRUZ; DENARDIN; SULZBACH, 2021<sup>20</sup>), realizada em Bogotá, Colômbia, a partir de um modelo analítico de classificação de reciprocidades desenvolvido por Sabourin (2011). Para tal, apresenta-se o embasamento teórico; após a metodologia, que apoia na revisão de literatura; os resultados, decorrentes da análise de publicações selecionadas; por fim as considerações finais.

---

<sup>19</sup> Em 2019 o Ministério de Desenvolvimento Social foi extinto e as funções desse foram atribuídas ao Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019).

<sup>20</sup> Artigo aceito para publicação na revista Antropolítica, em março de 2021.

## O princípio da reciprocidade

A Teoria da Reciprocidade tem, segundo Sabourin (2011, p. 21), suas bases: na antropologia, onde responde as relações intersubjetivas que “vão além da permuta de bens ou de objetos”; na sociologia, onde é “considerada como fundamento das relações sociais” (ibid. p. 21); e na economia substantiva onde é resultado de um processo incrustado na sociedade (POLANYI, 2010 [1957]).

A partir da antropologia, Temple (2003) propõe compreender a reciprocidade a partir da dádiva, que para Mauss (2001 [1950]) era o princípio estruturante das sociedades humanas. A dádiva inclui uma tripla obrigação à dupla obrigação de dar-receber: a de retribuir, que exige o reconhecimento desinteressado do outro (TEMPLE, 2003). A tripla obrigação é mobilizada a partir de um motor chamado por Mauss (2001 [1950]) de *maná* – termo polinésio – e traz um terceiro incluído, que segundo Sabourin (2011a, p. 30), “permite interpretá-lo como o ser dessa relação e dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens, que libera do laço social ou da dívida”.

Reverendo Temple (2003), Sabourin (2011, 2011a) propõe analisar as relações de reciprocidade, que se diferenciam das de troca monetária ou de comércio, na medida em que “não implica[m] uma retribuição equivalente, imediata ou diferida” (ibid., p. 4), por meio: i) das formas com que elas se expressam, sendo positiva (oferendas, partilhas) ou negativa (vingança); ii) das estruturas que geram valores afetivos ou éticos, sendo binárias simétricas (face a face) ou assimétricas (em estrela ou compartilhamento), e ternárias (unilateral, bilateral, centralizada ou generalizada); e iii) dos níveis das relações, sendo real, simbólica ou imaginária.

Sabourin (2015, p. 4), analisando a agricultura camponesa, identificou a ajuda mútua como uma expressão de reciprocidade que “coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos”. A ajuda mútua se estrutura a partir de relações binárias simétricas que decorrem de interações entre membros de uma família ou entre vizinhos e de relações ternárias unilaterais, que decorrem de ações comunitárias que podem beneficiar outras gerações (ibid., p. 5). No Brasil, Sabourin (2015) identificou o mutirão como uma ajuda mútua autóctone, classificando-a como de forma positiva e estrutura ternária, na qual a cooperação está relacionada a bens

comuns da comunidade (ex. construção de uma escola) ou vinculada às atividades de um grupo para ajudar a uma família (ex. desmatar um terreno).

Nas comunidades camponesas a reciprocidade também estava presente na gestão partilhada de recursos, o que levou a classificá-la como de estrutura ternária. O manejo coletivo de recursos naturais e de infraestruturas beneficiava todos os membros da comunidade, que em contrapartida assumiam a manutenção ou o cuidado (SABOURIN, 2015). Também identificou a transmissão do patrimônio material (terras, casas, animais) e/ou simbólico (rituais, saberes) como reciprocidade, classificando-a como de estrutura ternária unilateral, que “faz intervir três partes, geralmente as três gerações de uma mesma família que convivem uma parte da sua vida na mesma propriedade, unidade familiar ou comunidade” (SABOURIN, 2015, p. 6).

Sabourin (2011) expõe que a reciprocidade, como princípio econômico, subsiste mesmo sob o domínio da economia de mercado nas sociedades contemporâneas, as vezes de maneira oposta e as vezes complementar, apresentando interfaces e promovendo sistemas mistos (SABOURIN, 2011; 2015). Os sistemas mistos foram observados em feiras, redes curtas de comercialização e cooperativas. Esses são espaços de trocas mercantis, mas nessas relações são priorizadas a amizade, a fidelidade e a confiança (SABOURIN, 2011a).

## **Apontamentos Metodológicos**

Uma pesquisa bibliográfica tem o “propósito de sintetizar a literatura em um campo, sem coletar ou analisar quaisquer dado primário”<sup>21</sup> (PARÉ *et al.* 2015, p. 184, *tradução nossa*). Em geral, “auxilia os pesquisadores a entender o corpo existente do conhecimento e fornece uma base teórica para o estudo empírico proposto”<sup>22</sup> (ibid. p. 183).

Neste artigo, a revisão da literatura é utilizada como fonte de informações a serem analisadas a partir de uma teoria selecionada: no caso identificar expressões

---

<sup>21</sup> Literature review “has an overarching purpose of summarizing or synthesizing the literature in a field without collecting or analyzing any primary data” (PARÉ *et al.* 2015, p. 184).

<sup>22</sup> “The literature review helps the researcher understand the existing body of knowledge, provides a theoretical foundation for the proposed empirical study, substantiates the presence of the research problem” (ibid.).



de reciprocidade (teóricas) em publicações de pesquisas empíricas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil.

Para a pesquisa das publicações bibliográficas foram selecionadas as palavras chaves: “Agricultura urbana” AND reciprocidade AND Brasil, lançadas nas bases de dados Google Acadêmico, Redalyc e Scielo. Entre os critérios de seleção estavam: i) produções acadêmicas: dissertação, tese, artigo em periódico e em anais de eventos; ii) período de publicação: entre 2009 e 2019; e iii) idioma: português e inglês. Entre os critérios de exclusão: publicações relacionadas à agricultura rural, ao cooperativismo e ao associativismo por serem outras abordagens da socioeconomia que extrapolam o foco da pesquisa.

Foram achadas 307 publicações no Google Acadêmico, 291 no Redalyc e 16 no Scielo. Após a leitura dos títulos e resumos foram selecionados 25 achados do Google Acadêmico, três do Redalyc e um do Scielo, que nos seus resultados apontavam práticas de agricultura urbana baseadas em interações de dar-receber-retribuir entre os indivíduos e entre esses e a natureza.

Depois da seleção das publicações, baseados em Marconi e Lakatos (2006), as informações foram lançadas numa planilha, onde foram observados: i) referência bibliográfica; ii) tipo de publicação; iii) área de conhecimento; iv) local da pesquisa; v) tema central; vi) descrição do objeto de pesquisa; vii) metodologia e instrumentos de pesquisa; viii) principais resultados e (ix) menções sobre o problema ou questão central desta pesquisa, que seguindo as recomendações de Randolph (2009) uma revisão bibliográfica deve responder uma questão central, que nesta pesquisa foi: Quais expressões de reciprocidade são identificáveis nas publicações sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil?

### **Descrição dos achados**

Das publicações revisadas: 13 artigos de revistas acadêmicas, 11 dissertações de mestrado, três artigos de anais de eventos e duas teses de doutorado. As publicações não se restringem as áreas de conhecimentos sobre as quais a reciprocidade teve seus primeiros debates. As produções concentram-se, em maior número, nas áreas de: Ciências Ambientais, nove; seguida da Geografia, com oito; da Economia, com três; e da Educação, Antropologia, Arquitetura,

Trabalho Social, Psicologia, Nutrição e Ciências Agrárias, com uma em cada área. Duas publicações não especificam a área do conhecimento pesquisa.

Das 29 publicações, 24 baseiam-se em abordagem qualitativa, quatro em abordagem mista (qualitativos e quantitativos) e uma em abordagem quantitativa. A área territorial da realização das práticas da agricultura urbana e periurbana abrangem oito capitais de estados, mais a do Distrito Federal, uma região metropolitana (São Paulo) e sete em municípios que não são capitais. São Paulo foi a capital com maior número de pesquisas, sete, seguida do Rio de Janeiro, quatro.

Nenhuma das publicações aborda a Teoria da Reciprocidade proposta por Sabourin (2011) e Temple (2003), contudo, todas fazem algum tipo de menção à(ao)s: ajuda mútua, mutirões, partilhas, geração de valores, transmissão de saberes entre gerações, ou outra expressão conforme observado em pesquisa anterior (CRUZ; DENARDIN; SULZBACH, 2021).

A análise e a interpretação dos achados seguem os critérios de classificação sintetizados no Quadro 1, os quais também auxiliam na apresentação dos resultados desta:

QUADRO 2. CLASSIFICAÇÃO DE RECIPROCIDADES IDENTIFICADAS NA LITERATURA

| <b>Expressões de reciprocidade</b>  | <b>Reciprocidade</b>         |
|---|------------------------------|
| Doação e partilha sem esperar retribuição;<br>Ajuda mútua (entre membros da família ou entre vizinhos)  | Binária Positiva             |
| Oposição da vizinhança  | Binária Negativa             |
| Transformação de espaços urbanos (recuperação de terrenos baldios e melhoria das condições socioambientais);<br>Produção de alimentos sem pesticidas para a vizinhança (melhora das condições de saúde);<br>Produção de valores afetivos (confiança, orgulho, amizade) e éticos (justiça, responsabilidade);<br>Gestão partilhada de recursos | Ternária positiva            |
| Transmissão de saberes (conhecimentos) e de patrimônio entre gerações;<br>Ajuda mútua (ações para futuras gerações)   | Ternária unilateral positiva |
| Cuidado com a natureza (promoção da agroecologia; preservação da biodiversidade);<br>Promoção de segurança e soberania alimentar.   | Ternária generalizada        |
| <b>Interfaces</b>   |                              |
| Coexistência antagônica ou complementar dos princípios econômicos reciprocidade e troca (mercantil);<br>Criação de mercados de proximidade, clubes de troca e feiras.   | Sistemas mistos              |

Fonte: O autor (2021) baseado em Sabourin (2011, 2011a, 2015).

## **Reciprocidades identificadas na literatura de agricultura urbana e periurbana do Brasil**

Partilhas, intercâmbios e dádivas: Reciprocidades binárias positivas

A reciprocidade com maior recorrência nas publicações de pesquisas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil foi a positiva binária, expressa na partilha das colheitas dos(as) agricultores(as) urbanos(as) com parentes e vizinhos, e na partilha de saberes, experiências e memórias no ato do cultivo.

Alves e Bursztyn (2009) abordam a economia solidária como capaz de fortalecer os princípios de uma economia plural, identificada por Polanyi pelos princípios da domesticidade, redistribuição, reciprocidade e troca – mercantil – e pela dádiva de Mauss. A pesquisa de cunho qualitativo trata de um estudo de caso da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), bairro da periferia de Fortaleza (Ceará), que conta com uma rede de empreendimentos sócio-produtivos apoiados pelo Banco Palmas, entre os destacados por apresentar interface com a agricultura urbana e periurbana estão os Jardins Comunitários e o Clube de Trocas Solidárias.

Nos Jardins Comunitários, que podem ser classificados como AUP, os cultivos eram destinados ao autoconsumo, mas também à produção de “mudas para disponibilizar para a população local” (ALVES; BURSZTYN, 2009, p. 596), envolvendo assim dois princípios econômicos: o da domesticidade e o da reciprocidade, respectivamente. Nesse último, o dar sem nenhuma expectativa de receber é uma expressão de reciprocidade. No clube de trocas, onde semanalmente ocorria o intercâmbio de produtos e serviços, as hortaliças produzidas no bairro eram objeto de troca sem retribuição monetária, por vezes eram trocadas por serviços, sobre os quais:

[...] cria-se um espaço de troca sustentado na incerteza, que oferece condições para a manifestação da confiança mútua. O ato de prestar um serviço ao outro não garante que será retribuído. Por outro lado, embora o outro seja livre para retribuir ou não o serviço, tende a retribuí-lo como forma de manter e fortalecer os vínculos e, desta maneira, prolongar a relação de troca (ALVES; BURSZTYN, 2009, p. 598).

Souza (2019) analisou as experiências de ensino-aprendizado na organização civil 'O Caminho', que propõe a ressocialização de egressos masculinos do sistema prisional de Fortaleza (Ceará), por meio de projetos que promovam a profissionalização dos egressos. O cultivo, que é um dos espaços para profissionalização, ocorre em um terreno de 642 m<sup>2</sup> e nele as práticas devem estar pautadas em relações de cooperação, promovidas por meio da "troca de sementes, informações, experiências, apoio nas diversas atividades e a criação da Casa de Sementes Crioulas do Caminho" (SOUZA, 2019, p. 135). Por meio deste projeto buscou-se a formação de vínculos sociais especialmente por meio da partilha material (sementes) e simbólica (experiências).

Na pesquisa de Ottmann *et al.* (2011), a prática da AU ocorre nos quintais da Favela do Parolin e dos bairros Fanny e Lindóia em Curitiba (Paraná) e revela o intercâmbio de mudas (descrito como troca) entre familiares e entre vizinhos. Um aspecto destacado pelos autores é a socialização decorrente desse intercâmbio, porque cria a oportunidade do bate papo ou do rever (cuidar) outras pessoas.

Costa (2019), nos bairros Vargem Grande e Campo Grande - Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), procurou "compreender o protagonismo das mulheres no movimento agroecológico através de suas concepções e práticas" (p. 30). Interessante destacar que, segundo a pesquisadora, as mulheres do movimento (campesinas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas) concebem a reciprocidade a partir das "relações de cuidado entre humanos e não-humanos, (onde) constrói-se um outro 'nós' que não passa por uma visão hegemônica das relações com a natureza" (COSTA, 2019, p. 181). No agir das mulheres estão as práticas da cozinha compartilhada, sendo esse um espaço de intercâmbio de saberes, bem como de ajuda para a criação e a manutenção de hortas coletivas.

Lobato *et al.* (2017) pesquisaram o uso e os conhecimentos socioambientais e culturais dos quintais do bairro Mutirão, periferia urbana de Abaetetuba (Pará), onde visitaram 189 famílias que tinham múltiplos usos para os quintais: cultivo, criação de animais, lazer etc. Entre os cultivos estavam os de plantas condimentares, frutíferas, medicinais e ornamentais. As plantas ornamentais, colocadas nos arredores das casas, eram derivadas de doações ou de escambos entre vizinhos e parentes e "cuidadas principalmente por mulheres

que as usam para decoração da casa ou as doam para fazer banhos de cheiro" (LOBATO *et al.*, 2017, p. 101).

#### Ajuda mútua e a produção de valores: Reciprocidades binárias positivas

Um elemento comum nas pesquisas sobre agricultura urbana e periurbana é a participação coletiva e voluntária no cultivo de hortas comunitárias, e a ajuda mútua entre a vizinhança ou parentes no de hortas familiares. As práticas de mutirão, descritas por Sabourin (2011a), foram evidenciadas no movimento agroecológico no Rio de Janeiro (COSTA, 2019; SILVA, 2017) e na transformação de espaços urbanos em São Paulo (SÁ, 2017; ROSTICHELLI, 2013; MACHINI, 2018; NAGIB, 2019). Inerentes à ajuda mútua, os mutirões e as prestações de serviços (sem esperar ganho imediato) são classificadas como reciprocidades binárias positivas (Sabourin, 2011), ao permitirem a geração de valores éticos ou afetivos entre os participantes.

A publicação de Leão *et al.* (2017), relacionada a hortas comunitárias no município de Curitiba (Santa Catarina), destacou a produção de valores éticos (cuidado da terra e do outro) e da solidariedade nas relações entre agricultores(as) urbanos(as). Na sua vez, Santos (2019) destacou a produção de autoestima pelos participantes da horta Pacuca em Florianópolis, também em Santa Catarina, para além dessa apoiar na pacificação de conflitos entre vizinhos e na cooperação entre eles.

Observando a experiência de duas hortas comunitárias em Brasília (Distrito Federal), Oliveira (2019) relatou sobre a produção de valores como orgulho, cuidado pelo outro e pela natureza (responsabilidade), assim como o prazer no ato do cultivo nessas. Em Curitiba (Paraná) Feniman (2014) destacou a geração de satisfação dos agricultores(as) urbanos(as) ao colher alimentos de melhor qualidade (sem pesticidas).

Na horta das Corujas em São Paulo (São Paulo), Nagib (2019) descreveu que o ato de cultivar era percebido como uma oportunidade de socialização e diversão entre os chamados Hortelões Urbanos (participantes), gerando felicidade. Também em São Paulo, analisando outras três hortas comunitárias, Sá (2017, p. 35) coletou relatos que descrevem a produção de valores na prática de AU, valendo destacar o que segue:

Na horta urbana a gente planta e colhe alface. Mas a gente colhe mais que alface. A gente colhe relacionamento humano. A gente recupera espaços urbanos. A gente consegue encontrar outro ser humano que a gente não encontraria em qualquer outro lugar. Na horta tem voluntário de toda idade.

A produção de valores éticos ou afetivos não poderia ser gerada se não fosse do relacionamento entre pessoas que dispusessem de um meio – a agricultura urbana e periurbana (AUP) – para a sua promoção.

#### Oposição da vizinhança: Reciprocidades binárias negativas

Nem todas as práticas de agricultura urbana e periurbana localizadas em terrenos comunitários ou públicos são bem aceitas. Algumas delas passaram pela oposição da vizinhança que registram descontentamento junto a prefeituras municipais para freá-las, gerando assimetrias negativas nas relações sociais. Três das publicações selecionadas descrevem essa situação. Nagib (2019) realizou uma pesquisa-ação na horta das Corujas, localizada na praça Dolores Ibaruri, no bairro da Vila Beatriz, oeste de São Paulo. Um terreno com histórico de lutas entre o poder público e agentes privados pela sua posse. A preparação para o cultivo foi uma iniciativa dos voluntários que participavam da rede Hortelões Urbanos, consolidada em 2011, mas na inauguração da horta recebeu oposição de parte da população que achava que os Hortelões estavam se apropriando do terreno.

Um processo parecido também foi relatado na publicação de Oliveira (2019), que observou a constituição de duas hortas comunitárias em Brasília (Distrito Federal). Uma das hortas foi a Girassol, na Região Administrativa XIV – São Sebastião, que teve origem em 2005 para solucionar um surto de *hantavirose* (doença causada pela transmissão de um vírus presente em ratos). Apesar de fomentar o convívio social e trazer benefícios para a saúde pública, o cultivo foi dificultado pelo conflito de interesse, dado que a posse do terreno era da companhia imobiliária de Brasília Terracap e seria destinado à expansão imobiliária, o que era desejado por membros da vizinhança.

A oposição às hortas urbanas não é a única expressão de reciprocidade negativa observada nas publicações, o roubo nas hortas é outra, como apresentado por Leão *et al.* (2017). Apesar da participação e envolvimento da população na horta

comunitária do bairro São Luiz em Curitiba (Santa Catarina), criada em 2013, a mesma teve que ser trasladada para um terreno disponibilizado pela entidade religiosa Cáritas devido à insegurança pelos constantes roubos.

#### Melhoria nas condições socioambientais: Reciprocidade ternária positiva

A reciprocidade ternária propõe a figura do terceiro incluído, presente em relações humanas ao cumprir a tripla obrigação de dar-receber-retribuir (SABOURIN, 2011). As reciprocidades ternárias na agricultura urbana e periurbana no Brasil se manifestam na transformação dos espaços urbanos por meio dos cultivos, promovendo: a recuperação de terrenos baldios; a produção de alimentos sem pesticidas; a melhora de condições de saúde pública; a melhora das condições socioambientais, entre outros.

Sá (2017), acompanhando três hortas comunitárias localizadas em terrenos antes tidos como improdutivos e/ou ociosos em São Paulo, evidenciou que os participantes privilegiavam a produção de alimentos sem pesticidas, e a revitalização e a qualificação da zona urbana.

No bairro Campeche em Florianópolis (Santa Catarina), Lahm (2018) analisou como a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca (Parque Cultural do Campeche) que integra a natureza no ambiente urbano. Em 2015, a comunidade utilizou um terreno para instalar o cultivo, socializar e compartilhar alimentos produzidos sem pesticidas. Interessante destacar que as colheitas eram distribuídas entre os voluntários e “doadas para escolas, instituições e comunidades carentes” (LAHM, 2018, p. 132).

Ferreira e Nóbrega (2019) com o objetivo de incentivar "o consumo de alimentos naturais pela comunidade escolar, além da troca de conhecimentos e influência nas escolhas alimentares" (p. 143), por meio da pesquisa-ação, construíram uma horta com a participação de 30 alunos da Escola Estadual Vandy de Castro, localizada na periferia de Goiânia (Goiás). Por meio dela também resgataram práticas agrícolas tradicionais e a produção da agricultura orgânica, as quais acabam por produzir reciprocidade ternária, que segundo Sabourin (2011) está ligada a responsabilidade social.

Outro achado no mesmo sentido foi apresentado por Conceição e Noda (2011) que focaram a pesquisa em 10 hortas do bairro Cidade Nova de Manaus

(Amazonas). Entre os resultados indicam que apesar dos benefícios socioambientais, da fonte de renda para alguns agricultores urbanos e da garantia de alimentos, alguns deles não ensinavam seus filhos a cultivar, dado que não queriam que eles continuassem com a prática. As razões têm a ver com os efeitos negativos na saúde, pela manipulação de agroquímicos e pelos esforços físicos, assim como pela incerteza da propriedade da terra.

#### Gestão partilhada de recursos: Reciprocidade ternária positiva

Uma característica do desenvolvimento da AUP encontrado na literatura é a gestão de recursos comuns, que para Sabourin (2011a, p. 38) envolve “relações de compartilhamento [que] contribuem para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito”, inclusive em comunidades com condições de renda precária, pois permite “conservar e reproduzir esses bens comuns” (ibid., p. 38).

Entre as publicações que identificou-se esta classificação de reciprocidade destaca-se a de Valent; de Oliveira e Valent (2017) relativa à associação de vizinhos da Horta Comunitária União dos Operários (Hocouno), em Canoas (Rio Grande do Sul). Dela participam 34 famílias que cultivavam num terreno de 100 mil m<sup>2</sup> para garantir a provisão de alimentos orgânicos e combater a pobreza. O terreno foi dividido em canteiros alocados para cada uma das famílias, as quais eram responsáveis pelo cuidado da terra. Para a produção compartilhavam as ferramentas de trabalho, guiados por princípios de cooperação e de solidariedade.

Na horta das Corujas em São Paulo, o terreno também foi dividido em canteiros, segundo Machini (2018), mas nessa eles não foram destinados a uma pessoa ou família em específico. Todos os voluntários que participavam da horta se encarregavam do cuidado e cultivo dos canteiros.

A doação de resíduos orgânicos por parte da vizinhança, de maneira voluntária, que contribui na produção de adubo para as hortas urbanas por meio da compostagem, foi outra expressão de gestão partilhada de recursos relatada nas publicações. Nesse ato de mobilização da comunidade com a intenção de contribuir para com as hortas gera um movimento recíproco de benefícios socioambientais para toda a população dos bairros onde as hortas estão localizadas. Entre as publicações que descreveram essa reciprocidade estão a de Rover *et al.* (2015),



que estudou por anos o Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), no bairro Monte Cristo em Florianópolis (Santa Catarina). Na mesma cidade, mas no bairro Campeche, Lahm (2018) e Santos (2019) descreveram o aproveitamento de orgânicos da vizinhança na compostagem da horta Pacuca.

Lima *et al.* (2016) focaram sua publicação no projeto Mutirão de Agroecologia (Muda), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). O Projeto contava com a coleta de resíduos pelos moradores e também pelos restaurantes que ficavam ao lado da faculdade, auxiliando assim na produção de composto.

#### Resgate e transmissão de patrimônio: Reciprocidade unilateral positiva

A transmissão do patrimônio pode ser entendida como uma expressão de reciprocidade ternária unilateral por ocorrer numa estrutura entre gerações, onde são transferidos recursos materiais (terras, casas, animais) e/ou simbólicos (rituais, saberes) (SABOURIN, 2015).

Nas pesquisas realizadas em hortas da capital São Paulo por Ferreira (2019) e Nagib (2019) foi destacado o resgate e a promoção de plantas alimentares não convencionais (PANC), que são pouco conhecidas, mas são alternativas para a alimentação e, na sua vez, promovem biodiversidade. Souza (2019, p. 138), que descreve o Projeto com os egressos do sistema penitenciário em Fortaleza (Ceará), argumenta que nesse se objetiva resgatar e multiplicar sementes crioulas na horta O Caminho, “espelhando-se nas práticas das comunidades e povos indígenas de guardiões das sementes”.

A pesquisa de Nolasco (2009), em quintais produtivos de Juiz de Fora (Minas Gerais), demonstra que a transmissão de saberes entre pais e filhos levou a promover a prática agrícola. Após migrarem para a zona urbana, os pais resgataram plantas medicinais para fazer chás curativos e doaram para parentes e vizinhança. Na horta Pacuca, em Florianópolis (Santa Catarina), Lahm (2018) também encontrou o cultivo de plantas medicinais que os(as) agricultores(as) urbanos(as) cultivavam para evitar tomar remédios para algumas doenças.

Transmissão de saberes entre gerações, que nem sempre ocorre, a exemplo de Nolasco (2009), que identificou que a pressão da urbanização no município de Juiz de Fora (Minas Gerais) afetou esse processo. A pesquisadora

visitou 77 hortas escolares, institucionais, áreas de produção comercial e quintais produtivos familiares e observou que nesses últimos os(as) agricultores(as) urbanos(as) tinham aprendido a cultivar com seus pais e avós no meio rural. Ao migrar ao espaço urbano trouxeram esses saberes, mas Nolasco (2009, p. 128) destacou que "a tradição destes agricultores dificilmente será passada adiante, pois seus filhos e netos moram geralmente em imóveis sem quintal, ou não costumam ter tempo para cultivar, quando dispõem de alguma área".

#### Benefícios generalizados: Reciprocidades ternárias

A reciprocidade ternária é generalizada quando a dádiva circula entre vários sujeitos, produzindo diferentes sentimentos e consciência no nível geral (SABOURIN, 2011). Essa reciprocidade pode ser observada na agricultura urbana e periurbana por meio de benefícios adicionados ao meio ambiente e à sociedade, chamados na literatura de benefícios socioambientais, tal como observado em hortas urbanas de Curitiba (FENIMAN, 2014) e em hortas urbanas da região da bacia do Alto Tietê-Cabeceiras, região metropolitana de São Paulo, onde ajudaram a criar um cinturão verde para preservar áreas de mata, conservando mananciais que fornecem água para a cidade (CARVALHO, 2015).

Outra expressão de reciprocidade ternária generalizada observada na literatura brasileira pela AUP foi a geração de consciência que reavalia a relação sociedade-natureza, entendendo a reciprocidade como um princípio orientado pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) com o cuidado com a natureza, que por sua vez fornece alimentos para eles (SOUZA, 2019; COSTA, 2019; FERREIRA, 2019; LOBATO *et al.*, 2017).

Santos (2019), como Lahm (2018), abordou a prática de AU no bairro Campeche de Florianópolis (SC), mas com o interesse de conhecer perspectivas, desafios e limitações da prática na horta Pacuca. Indicou que a horta "destina-se à produção de alimentos orgânicos (hortaliças, legumes e frutas), com a finalidade de promover práticas de consumo adequado e saudável para a comunidade local e para o meio ambiente urbano" (p. 100). A ênfase da prática é colocada no cuidado do outro, por meio da provisão de alimentos livres de pesticidas.

## Interfaces: coexistência de princípios econômicos

Sabourin (2011, 2011a) descreve sistemas mistos como aqueles em que os princípios econômicos de reciprocidade e de troca (mercantil) coexistem, seja de maneira complementar ou antagônica. Algumas publicações levantadas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil descrevem essa coexistência. Silva e Baptista (2016), por meio da observação participante, descreveram as relações em redes e em mercados de proximidade decorrentes da produção do quilombo Maciço da Pedra Branca, no Rio de Janeiro. As feiras agroecológicas também aparecem como espaços de interação e conversação, onde os agricultores urbanos expressavam sua cultura oral e realizavam intercâmbios simbólicos e materiais em Silva e Baptista (2016, p. 75), que pontuam:

O agricultor-feirante oferece a dádiva do produto local, qualificado, sem agrotóxicos, com certificação orgânica, tendente a ser qualificado como carbono zero por ser produzido muito próximo ao mercado consumidor [...] Há um contexto de escolha do alimento orgânico e uma valorização da agricultura urbana. Há, portanto um imperativo ético no estabelecimento destes mercados locais.

Floriani e Gracina (2015) realizaram uma etnopesquisa participativa com doze moradores representantes das primeiras famílias que migraram ao setor periurbano do Parque Shangrilá, localizado no noroeste de Ponta Grossa (Paraná), na qual evidenciaram a reprodução de práticas socioespaciais do modo de vida rural – por meio de geossímbolos – no ambiente urbano. Entre os achados destacaram que a reciprocidade se expressava “em termos de trocas de produtos (alimentícios e medicinais) e de serviços (troca de dias) por eles [os agricultores] foi definida como uma prática passada, raramente reproduzida em termos atuais” (FLORIANI; GRACINA, 2015, p. 114). O princípio da troca (mercantil) se mostrou dominante sobre a reciprocidade, dado que “o que antigamente era trocado ou mesmo doado, hoje é comercializado, alterando o sistema de valores tradicionais (substantivo) pelo econômico” (ibid., p. 115).

Na cidade de São Paulo, Sellin (2019) analisou os fatores que interferiam no crescimento (quantidade da produção) da agricultura urbana e periurbana (AUP) em três experiências de cultivo: Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da região sul de São Paulo (Cooperapas); Movimento Urbano de

Agroecologia de São Paulo (MUDA) e ONG Cidades Sem Fome. Nas experiências identificou 11 fatores, entre esses o empreendedorismo social e o desenvolvimento de relações não capitalistas, que apresentam a coexistência complementar entre a troca (mercantil) e a reciprocidade.

Também em São Paulo, Rostichelli (2013) analisou os sujeitos envolvidos, as motivações e a finalidade da agricultura urbana (AU) na Região do Grande ABC e em São Mateus (leste de São Paulo). A pesquisadora problematizou a sociedade urbana, que segundo ela "se produz e se reproduz a partir das relações monetárias, que tem a finalidade de reproduzir o capital e romper com as relações mais próximas, de solidariedade, de vizinhança e de comunidade que se colocam na cidade" (p. 27). No trabalho de campo, que abordou 27 participantes de iniciativas autônomas, apresenta a coexistência complementar dos princípios econômicos da autossuficiência (autarquia) e da troca mercantil no momento da colheita:

Mesmo seu motivo de produção sendo majoritariamente a comercialização, o autoconsumo daquilo que se planta também é importantíssimo, pois acarreta numa economia da renda para outros gastos, tais como a compra dos alimentos que estes agricultores não produzem, tal como o acesso a alimentos saudáveis, sem ter que pagar um alto preço (ROSTICHELLI, 2013, p. 28).

Um achado parecido, onde foi observada a coexistência complementar de princípios econômicos, foi de Oliveira (2019), em duas hortas comunitárias em Brasília (DF), aonde os(as) agricultores(as) urbanos(as) vendiam parte da produção para reinvestir o ingresso monetário nas hortas comunitárias.

## **Considerações Finais**

A revisão de literatura sobre o princípio de reciprocidade na agricultura urbana e periurbana no Brasil, que contou com publicações do período de 2009 a 2019, permitiu evidenciar existências de reciprocidades, mesmo que as abordagens não tivessem acionado a Teoria de Reciprocidade de Sabourin (2011) e de Temple (2003).

O termo reciprocidade faz referência à relação com o cuidado entre humanos e entre esses com a natureza. Na literatura colher alimentos sem pesticidas (COSTA, 2019), práticas de doação (LAHM, 2018), ajuda mútua (SÁ,

2017), mutirão (OLIVEIRA, 2019), partilhas (ROSTICHELLI, 2013), geração de valores (LEÃO *et al.*, 2017) e transmissão de saberes entre gerações (FERREIRA; NÓBREGA, 2019) são expressões que evidenciam a reciprocidade atrelada à agricultura urbana e periurbana.

A reciprocidade é um princípio econômico que se complementa com o princípio da troca em feiras, mercados de proximidade ou venda de parte da colheita (SELLIN, 2019; SILVA; BAPTISTA, 2016; ROSTICHELLI, 2013), ou se coloca antagônico, quando a troca se sobrepõe a reciprocidade (FLORIANI; GRACINA, 2015).

No Brasil, três princípios econômicos parecem conduzir as práticas de AUP: as colheitas destinam-se, na maior parte, para autoconsumo, para doar para parentes e vizinhos, e quando há excedente, para venda (LEÃO *et al.*, 2017). Enquanto organização social da produção, a prática da AUP no Brasil é resultante, principalmente, de relações de ajuda mútua, nas hortas familiares e educativas, e de trabalho voluntário e mutirões, nas hortas de caráter comunitário (COSTA, 2019; OLIVEIRA, 2019). E enquanto organização técnica da produção, a AUP incentiva a gestão partilhada de recursos, fazendo uso de resíduos orgânicos produzidos nos bairros onde as hortas se localizam, gerando benefícios socioambientais (LIMA *et al.*, 2016; ROVER *et al.*, 2015).

Por estar pautada, principalmente, na manutenção dos vínculos sociais e não na lógica da troca mercantil, a prática da agricultura urbana e periurbana permite a produção de valores afetivos (orgulho, confiança felicidade, prazer) e éticos (justiça, responsabilidade), assim como o surgimento de uma consciência avaliativa da relação produtivista e de exploração humano-natureza (SOUZA, 2019; LOBATO *et al.*, 2017). Essa consciência permite pensar os sistemas sociais e econômicos além da troca mercantil (MACHINI, 2018; LAHM, 2018, ROSTICHELLI, 2013; FENIMAN, 2014) e da relação meios fins, debatida desde a economia substantiva por Polanyi (2016).

Para finalizar, é possível afirmar, que em tempos de pandemia foi possível realizar uma pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica com outros que não sintetizar a literatura para entender o campo ou para entender o corpo existente do conhecimento. A revisão da literatura nos forneceu indicação de fenômenos concretos, os quais foram interpretados a luz de uma teoria.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria; BURSZTYN, Marcel. Raízes e Prática de Economia Solidária: Articulando Economia Plural e Dádiva numa Experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**, vol. 40, n. 3, p. 587-603, Jul./Set. 2009. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/371/318>. Acesso em: 04 Jan. 2021.

AZEVEDO, Elaine. A ciência e os riscos ambientais vinculados ao sistema agroalimentar moderno. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 1, p. 18-40, 2013.

BRASIL. **Portaria nº 467**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 29, 9 fev. 2018. Seção 1, p. 64.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição extra de 18 jun. 2019, p. 4.

CARVALHO, Yara. Desafios da Agricultura em Áreas Fortemente Urbanizadas: a Região do Alto Tietê-Cabeceiras. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 61-82, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2015/tec4-1215.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CONCEIÇÃO, Susianne; NODA, Sandra. Espaço e cidade: A relação entre agricultura e urbanização em Manaus/AM. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 279:304, 2011.

COSTA, Maria. **Mulheres e agroecologia no Rio de Janeiro**: construindo uma política feminista a partir das margens. 2019. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28989>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

CURITIBA. **Lei nº 15.300 de 28 de setembro de 2018**. Autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana. Legislação municipal de Curitiba, 28 set. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2018/1530/15300/lei-ordinaria-n-15300-2018->. Acesso em: 7 fev. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.314 de 29 de agosto de 2018**. Regulamenta a Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 166, 30 ago. 2018. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012**. Dispões sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 40, 24 fev. 2012. Seção 1, p. 1.

FENIMAN, Eduardo. **Hortas Curitibanas**: As Representações Simbólicas do Cultivo de Alimentos na Cidade. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e

Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37338/R%20-%20D%20-%20EDUARDO%20HENRIQUE%20FENIMAN.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

FERREIRA, Lara; NÓBREGA, Stéfanny. Agricultura Urbana e Soberania Alimentar: Uma Reflexão Sobre a Importância das Práticas Socioambientais na Grande Goiânia (GO). **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 129-150, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://das.revistas.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/11951>. Acesso em: 24 jan. 2021.

FERREIRA, Vítor. **Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá**. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01102019-143211/pt-br.php>. Acesso em: 07 jan. 2021.

FLORIANI, Nicolas; GRACINA, Gilliane. Geossímbolos, representações e práticas socioespaciais do modo de vida rural no contexto urbano da cidade de Ponta Grossa – Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 10, n. 1, p.101-118, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/40337/26767>. Acesso em: 30 Jan. 2021.

LAHM, Júlia Teixeira. **Hortas urbanas: a relação entre natureza e cidade - o caso da Horta do Pacuca - Florianópolis/SC**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211189/PARQ0340-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

LEÃO, Amanda *et al.* Cultivando Saberes: Hortas familiares, segurança alimentar e práticas educativas no planalto Serrano Catarinense. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 60-76, jan-jun. 2017. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4815>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIMA, Tomé de Almeida *et al.* Centro de Tecnologias Sociais: Projeto de Extensão MUDA - Mutirão de Agroecologia UFRJ. In: Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. 13., 2016, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2016.

LOBATO, Gerciene *et al.* Diversidade de uso e aspectos socioambientais de quintais urbanos em Abaetetuba, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 2, p. 95-105, 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16221>. Acesso em: 27 jan. 2021.



MACHINI, Mariana. **Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo.** 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12092018-135858/en.php>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018. E-book, n.p. Acesso em: 22 mar. 2021.

MAUSS, Marcel [1950]. **Ensaio sobre a dádiva.** Lisboa: Edições 70, 2001.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 567 p.

MENDOÇA, Francisco; DEL VECCHIO, Myrian. A Cidade sob o Enfoque Socioambiental: Curitiba e Região Metropolitana como locus de uma abordagem interdisciplinar da urbanização em vista da relação sociedade-natureza. In: MENDOÇA, Francisco; DEL VECCHIO, Myrian (Org.). **A cidade e os problemas socioambientais urbanos: uma perspectiva interdisciplinar.** Curitiba, Editora UFPR, 2019.

MOUGEOT, Luc. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges.** Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

NAGIB, Gustavo. Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p.715-740, set./dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4602>. Acesso em: 26 Jan. 2021.

NOLASCO, Camille. **A Dimensão Ecológica da Agricultura Urbana no Município de Juiz de Fora/MG.** 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4685/1/camillelanzarottinolasco.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2021.

OLIVEIRA, Guilherme. **Cultivando lugares: uma análise sócio-material da co-constituição de hortas comunitárias no Distrito Federal.** 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36094>. Acesso em: 08 Jan. 2021.

OTTMANN, Michelle et al. Quintais urbanos: agricultura urbana na Favela do Parolin, no bairro Fanny e no bairro Lindóia, Curitiba, Paraná. **Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais**, Curitiba, v. 9, n. 1, p.101-109, jan./mar. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/cienciaanimal/article/view/11114/10499>.

Acesso em: 29 Jan. 2021.

PARÉ, Guy *et al.* Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. **Information & Management**. Vol. 52, p. 183-199, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.im.2014.08.008>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PLOEG, Jan Douwe. Prefácio. In: SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2016. Ebook. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-grande-transformacao-karl-polanyi-em-pdf-epub-e-mobi/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. [1957]. El sistema económico como proceso institucionalizado. In: Velasco, Honorio (org.). **Lecturas de Antropología Social y Cultural**. La Cultura y las Culturas. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2010. p. 275-306.

RANDOLPH, Justus. A Guide to Writing the Dissertation Literature Review. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, vol. 14, n. 13, p. 1-13, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7275/b0az-8t74>. Acesso em: 19 jul. 2019.

RIBEIRO, Silvana *et al.* Agricultura Urbana Agroecológica como Estratégia de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** (Print), v. 25, p. 381-388, 2012.

ROSTICHELLI, Michele. **Entre a Terra e o Asfalto: A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana**. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/pt-br.php>. Acesso em: 11 Jan. 2021.

ROVER, Oscar *et al.* Projeto Revolução dos Baldinhos, uma experiência associativa na gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana. In: X Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS AUGM, 2015, Mendoza. **Anais...** Mendoza: Marcos Mattar Ediciones, 2015. v. 1. p. 322-332.

SÁ ALBERTO, Regiane de. **Educação ambiental e transformação de espaços urbanos: novas formas de habitar, múltiplas formas de aprender**. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10109/ALBERTO\\_Regiane\\_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10109/ALBERTO_Regiane_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 09 Jan. 2021.

SABOURIN, Eric. 2015. Produzir para viver: uma análise pela reciprocidade. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia: Diversidade e soberania na construção do bem viver, 9., 2015, Belém. **Anais...** Belém: ABA, 2015. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. **Sociedades e organizações camponesas:** uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

\_\_\_\_\_. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 27, n. 13, p.24-51, mai./ago. 2011a.

SANTOS, Paula. **Agricultura urbana no bairro do Campeche, Florianópolis/SC.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204429/PGCN0710-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 Jan. 2021.

SÃO PAULO (SP). **Lei 16.212 de 10 de junho de 2016.** Dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo. Legislação municipal, São Paulo (SP), 10 jun. 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16212-de-10-de-junho-de-2015/consolidado>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SELLIN, Victor Bueno. **Uma análise dos fatores que interferem no crescimento da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo.** 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100136/tde-09082019-160510/en.php>. Acesso em: 19 Jan. 2021.

SILVA, Rafaela; BAPTISTA, Sílvia. A comida em comunidades quilombolas: reflexões sobre saberes e mercados solidários. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.18, n. 01, p. 68-77, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/7396/5284>. Acesso em: 22 Jan. 2021.

SILVA, Uschi. **Rede Carioca de Agricultura Urbana: Desafios e Possibilidades na Construção da Agroecologia na Cidade.** 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30937>. Acesso em: 13 Jan. 2021.

SMIT, Jac; RATTI, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities.** New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996. (Publication Series for Habitat II).

SOUZA, Lise. **Caminho de Formação para a Vida: Ensinando e Aprendendo com os Egressos do Sistema Penitenciário.** 2019. 161 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: [http://www.uece.br/ppgwp/wp-content/uploads/sites/29/2016/03/Tese\\_LISE-MARY-SOARES-SOUZA.pdf](http://www.uece.br/ppgwp/wp-content/uploads/sites/29/2016/03/Tese_LISE-MARY-SOARES-SOUZA.pdf). Acesso em: 06 Jan. 2021.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos.** Tomo I. La Paz: Padep, 2003.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VALENT, Joice; DE OLIVEIRA, Letícia; VALENT, Vinicius. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 7, n. 2, p. 4-19, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v7i2.1427>. Acesso em: 31 jan. 2021.

## 6. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A prática agrícola nas cidades e nas suas periferias esteve presente desde tempos ancestrais (SMIT, RATTA; NASR, 1996). Na cidade moderna, a agricultura urbana e periurbana (AUP) está vinculada, principalmente, ao combate da pobreza, em face de desigualdades socioeconômicas provocadas pelo modo de produção capitalista (MORÁN, 2010). Nas últimas décadas o interesse em pesquisar a AUP relacionou-se à sua multifuncionalidade (como resposta a diferentes problemas urbanos), com as referidas limitações da AUP (FERREIRA, 2019), e ao seu caráter socioambiental, em face aos riscos ambientais e alimentares gerados pelo modo de produção capitalista (AZEVEDO, 2013).

Na literatura a AUP é uma prática que busca combater a crise socioambiental e as desigualdades socioeconômicas promovidas pela modernidade incompleta, sob o modelo de cidade capitalista (FERREIRA, 2019), e que se reproduz por meio de relações baseadas na troca mercantil, na individualização e na concorrência que, na sua vez, tentam quebrar relações solidárias, cooperativas, de proximidade e de vizinhança (ROSTICHELLI, 2013), ou seja, relações baseadas na reciprocidade (SABOURIN, 2011).

A reciprocidade é um dos princípios econômicos identificados por Polanyi (2016), ao rever as origens históricas da economia de mercado baseada no princípio da troca (mercantil). Ao lado desses, o autor também identificou os princípios da redistribuição e o da administração doméstica (autarquia). Reciprocidade, redistribuição e autarquia demonstram que a economia humana existe envolta em relações sociais: “O homem não age tanto de maneira a salvaguardar o seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir a sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social” (POLANYI, 2016, p. 111).

Nos sistemas de economia humana, rejeitava-se o lucro pela base social, dado que a economia estava incrustada na sociedade, perspectiva nominada por Polanyi (2010 [1957]) de economia substantiva. Contrário a esse entendimento está o significado “formal” da economia, baseado no “carácter lógico de la relación medios-fines” (POLANYI, 2010 [1957], p. 275), onde tornou-se hegemônico o princípio da troca (mercantil), no qual substituiu-se a honra, o prestígio e o sagrado pela utilidade (ibid.). A hegemonia da troca mercantil está presente na cidade

capitalista (ROSTICHELLI, 2013), que tem sido configurada por constantes fluxos migratórios de populações do meio rural, que passam a vivenciar um modelo de exclusão social e pobreza (FENIMAN, 2014).

Com base no novo urbano, essa pesquisa objetivou identificar o papel da agricultura urbana e periurbana na promoção de reterritorialização (de migrantes rurais), e de relações de reciprocidade, por meio do estudo de caso de hortas familiares e comunitárias na região sudoeste de Bogotá (Colômbia). Para tal mobilizou-se a abordagem da teoria da reciprocidade proposta por Sabourin (2011), que pesquisou, sob o olhar da reciprocidade, a agricultura rural desenvolvida em sociedades e organizações camponesas na África, Europa, América Latina e Oceania.

O desafio dessa pesquisa foi pôr em diálogo a abordagem teórica-analítica de Sabourin (2011) da agricultura rural à agricultura urbana e periurbana, para tal, fez-se um percorrido de três momentos.

O primeiro partiu da inquietação de evidenciar o processo de reterritorialização, a partir da agricultura urbana e periurbana (AUP), vivenciado por vítimas do conflito armado e por camponeses que viveram a mobilidade espacial rural-urbana em Bogotá. A revisão de literatura permitiu identificar que, para o período de 2009 a 2019, a AUP desenvolvida por migrantes rurais localizava-se, principalmente, em bairros de periferia urbana, e era realizada por populações de baixa e média renda.

A revisão de literatura da AUP de Bogotá deparou-se com pesquisas a partir de três temas: seu valor social e simbólico; seu papel na sustentabilidade e no direito à cidade; e a soberania e segurança alimentar. Além disso, as publicações destacaram o rol da AUP na formação e promoção de vínculos sociais, frágeis na cidade capitalista e também documentam os processos de desterritorialização (do meio rural) e reterritorialização (no ambiente urbano) (SAQUET, 2009), não como processos lineares, mas como de múltiplas territorializações (HAESBAERT, 2008), onde as pessoas mobilizam lembranças (GÓMEZ-LEE; BURQ, 2018) e saberes (VARGAS; RUIZ, 2015).

As pesquisas descrevem algumas práticas de reciprocidade a partir da AUP, tais como ajuda mútua, referenciadas como mingas (FRACASSO *et al.*, 2018; PINILLA *et al.*, 2018), o resgate e a circulação de sementes crioulas (JIMÉNEZ,

2016) e as partilhas das colheitas e de outros insumos para o cultivo nas hortas (CAÑÓN; AMAYA, 2016; VARGAS, 2016; CANTOR, 2009).

No segundo momento desenvolveu-se a pesquisa empírica, estudo de caso na região sudoeste de Bogotá, conformada pelos distritos Ciudad Bolívar, Bosa e Tunjuelito, por meio da metodologia de história oral, na qual participaram 20 agricultores(as) urbanos(as), que tem recebido nos últimos anos apoio do *Jardín Botánico de Bogotá*. O estudo de caso objetivou analisar as expressões de reciprocidade descritas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) que cultivam em hortas familiares e comunitárias na região sudoeste de Bogotá.

Como resultado, as hortas urbanas se mostram como espaços territoriais que facilitam encontros humanos e neles se estabelecem relações sociais baseadas na reciprocidade, sob diferentes formas: positiva binária, isto é, pela partilha de mudas, sementes, insumos para plantio, lembranças e saberes sobre técnicas de cultivo, entre agricultores(as) urbanos(as) e desses com suas famílias e vizinhança. No ato de cultivar, dádivas circularam na tripla obrigação moral dar-receber-retribuir estenderam a relação simétrica para a estrutura ternária da reciprocidade, gerando benefícios socioambientais para os bairros onde as hortas localizam-se, impedindo roubos, recuperando espaços urbanos abandonados e produzindo valores afetivos (confiança e amizade) e éticos (justiça e responsabilidade).

Observou-se que as práticas de reciprocidade como da ajuda mútua e da colaboração voluntária entre agricultores(as) urbanos(as) e entre a vizinhança é afetiva, especialmente pela doação de resíduos orgânicos aos hortelões das hortas comunitárias para a compostagem e produção de adubo. Além disso, o cultivo de alimentos sem químicos facilitou a transmissão de saberes entre agricultores(as) urbanos(as), com seus parentes e com vizinhos(as).

A coexistência da reciprocidade com outros princípios econômicos, como a administração doméstica e a troca (mercantil) também foi observada. No caso da troca, a venda de excedentes se dá com a finalidade de obter recursos financeiros para reinvestir no cultivo; o objetivo não é a renda por si.

Após a realização do estudo empírico, num terceiro momento, procurou-se identificar expressões de reciprocidade em publicações de pesquisas empíricas sobre agricultura urbana e periurbana no Brasil, por meio de revisão de literatura que reuniu publicações do período 2009 a 2019. Encontrou-se que as publicações não mobilizam a Teoria da Reciprocidade proposta por Sabourin (2011) e Temple

(2003), porém utilizavam o termo reciprocidade para se referir à relação de cuidado humano-natureza e retribuir à natureza permite coletar alimentos (COSTA, 2019). Também, foram descritas práticas de doação (LAHM, 2018), ajuda mútua (SÁ, 2017), mutirão (OLIVEIRA, 2019), partilhas (ROSTICHELLI, 2013), geração de valores (LEÃO *et al.*, 2017), transmissão de saberes entre gerações (FERREIRA; NÓBREGA, 2019) que evidenciam a presença da reciprocidade, como princípio econômico, atrelada a agricultura urbana e periurbana.

Assim como no estudo empírico realizado no sudoeste de Bogotá, nas publicações do Brasil identifica-se a coexistência de princípios econômicos de reciprocidade, administração doméstica (autarquia) e troca mercantil. Além disso, com a prática da AUP gera-se consciência que avalia a relação produtivista e de exploração humano-natureza (SOUZA, 2019; LOBATO, 2017) e que permitem repensar os sistemas sociais e econômicos para além da troca mercantil (MACHINI, 2018; LAHM, 2018; FENIMAN, 2014).

Algumas das diferenças observadas entre a AUP desenvolvida no Brasil e em Bogotá (Colômbia) estão relacionadas à população que desenvolve a prática agrícola. Apesar delas terem um vínculo com o meio rural, em Bogotá relacionou-se com população deslocada por conta do conflito armado na Colômbia, desde metade do século XX. Outra diferença observada foi o apoio dos governos das cidades para a prática da AUP. Em Bogotá esse é dado pelo *Jardín Botánico de Bogotá* que apoia os(as) agricultores(as) urbanos(as) com insumos para plantio e capacitações, enquanto em cidades como São Paulo e Brasília, por exemplo, o apoio vem com a regulação de uso de espaços públicos para a prática da AUP. A reciprocidade foi referenciada nas publicações de AUP no Brasil como a relação do cuidado entre humano-natureza, enquanto no estudo de caso em Bogotá esteve relacionado ao ato de retribuir para a cidade o que a cidade tem dado para os(as) agricultores(as) urbanos(as).

Ao finalizar o percurso dos três momentos mencionados, conseguiu-se evidenciar o vínculo entre a prática da agricultura urbana e periurbana (AUP) e o princípio da reciprocidade. Observou-se que, apesar da troca mercantil ser o princípio hegemônico nas sociedades modernas (TEMPLE, 2003), nas hortas urbanas sobrepõem-se as relações humanas e o cuidado com a natureza sobre a concorrência, sobre o ganho de lucro e sobre os interesses individuais. Isso, na sua



vez, permite a geração de valores, que como destacado por Sabourin (2011), não são dados a priori, mas sim produzidos nas relações humanas.

No decorrer da pesquisa identificou-se algumas limitações da agricultura urbana e periurbana e não foi nosso interesse colocar essa como uma prática que consegue subverter a economia de mercado, dominante na sociedade moderna. Nos interessou, sim, reconhecer a coexistência da reciprocidade com o princípio da troca mercantil. Lembrando que Sabourin (2011) reconhece essa coexistência que o leva a debater sobre a “natureza das organizações, da delegação do poder, dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, de forma geral, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social” (p. 59).

Sabourin (2011a) aponta que a ideia de desenvolvimento foi reduzida ao princípio da troca de bens e a acumulação destes para satisfazer interesses privados, portanto, repensar o desenvolvimento a partir da reciprocidade leva a rever propostas que priorizam as relações e valores humanos sobre os ganhos individuais, como foi apresentado na pesquisa, por meio das interações facilitadas na prática da agricultura urbana e periurbana.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática agrícola nas cidades contemporâneas envolve diversas motivações, entre elas a produção de alimentos sem pesticidas, a promoção de espaços de socialização e a intenção de contribuir para o ambiente urbano, fomentando espaços 'verdes' em terrenos urbanos. Baseados na literatura revista nessa pesquisa, a agricultura urbana e periurbana foi conceituada como a prática agrícola que se desenvolve no ambiente urbano, usando e retribuindo os recursos locais do território, promove a manutenção de vínculos sociais e vai além da relação utilitária humano-natureza.

Embora tenha sido a economia de mercado, que se fundamenta no ganho individual e na concorrência, que nos inquietou em compreender se era ela que mobilizava os cultivos de agricultores(as) urbanos(as), essa motivação se mostrou fraca ou quase inexistente no modo de organização da produção da agricultura urbana e periurbana, dado que a pesquisa aponta essa estar guiada no princípio da reciprocidade. Sob esse princípio, o ato de cultivar em hortas e jardins urbanos propiciou a formação e a manutenção de vínculos sociais entre membros de famílias e de vizinhança, fomentados por meio da partilha de saberes (conhecimentos), lembranças, experiências, da doação de sementes orgânicas, adubos (composto) e outros insumos para o plantio. Essas relações são identificadas na literatura como reciprocidades binárias positivas.

Quando essas expressões ultrapassam duas partes (dois agricultores ou dois grupos de agricultores), beneficiando às comunidades onde as hortas localizam-se, as reciprocidades são identificadas como ternárias positiva. Essas reciprocidades se expressam para além das comunidades, especialmente quando recuperam terrenos urbanos baldios (reciprocidade generalizada) ou quando promovem a transmissão de saberes entre gerações (reciprocidade ternária unilateral).

Essas expressões de reciprocidade são uma contribuição para os estudos sobre agricultura urbana e periurbana (AUP), como observado tanto pela pesquisa em Bogotá, mas também, por revisões de literatura no Brasil. Os agricultores(as) urbanos(as), por meio da AUP, reproduzem práticas camponesas no ambiente urbano, que estão baseadas na manutenção de vínculos sociais, no resgate de tradições e memórias, bem como no respeito pela natureza, e vão além da produção

de excedentes para a venda. Sob o olhar da reciprocidade na AUP amplia-se o foco da prática, quer dizer, não só se caracteriza por usar recursos do ecossistema urbano e retribuí-los para esse, se não que deve permitir a sociabilidade, por meio das partilhas materiais e simbólicas no ato de cultivar.

A reciprocidade na AUP não é um princípio isolado. O estudo de caso das hortas urbanas comunitárias e familiares do sudoeste de Bogotá permitiu inferir que a produção de alimentos foi motivada pelo autoconsumo dos(as) agricultores(as) urbanos(as) e de suas famílias (princípio de administração doméstica); mas logo iniciam-se as doações e intercâmbio (princípio de reciprocidade); e, quando houve excedentes, em algumas das hortas esses eram vendidos, mas não para obtenção de renda para outros fins, dado que os recursos eram destinados para reinvestir nas hortas.

Uma expressão de reciprocidade, constatada na pesquisa e que a literatura não fazia menção, foi a geração de consciência avaliadora (crítica) a partir da relação humano-natureza. Assim, essa foi designada de reciprocidade socioambiental, e caracteriza-se pela produção de valores a partir do cuidado e respeito do humano para com a natureza. Na prática, a AUP promove benefícios para quem a pratica, mas, no processo, importava evitar o uso de pesticidas e reduzir o lixo, que são retribuições para com a natureza

Em Bogotá a AUP permitiu a territorialização nos bairros, principalmente nos de periferia, em que as práticas se desenvolveram, tendo em conta que o histórico da formação da cidade esteve marcado, durante o século XX, pela migração de população do meio rural. Essa territorialização deu-se a partir do contato com o cultivo no ambiente urbano, na promoção do tecido social e no resgate de saberes sobre o cultivo.

Um olhar comum entre a prática agrícola em Bogotá e aquela desenvolvida em cidades do Brasil é a relação da AUP com a população migratória, tendo em conta o histórico de migração de população do meio rural para o urbano, intensificado a partir da década dos anos 50 na Colômbia, por conta do conflito armado interno, quanto no Brasil, a partir dos anos 60 com a chamada Revolução Verde. A AUP toma-se como um espaço de encontro de saberes sobre a agricultura e permite o desenvolvimento de técnicas para adaptar essa prática ao meio urbano. Nas cidades, onde os vínculos sociais são frágeis, a AUP permite a (re)construção de sociabilidades.

A pesquisa também possibilitou identificar limitações na prática de agricultura urbana e periurbana tanto em Bogotá como no Brasil. A primeira foi a disponibilidade de espaços para o cultivo nas cidades, em decorrência de seu crescimento acelerado, o que leva a reduzir áreas disponíveis para a AUP. Nos casos em que as comunidades têm utilizado terrenos públicos para cultivar, por vezes têm recebido a negativa de parte da vizinhança ou dos governos locais, o que dificulta o cultivo em áreas públicas. Nesse sentido, a AUP em hortas comunitárias precisa de apoio dos governos locais por meio da regulamentação da prática, como em algumas cidades do Brasil (Brasília, São Paulo, Curitiba) e de Bogotá (Colômbia) têm-se feito.

Além do apoio dos governos, a AUP precisa de redes de vizinhança, que ajam de maneira voluntária para fomentar e fortalecer os cultivos, sejam comunitários ou familiares. Quando essas redes de vizinhança existem, surgem iniciativas como: a coleta voluntária de resíduos orgânicos, os mutirões, a ajuda mútua, a partilha de saberes, ou seja, expressões de reciprocidade. Inclusive, a organização comunitária ao redor da AUP leva a que governos locais regulem o uso de espaços públicos para a prática agrícola, como no caso de São Paulo e os Hortelões Urbanos. Quando essas redes estão ausentes, o desenvolvimento da AUP se enfraquece.

Finalmente, essa pesquisa, que olhou a AUP a partir do princípio econômico da reciprocidade, por meio de revisões de literatura e de estudo de caso, esteve atravessada pela pandemia do Covid-19. Com isso, existiram algumas limitações na abordagem, mas que podem ser aprofundadas em futuras pesquisas. Por exemplo, como se manifestaria o princípio de reciprocidade em hortas urbanas cuja produção objetiva primeiro a venda, como acontece em cooperativas e associações que organizam feiras onde participam agricultores urbanos e que nessa pesquisa não foram abordadas. Também não foram avaliados os programas de agricultura urbana e periurbana promovidos pelos governos das cidades que tem apoiado, via políticas públicas, o desenvolvimento da AUP, tanto no Brasil como em Bogotá (Colômbia), observando as diferenças entre os agricultores(as) urbanos(as) que conseguem acessar os apoios oferecidos pelos governos locais e os que não os acessam. Nessas avaliações poder-se-ia observar se esses programas estão baseados na promoção do princípio econômico de reciprocidade, ou se sua finalidade é a troca mercantil.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine. A ciência e os riscos ambientais vinculados ao sistema agroalimentar moderno. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 1, p. 18-40, 2013.

ÁLAPE, Arturo. **El Bogotazo: Memorias del olvido**. Bogotá: Ministerio de Cultura - Biblioteca Nacional de Colombia, 2016.

ALTA CONSEJERÍA PARA LOS DERECHOS DE LAS VÍCTIMAS. **Sistema Distrital de Asistencia, Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Residentes en Bogotá (SDARIV)**. Plan de Acción Distrital Plurianual 2020 – 2024. Bogotá: Alta Consejería para los Derechos de las Víctimas, la Paz y la Reconciliación, 2020.

AMERICAN EDUCATION RESEARCH ASSOCIATION. (2006). Standards for reporting on empirical social science research in AERA publications. **Educational Researcher**, 35 (6), 33-40.

ARIAS, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura - Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRIGA, Laura; LEAL, Diana. **Agricultura Urbana en Bogotá: Una evaluación externa-participativa**. 2011, 168 f. Trabajo de graduación (Programa de Sociología). Universidad del Rosario, Bogotá, 2011.

BOGOTÁ. **Decreto 508 de 2007 Alcaldía Mayor de Bogotá, D.C.** Adopta la Política Pública de Seguridad Alimentaria y Nutricional para Bogotá, Distrito Capital, 2007-2015. Bogotá, novembro de 2007. Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=27314>. Acesso em 22 dez. 2020.

BOGOTÁ. **Plan De Desarrollo Económico, Social y de Obras Públicas Bogotá D.C. 2004-2008**. Bogotá, março de 2005. Disponível em: [https://www.shd.gov.co/shd/sites/default/files/documentos/Plan%20de%20Desarrollo%20-%20Bogot%C3%A1%20sin%20Indiferencia\\_0.pdf](https://www.shd.gov.co/shd/sites/default/files/documentos/Plan%20de%20Desarrollo%20-%20Bogot%C3%A1%20sin%20Indiferencia_0.pdf). Acesso em 20 dez. 2020.

BUSHNELL, David. **Colombia, una nación a pesar de sí misma**. Bogotá: Editorial Planeta. 1996.

CABALLERO, Antonio. **Historia de Colombia y sus oligarquías (1498 - 2017)**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2016. E-book. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/index.html>. Acesso em: 6 abr. 2019.

CANTOR, Kelly. **Agricultura urbana sostenibilidad y medios de vida: Experiencias en Ciudad Bolívar, Altos de Cazucá y Ciudadela Sucre**. 2009. 118 f.

Dissertação (Maestría en Desarrollo Rural), Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/665>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CAÑÓN, Luis; AMAYA, Gloria. **Uso de los recursos naturales en los espacios destinados para la agricultura urbana en la localidad de San Cristóbal de la ciudad de Bogotá D.C.** 2016. 49 f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente), Universidad de Manizales, Manizales, 2016. Disponível em: <https://ridum.umanizales.edu.co/xmlui/handle/20.500.12746/3001>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CAVELIER, Inés. Perspectivas culturales y cambios en el uso del paisaje: Sabana de Bogotá, Colombia, siglos XVI y XVII. In: VALDEZ, Francisco (ed.). **Agricultura ancestral, camellones y albarradas: Contexto social, usos y retos del pasado y del presente.** Quito: IFEA. 2006. p. 127-140.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (CNMH). **Rearmados y Reintegrados, Panorama posacuerdos con las AUC.** Bogotá: CNMH, 2015.

COSTA, Maria. **Mulheres e agroecologia no Rio de Janeiro: construindo uma política feminista a partir das margens.** 2019. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28989>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (DANE). **Censo Nacional de población y viviendas 2018.** Bogotá, 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estratificación socioeconómica.** Bogotá, 2019. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/servicios-al-ciudadano/servicios-informacion/estratificacion-socioeconomica>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DUBBELING, Marielle. **La integración de la forestación y la agricultura urbana en los planes de acción sobre el cambio climático: Lecciones aprendidas en Western Province, Sri Lanka y ciudad de Rosario, Argentina.** RUAF Foundation, 2015.

FENIMAN, Eduardo. **Hortas Curitibanas: As Representações Simbólicas do Cultivo de Alimentos na Cidade.** 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37338/R%20-%20D%20-%20EDUARDO%20HENRIQUE%20FENIMAN.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

FERREIRA, Lara; NÓBREGA, Stéfanny. Agricultura Urbana e Soberania Alimentar: Uma Reflexão Sobre a Importância das Práticas Socioambientais na Grande Goiânia (GO). **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 129-150, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://das.revistas.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/11951>. Acesso em: 24 jan. 2021.

FERREIRA, Vítor. **Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá.** 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01102019-143211/pt-br.php>. Acesso em: 07 jan. 2021.

FRACASSO, Liliana; GONZÁLEZ, Yanine; CABANZO, Francisco. “Saucu, Eucalipto y Metro”: Ancestros y sustentos desde las huertas de los Cerros Orientales de Bogotá. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018, Barcelona. **Anal de evento.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018. p. 1-25. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Sociedad-postcapitalista/FracassoGonzalez.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: Uma guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 41-51

GARCÍA, Mauricio. Caracterización del régimen político colombiano (1956-2008). In: GARCÍA, Mauricio; REVELO, Javier (orgs.). **Mayorías sin democracia. Desequilibrio de poderes y Estado de derecho en Colombia, 2002-2009.** Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (Dejusticia), 2009. p. 16-83.

GÓMEZ-LEE, Martha; BURQ, Louise. Santa Rosa siembra un sistema alimentario sano y sostenible en Bogotá. In: NAIL, Sylvie. **Alimentar las ciudades.** Territorios, actores, relaciones. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2018. p. 211-249.

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA (GMH). **¡Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad.** Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

HAESBAERT, Rogerio. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu. **Territórios e territorialidades – teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, PPGGeo, 2009.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço.** 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36B. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JARDÍN BOTÁNICO DE BOGOTÁ (JBB). **Cartilla de Agricultura Urbana.** Bogotá: Imprenta Distrital, 2010. Disponível em: [http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura\\_urbana2010.pdf](http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura_urbana2010.pdf). Acesso em: 27 nov. 2019.

JIMÉNEZ, Nathaly. La Nueva Independencia: De la Huerta Urbana a la Autonomía Alimentaria. In: COTTYN, Hanne *et al.* (Orgs.). **Las Luchas Sociales por la Tierra**

**en América Latina: Un Análisis Histórico, Comparativo y Global.** 1. ed. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2016. p. 135-140.

LAHM, Júlia Teixeira. **Hortas urbanas: a relação entre natureza e cidade - o caso da Horta do Pacuca - Florianópolis/SC.** 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211189/PARQ0340-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

LEÃO, Amanda *et al.* Cultivando Saberes: Hortas familiares, segurança alimentar e práticas educativas no planalto Serrano Catarinense. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 60-76, jan-jun. 2017. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4815>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LOBATO, Gerciene *et al.* Diversidade de uso e aspectos socioambientais de quintais urbanos em Abaetetuba, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 2, p. 95-105, 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16221>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MACHINI, Mariana. **Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo.** 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12092018-135858/en.php>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

MARTÍNEZ, Abel; MANRIQUE, Edwar. Alimentación prehispánica y transformaciones tras la conquista europea del altiplano cundiboyacense, Colombia. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, Medellín, n. 41, p. 96-111, fev.-abr. 2014. Disponível em: <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/468/990>. Acesso em: 4 jan. 2021.

MAUSS, Marcel [1950]. **Ensaio sobre a dádiva.** Lisboa: Edições 70, 2001.

MEDINA, Javier. Introducción. In: TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos.** Tomo I. La Paz: Padep, 2003. p 9-16.

MENDONÇA, Fernando. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: Uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. 1, p. 139-148, jul./dez 2004.

MORÁN, Nerea. Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral. **Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global.** Barcelona, n° 111, pp. 99-111, 2010.

MOSQUERA, Edna. **Seguridad y Soberanía Alimentaria en Bogotá D.C. (2004-2015).** 2017. 140 f. Dissertação (Maestría en Análisis de Problemas Políticos,



Económicos e Internacionales Contemporáneos), Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://bdigital.uexternado.edu.co/handle/001/946>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOUGEOT, Luc. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

MURCIA, Ilona. El desarrollo del espacio doméstico en Bogotá en el siglo XX: un reflejo de la construcción de la identidad local. **DEARQ - Revista de Arquitectura / Journal of Architecture**, Bogotá, n. 7, p. 18-35, dez. 2010. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=341630316004>. Acesso em: 4 jan. 2021.

OBSERVATORIO DE SOBERANÍA Y SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL (OBSSAN). **Documento de análisis de gestión y procesos de la Política Pública Distrital de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2007-2015**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2018.

OLIVEIRA, Guilherme. **Cultivando lugares: uma análise sócio-material da co-constituição de hortas comunitárias no Distrito Federal**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36094>. Acesso em: 08 Jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Las ciudades seguirán creciendo, sobre todo en los países en desarrollo. Nova Iorque: 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/es/news/population/2018-world-urbanization-prospects.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

PINILLA, Kharen *et al.* Mapping the Agrodiversity in Bogotá - The Platform Mapeo Agroecobogotá. **Int. J. of Design & Nature and Ecodynamics**. v. 13, n. 4. p. 407-414, 2018. Disponível em: <https://www.witpress.com/elibrary/dne-volumes/13/4/2351>. Acesso em: 6 jul. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2016. Ebook. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-grande-transformacao-karl-polanyi-em-pdf-epub-e-mobi/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. [1957]. El sistema económico como proceso institucionalizado. In: Velasco, Honorio (org.). **Lecturas de Antropología Social y Cultural**. La Cultura y las Culturas. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2010. p. 275-306.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIESSMAN, Catherine. Narrative Analysis. **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, Huddersfield, p. 1-7, 2005. Disponível em:

[http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/Chapter\\_1\\_-\\_Catherine\\_Kohler\\_Riessman.pdf](http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/Chapter_1_-_Catherine_Kohler_Riessman.pdf)

RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura Urbana en Bogotá:** aporte para el cambio cultural. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROSTICHELLI, Michele. **Entre a Terra e o Asfalto:** A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana. 2013, 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RUIZ, Nubia. **El desplazamiento forzado en el interior de Colombia:** Caracterización Sociodemográfica y pautas de distribución territorial 2000-2004. 2007. 381 f. Tese (Doctorado en Demografía) – Universidad Autónoma de Barcelona. 2007. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/4975/nyrr1de1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SÁ ALBERTO, Regiane de. **Educação ambiental e transformação de espaços urbanos:** novas formas de habitar, múltiplas formas de aprender. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10109/ALBERTO\\_Regiane\\_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10109/ALBERTO_Regiane_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 09 Jan. 2021.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas:** uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

\_\_\_\_\_. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 27, n. 13, p.24-51, mai./ago. 2011a.

SACK, Robert. **Human Territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998. p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018.

\_\_\_\_\_. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-16, 2011.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1.500. p. 73-93.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA (UNESP)**, Ano 11, p. 118-127, 2008.

SERJE, Margarita. **El revés de la nación: Territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.

SMIT, Jac; RATTI, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996. (Publication Series for Habitat II).

\_\_\_\_\_. Urban Agriculture Yesterday and Today. In: SMIT, Jac; RATTI, Annu; NASR, Joe. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. Washington: The Urban Agriculture Network, 2001. Cap. 2, p. 1-31. Disponível em: <http://jacsmi.com/book.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA. **Cuenca Alta del Río Bogotá**. Plan de Ordenamiento Territorial. Bogotá: Sogeocol, 2000.

SOUZA, Lise. **Caminho de Formação para a Vida: Ensinando e Aprendendo com os Egressos do Sistema Penitenciário**. 2019. 161 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: [http://www.uece.br/ppgwp/wp-content/uploads/sites/29/2016/03/Tese\\_LISE-MARY-SOARES-SOUZA.pdf](http://www.uece.br/ppgwp/wp-content/uploads/sites/29/2016/03/Tese_LISE-MARY-SOARES-SOUZA.pdf). Acesso em: 06 Jan. 2021.

SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos. O Conceito de Território no Brasil: Entre o Urbano e o Rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 84-112, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TEMPLE, Dominique. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal de Mauss Iberolatinoamericano**. 2009. Disponível em: [http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad\\_2&id\\_article=29\\_2](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=29_2). Acesso em: 27 nov. 2019 .

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos**. Tomo I. La Paz: Padep, 2003.

TORRES, Alfonso. **La ciudad en la sombra: Barrios y luchas populares en Bogotá 1950-1977**. 2a ed. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

TORRES, Carlos. (Comp.). **Ciudad informal colombiana: Barrios construidos por la gente**. Grupo de Investigación Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. 14 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. Pp. 98-105.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS. **Registro Único de Víctimas**. Colombia, 2019. Disponible em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>. Acesso em: 22 jul. 2019.

VARGAS, Diana; RUIZ Juan Carlos. Resiliencia y organización comunitaria: el caso de la red de huertas en los Altos de la Estancia, en la localidad de Ciudad Bolívar en Bogotá. **Ciudad paz-ando**, Bogotá. vol. 8, n. 2, p. 65-85, 2015. Disponible em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/cpaz/article/view/10289>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VARGAS, Norma. **Ciudad Agrícola: Análisis Social de los Procesos de Agricultura Urbana Caso Localidad Bosa - Bogotá**. 2016. 126f. Dissertação (Maestría en Desarrollo Sostenible y Gestión Ambiental). Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Bogotá. 2016. Disponible em: <http://repository.udistrital.edu.co/handle/11349/3383>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG; 2010. p. 11-31.